FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Hospedaria dos Imigrantes:

reflexões sobre o patrimônio cultural

Juliana Mendes Prata

Orientador: Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

maio / 2000

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

mibi
1099199

Hospedaria dos Imigrantes:
reflexões sobre o patrimônio cultural

Juliana Mendes Prata

DEDALUS - Acervo - FAU
20200014572

orientador: Profa. Dra. **Ana Lúcia Duarte Lanna**

Hospedaria dos Imigrantes: reflexões sobre o patrimônio cultural

Juliana Mendes Prata

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção de grau de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

São Paulo

2000

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Biblioteca
SP

Resumo

Este trabalho analisa a questão do patrimônio cultural a partir de um edifício e sua integração com a cidade, e representa um esforço de problematizar as relações passado/presente em bens tombados. O bem escolhido foi a Hospedaria dos Imigrantes, um edificio do final do século XIX, localizado na cidade de São Paulo. Esta Hospedaria é emblemática por ser um exemplar da arquitetura eclética, vinculada ao desejo de modernização do país e, principalmente, por simbolizar relações que a sociedade brasileira pretendia estabelecer com o mundo do trabalho. A partir dos valores apontados pelo processo de tombamento são analisados os usos do conjunto da Hospedaria e sua inserção urbana. Especificamente, como esses valores são percebidos ainda hoje no bem tombado, e como são atualizados nos seus usos do momento, albergue e museu, e em relação a seus personagens, imigrantes, migrantes e carentes. A percepção daquilo que foi tombado e valorizado, e daquilo que não o foi, é o enfoque principal deste trabalho.

Abstract

This dissertation analyses the cultural heritage issue from the interaction between a building and the city. It questions the relation past/present in terms of listed landmarks. The chosen listed building was the *Hospedaria dos Imigrantes*, a late XIX century building, located in the city of Sao Paulo, Brazil. This building is emblematic due to its ecletic architecture associated with the country's modernization desire. It also symbolizes the relations the Brazilian society intended to establish with the world of labor. The uses of *Hospedaria dos Imigrantes* building and its urban insertion are analyzed from the values pointed out by its process of cultural heritage classification. Specifically, the dissertation describes how those values are perceived today in such building, how they are updated into its current uses, shelter and museum, and in terms of its characters, immigrants, migrants, and needy people. The perception of what was listed and treasured and what was not is the core issue of this work.

Agradecimentos

A Ana Lanna, orientadora deste trabalho, que com seu apoio, dedicação, generosidade e confiança tanto me incentivou e me ensinou.

À FAPESP, que, com a concessão de uma bolsa de mestrado, tornou possível a realização desta pesquisa.

Aos meus professores, que, ao longo do percurso, me incentivaram e me auxiliaram. Especialmente, às professoras Silvia Wolff e Margarida Andrade, cujas contribuições e participação no meu Exame de Qualificação foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

Aos funcionários do Memorial do Imigrante e do Arsenal da Esperança, que permitiram minhas visitas e coletas de dados, em especial a Ondina e ao Xavier.

Aos meus colegas de mestrado e tantos outros que acompanharam meu percurso, emprestando material, passando informações e lendo meus trabalhos. Particularmente a Joana, a Jerusa e ao Walter e, especialmente, a Aninha, ao Renato, a Tunica e a Elza.

Finalmente, a minha família, que tanto me apoiou e me compreendeu nesses anos, a minha mãe e ao meu pai, a Manu, ao Neto e a Luiza, e, muito especialmente, ao Marcelo.

Sumário

Introdução 01

1. Patrimônio e Tombamento: questões no estudo de caso 14

1.1 Patrimônio e tombamento 15

1.2 Hospedaria dos Imigrantes: política preservacionista 20

1.3 Hospedaria dos Imigrantes: valores e significados 29

2. Hospedaria dos Imigrantes: do lote para dentro 33

2.1 O edifício e o contexto histórico 35

2.2 O edifício e sua arquitetura 40

2.2.1 O projeto da Hospedaria dos Imigrantes 45

2.2.2 A arquitetura da Hospedaria dos Imigrantes 51

2.3 O edifício e seus usos 55

3. Hospedaria dos Imigrantes: do lote para fora 67

3.1 O edifício e a escolha do bairro do Brás 68

3.2 O edifício, o bairro e a cidade 77

3.2.1 Bairro de imigrantes italianos e operários x bairro dos trabalhadores 81

3.2.2 Lugar da acolhida do imigrante x lugar dos caminhantes 85

3.2.3 Cidade cindida x mobilidade e trânsito 91

Considerações Finais 99

Referências Bibliográficas 106

Introdução

A antiga Hospedaria dos Imigrantes da cidade de São Paulo é um conjunto centenário, e um bem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Localiza-se na Rua Visconde de Parnaíba, 1316, com Rua Dr. Almeida Lima, 900, na divisa entre os bairros da Mooca e do Brás, entre as estações Brás e Bresser do metrô. Nas suas instalações funcionam hoje o *Arsenal da Esperança*, albergue noturno para população de rua, gerido pela Associação Internacional para o Desenvolvimento (ASSINDES) e pelo Servizio Missionario Giovani (SERMIG), entidades ligadas à Igreja Católica, em convênio com a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, e o *Memorial do Imigrante*, instituição que engloba o Museu da Imigração, subordinado à Secretaria de Estado da Cultura.[1]

A Hospedaria dos Imigrantes foi construída entre 1886 e 1888, já funcionando em 1887, mesmo inacabada. Recebeu imigrantes estrangeiros até 1978. Desde a década de 30, também recebeu migrantes nacionais. Com a criação da Secretaria da Promoção Social no final da década de 60, a Hospedaria do Brás começou também a receber a população indigente, passando a se chamar, já na década de 70, Departamento de Amparo e Integração Social (DAIS). Quando da instalação do Museu da Imigração, em 1996, o conjunto da antiga Hospedaria dos Imigrantes passou a abrigar o museu, e continuou abrigando o DAIS (em início de convênio com a ASSINDES e o SERMIG). Neste momento, portanto, o terreno de aproximadamente 30.000m^2 foi dividido, ficando cerca de 12.000m^2 (parte da frente do terreno) sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura e os 18.000m^2 restantes com a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, antiga Secretaria da Promoção Social. (VER FIGURAS 1 E 2)

[1] Há ainda um bloco utilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

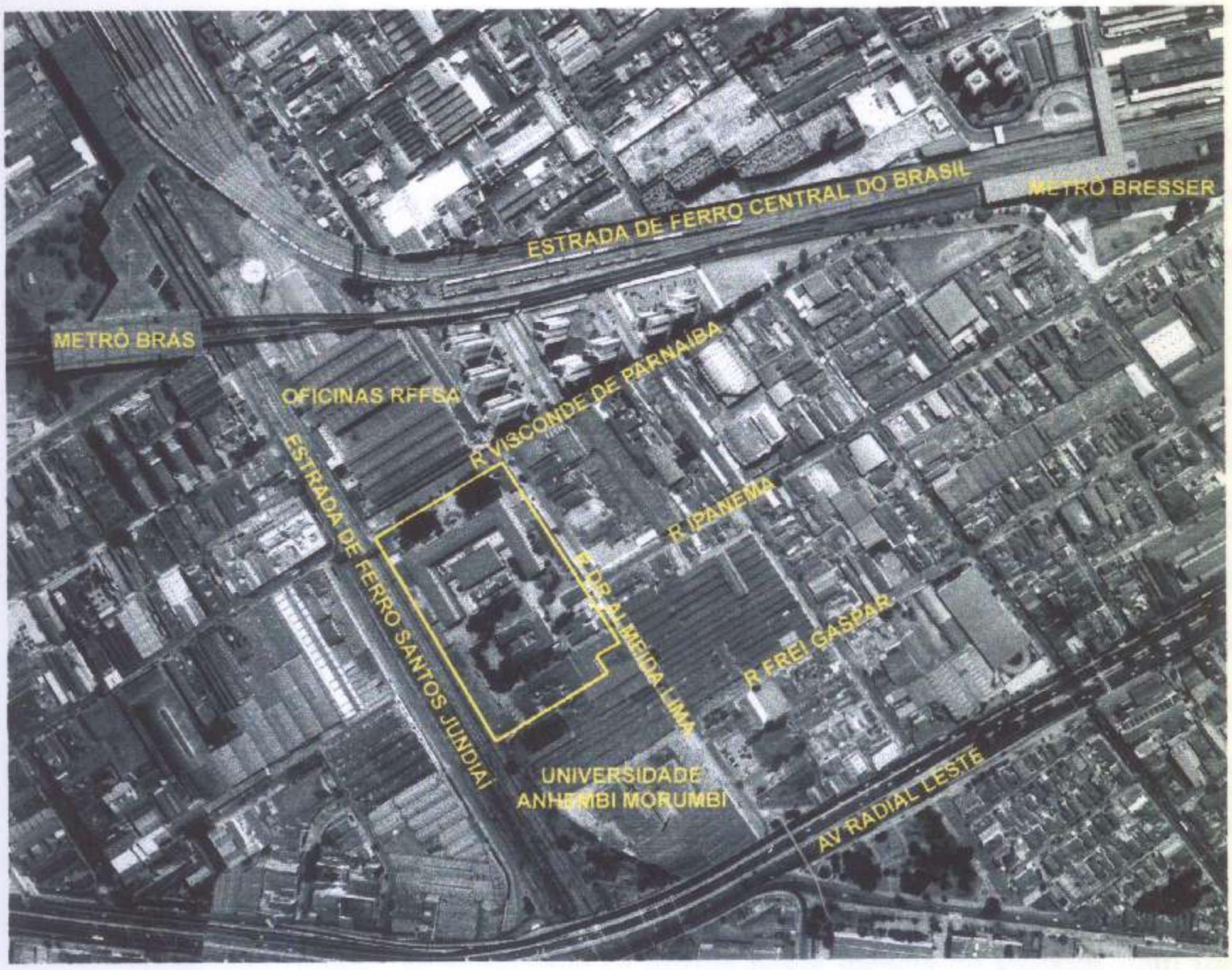
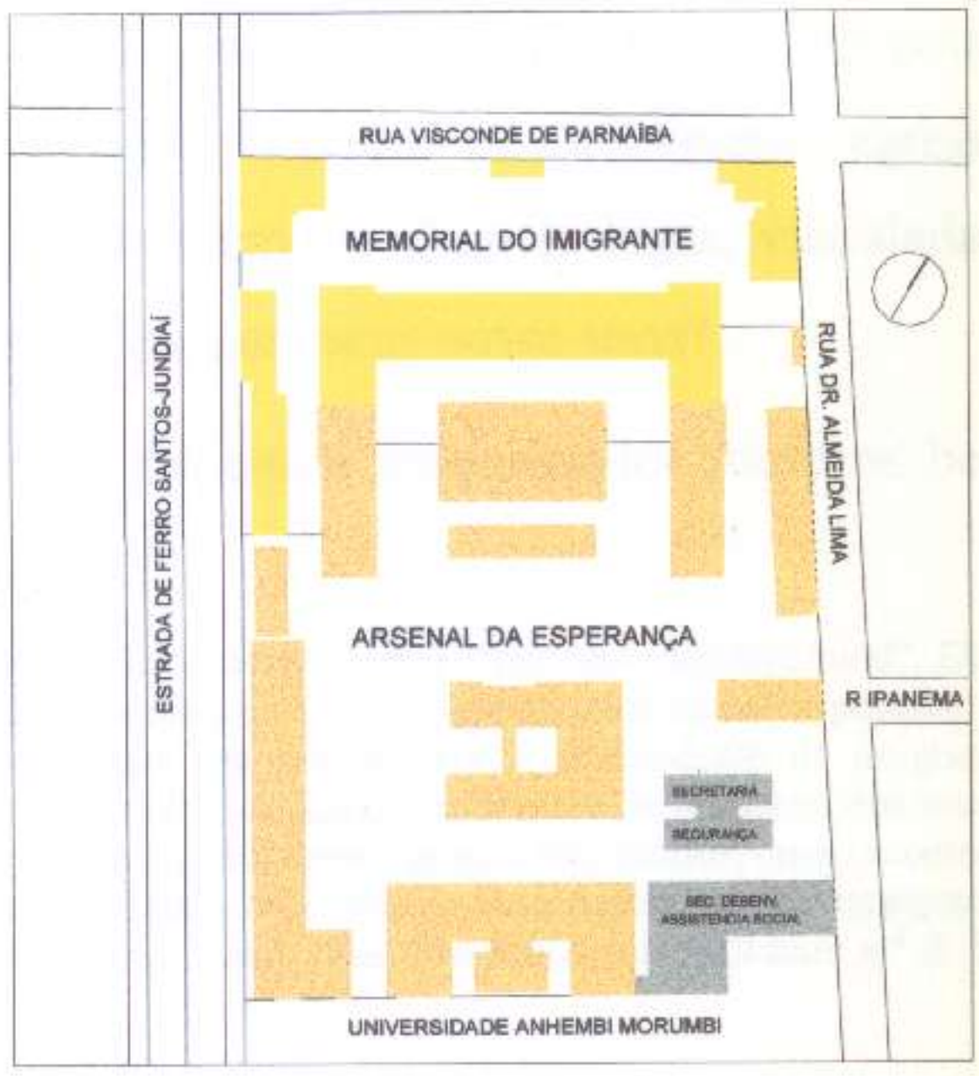


Figura 1
Hospedaria dos Imigrantes e seu entorno imediato. Intervenção sobre fotoaérea de 1995.
fonte: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A

Figura 2
Distribuição de usos no conjunto da Hospedaria dos Imigrantes.
fonte: Arsenal da Esperança



A grosso modo, hoje o conjunto compreende um edifício principal de dois pavimentos, do projeto original, e vários outros blocos. Esta não é, no entanto, a configuração primeira do conjunto. Não só o edifício principal foi reformado, tendo sua fachada alterada, como também o lote original foi ampliado, e os blocos anexos, que inclui uma estação ferroviária, foram sendo demolidos, reformados ou construídos, ao longo do século XX.

É difícil encontrar alguém que ache estranha a existência de um museu da imigração em São Paulo. De uma certa maneira, a cidade de São Paulo construiu-se em cima de valores da imigração e da migração, das várias etnias, do multicultural. Isso pode ser verificado em vários lugares - basta ver os vários bairros relacionados a grupos étnicos, como o Brás, o Bom Retiro, a Mooca, o Bexiga, a Liberdade -, nas festas típicas e nas colônias de imigrantes. A idéia de São Paulo como uma cidade onde pode se encontrar de tudo, comer de tudo, ou seja, onde cada canto do mundo estaria representado, é bastante consensual. Esses grupos forasteiros contribuíram muito para a identidade de São Paulo, e hoje somos realmente um pouco de tudo.[2]

Para uma cidade, portanto, que se afirma nessa mescla de valores, com forte participação dos grupos estrangeiros, nada mais "natural" do que uma homenagem a esses personagens. Sem dúvida, parece justo escolher o prédio símbolo da acolhida imigrante, um lugar projetado e construído para esse fim, para se implantar o museu. Um museu da imigração seria também, nesse sentido, um museu da história paulista.

Este foi o nosso ponto de partida. Visto que o prédio está tombado, o museu implantado, o que isso significou para aquele edifício específico? Indo um pouco além, o que significou para o bairro onde está inserido? O tombamento agregou algum valor ao prédio? Como é a relação da memória daquele lugar, vinculada à questão da imigração, da migração e do trabalho, com seus novos usos?

A preocupação inicial deste trabalho foi tentar compreender como os bens

---

[2] A Revista do Patrimônio Histórico/SMC, por exemplo, dedicou um número a "São Paulo Multicultural". Diz o editorial assinado por Maria Aparecida Toschi Lomônaco, diretora do DPH: "Aspecto extremamente peculiar é o fato de que numa cidade como São Paulo, cuja população, em sua maioria, é descendente de imigrantes estrangeiros e migrantes rurais, a diversidade territorial/espacial está ligada a processos de recriação dos modos de vida em determinados espaços, que lembram as culturas de origem desses grupos migratórios, como aconteceu com os italianos no Bixiga e na Mooca, os japoneses na Liberdade, os judeus no Bom Retiro, e posteriormente os nordestinos no Brás e nos bairros da periferia das zonas leste e sul." Em: São Paulo (cid.) *Cidade n.º 3*. São Paulo: DPH/SMC, 1995, p.1.

tombados inserem-se na cidade de hoje. Partindo do princípio de que um tombamento é um reconhecimento de um determinado valor atribuído a um bem, interessava investigar como esse valor era percebido, ou não, na própria história do bem, e também, em um sentido mais amplo, como era percebido pela sociedade.

Optamos por enfrentar as questões ditas patrimoniais por meio da análise de um objeto, a antiga Hospedaria dos Imigrantes, nas suas relações: seja com os valores do tombamento, seja com o entorno, seja com ele mesmo. O formato "estudo de caso" foi escolhido justamente porque queríamos abordar o patrimônio a partir de um objeto específico, o bem tombado. Não interessava fazer uma discussão de qual seria o valor ou o critério que legitima a escolha dos bens a serem preservados, qual época ou qual estilo, ou, em outras palavras, não interessava discutir o patrimônio pelos valores considerados "dignos" de promoverem tombamentos.[3]

O tombamento foi um ponto de partida, por intermédio do qual nos foi permitido refletir sobre como questões que dizem respeito à preservação, como, por exemplo, os valores reconhecidos no objeto que justificam seu tombamento, dizem respeito não só à sua história passada, mas também à sua história presente. Foi através da análise de um caso concreto e das questões que este suscitava que nos foi possível refletir sobre o patrimônio e seus testemunhos, os bens tombados. Compreender o significado de um bem tombado no contexto da cidade atual foi um dos eixos condutores do trabalho.

Percebemos que para se refletir sobre a questão do patrimônio, e em se tratando de um bem tombado, era importante fazer algumas interfaces com a política preservacionista brasileira, nos seus três níveis, federal, estadual e municipal, conforme abordaremos no capítulo 1. O enfoque principal do trabalho, no entanto, foram as relações do bem tombado com a cidade e com os usos da Hospedaria. A discussão do patrimônio não se deu, portanto, via valores e conceitos do que seja o patrimônio, mas aconteceu a partir de um exemplo concreto onde foram investigadas, as possibilidades de interação do objeto com o meio urbano. Uma questão central que colocamos foi em que medida um bem tombado pode representar um lugar

---

[3] Ou seja, a discussão do patrimônio não tinha como enfoque principal os critérios pelos quais se determina um bem, como valor histórico, artístico, arquitetônico, ou paisagístico. Não interessava, por exemplo, compreender o porque do valor atribuído a ele, mas sim como podemos perceber esse mesmo valor no edifício hoje, e como ele marcou, ou não, a história do prédio.

privilegiado para o entendimento da nossa história, nas suas mais variadas interpretações, e em que medida determina ou limita uma determinada visão do passado. Ou seja, como podemos reconhecer uma especificidade no bem tombado? Se ele é um testemunho da nossa história, da nossa cidade e da nossa paisagem urbana, como nos relacionamos com isso? Como é possível lê-lo e atualizá-lo?

Tendo sido feita a opção de se refletir sobre o patrimônio cultural a partir de um estudo de caso, e nesse enfoque específico acima esboçado, cabia fazer a escolha do prédio a ser analisado, cuja definição foi feita em função de um conjunto de fatores.

Em primeiro lugar, era necessário ser um bem tombado, pois interessava o estudo dos bens tombados na cidade hoje, conforme já assinalamos.

Segundo, optamos por fazer o estudo de um edifício público, cujo uso e interação com o meio urbano deveriam ser mais acessíveis e presentes, se comparado a um imóvel privado, onde muitas vezes não há o compartilhamento previsto ou desejável para as coisas públicas.

Finalmente, era interessante que esse edifício fosse do final do século XIX e início do XX, por considerarmos esse período da história da cidade de São Paulo crucial para a compreensão e leitura da cidade até os dias de hoje. Muitas questões e temas aí levantados são atualizados e ainda estão presentes.[4]

A antiga Hospedaria dos Imigrantes, nesse sentido, pareceu ser um objeto bastante instigante para uma análise mais aprofundada: é tombada, tem um uso público, é de 1888, e possui outras características, as quais reforçaram a própria escolha.

Na época de seu projeto e construção, discutia-se uma questão chave para a sociedade brasileira que era a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O uso original da Hospedaria dos Imigrantes – a acolhida dos imigrantes, entre a sua chegada e o seu encaminhamento para as fazendas – já a relaciona a essa questão.

---

[4] Conforme bolsa de iniciação científica/CNPq, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna, onde procuramos traçar um quadro das transformações ocorridas na cidade de São Paulo entre 1870 e 1910. Gabriela Krantz Cesariano e Juliana Mendes Prata. *Uma cidade em movimento: São Paulo, 1870-1910*, São Paulo, texto mimeografado, 1993. Esta pesquisa fazia parte de um projeto temático intitulado *Transformações urbanas e mercado de trabalho: São Paulo 1870-1954*.

Consideramos, portanto, que a Hospedaria dos Imigrantes é um lugar privilegiado para a compreensão desse processo. É um edifício bastante emblemático como o lugar simbólico onde foram estabelecidas novas relações da sociedade com o mundo do trabalho. Esse entendimento da Hospedaria dos Imigrantes pelo viés do trabalho é um dos aspectos pelos quais fazemos a análise e a atualização deste conjunto na cidade hoje, questões abordadas no capítulo 2.

Além disso, ela também é emblemática por representar uma nova técnica construtiva e um novo programa arquitetônico. Isto é, está inserida no contexto de urbanização e construção de São Paulo como cidade moderna, e respondia a uma necessidade até então inexistente, que era a gerência de uma massa de pessoas, que migrava e circulava numa escala nunca antes imaginada.

As histórias da Hospedaria e do bairro do Brás parecem ser muito relacionadas. Ambas dizem respeito a classes trabalhadoras, imigração, trabalho e industrialização. O nosso olhar para o bairro e para essa relação Hospedaria/bem tombado/bairro foi no sentido de ampliar algumas imagens consolidadas, tentando perceber outras possibilidades. A inserção da Hospedaria no meio urbano é o tema do capítulo 3.

Os capítulos da dissertação abordam, portanto, o edifício na sua relação com o patrimônio, nas suas relações intrínsecas e na sua relação com a cidade. No primeiro capítulo, fazemos uma análise do tombamento da Hospedaria dos Imigrantes e do seu valor como bem tombado, procurando relacioná-la com alguns aspectos da política preservacionista. O segundo analisa a Hospedaria dos Imigrantes naquilo que estamos chamando do "lote para dentro", ou seja, como os valores do prédio, como hospedaria, "lugar simbólico do trabalho" e bem tombado, são expressos ou atualizados em seus usos atuais. Finalmente, o terceiro capítulo procura compreender o papel de uma hospedaria para imigrantes na história do bairro e qual seria seu papel hoje na cidade, sendo um bem tombado/albergue e museu.

A nossa primeira visita à Hospedaria dos Imigrantes foi feita em março de 1997. Ambas as instituições (albergue e museu), em ritmos e modos diversos, passaram então por uma série de reformas e adaptações.[5] As visitas ao local

---

[5] O Memorial do Imigrante engloba o Museu da Imigração, o Centro de Pesquisa e Documentação, o Núcleo de

permitiram acompanhar grande parte das mudanças. De um certa maneira, a Hospedaria dos Imigrantes de março de 1997 e a de hoje (março de 2000) são diferentes.

Mudanças que também são percebidas no entorno. O lote vizinho ao albergue onde antes funcionava a *São Paulo Alpargatas*, pertence agora à *Universidade Anhembi-Morumbi* que aí instalou um *campus*, reciclando o conjunto da antiga fábrica.[6] Há vários terrenos no entorno sendo utilizados como estacionamento, trailers de lanche espalhados pelas ruas, e estabelecimentos reformados, em função da chegada de novos usuários e funções. Junte-se a isso, a construção de um primeiro edifício residencial da iniciativa privada, indicando mudanças mercadológicas da área. Os edifícios lá existentes foram construídos pela iniciativa pública (prefeitura) em áreas remanescentes do metrô. (VER FIGURAS 3 E 4)

As visitas foram muito importantes porque na sucessão delas percebemos como o prédio e o entorno são vivos. Suas transformações incessantes, ora museu, ora entorno, ora albergue, fizeram com que encarássemos o problema que tinha sido posto para este trabalho: como conciliar as transformações que sofrem os objetos com um tombamento, que é visto no senso comum, infelizmente, como um congelamento e morte do edifício. No nosso caso, ao contrário, tínhamos em mãos um prédio não morto, apesar de tombado. Essas mudanças todas, portanto, obrigaram-nos a um contínuo exercício de reflexão.

Naquela primeira visita em março de 1997, todo o conjunto (a parte da frente, o museu, e a parte de trás, o albergue) estava com um certo aspecto abandonado. Na

---

Estudos e Tradições e o Núcleo Histórico dos Transportes. O Museu tem a guarda de um acervo importantíssimo, também tombado. São listas de bordo dos navios, livros de registro de imigrantes, cartas de chamadas e documentos dos núcleos coloniais. O setor de iconografia possui mais ou menos 8000 imagens em papel e negativos. Conta ainda com um setor de história oral com registro de imigrantes e descendentes. Emite certidão de desembarque dos imigrantes, documento utilizado para, por exemplo, naturalização, direito de herança, e solicitação de passaporte estrangeiro. Possui também documentos e objetos pessoais que pertenceram a imigrantes e foram doados ao museu. Conforme informações do site: www.memorialdoimigrante.sp.gov.br. Em relação ao albergue, o número de atendimentos cresceu substancialmente depois da chegada da ASSINDES, passando de 120 homens em regime semi-residencial para mais de 800. Alguns exemplos são significativos do trabalho ali realizado: o número de chuveiros passou de 3 para 60, e o jantar passou de sopa para arroz, feijão, carne, verdura, salada, fruta ou doce e café. Conforme informações obtidas em entrevista realizada em 04 de maio de 1999 com uma assistente social que trabalha no albergue e também obtidas em um folder da instituição: *Arsenal da Esperança, 1998.*

[6] O projeto de reciclagem da universidade, segundo a informação de uma das arquitetas que trabalha na obra, foi escolhido mediante um concurso fechado e, em linhas gerais, mantém os blocos principais, intervindo internamente e nas fachadas. Os blocos restantes são adaptados para uso público, como shopping center, academia de ginástica e estacionamento.

parte dos fundos, ainda coexistiam antigos usos, ou usos "herdados" do antigo DAIS pela ASSINDES. O mais significativo deles era um SOS Criança que funcionava em um bloco, cuja frente é voltada para a Rua Dr. Almeida Lima, e que posteriormente virou um maleiro. Não é necessário dizer que as condições físicas do espaço do SOS eram bastante precárias. (VER FIGURAS 5 A 7)

Um ano depois, em março de 1998, o museu estava sendo reformado para ser reinaugurado em abril como Memorial do Imigrante. Estavam, inclusive, instalando uma linha de bonde ligando o museu e a universidade ao metrô, Estação Bresser. Enquanto a frente se modernizava e o entorno ganhava nova vida, com a inauguração da universidade e um lançamento imobiliário, os fundos continuavam, aparentemente, no mesmo abandono, reforçado pela saída do SOS Criança. A tendência da transformação pareceu-nos clara: havia um certo conflito de usos, uma certa tendência de um "enobrecimento" da área, baseada em usos culturais e institucionais, o que indicaria um crescimento da função museu e um esvaziamento da função albergue. (VER FIGURAS 8 A 10)

Mais um ano se passou e, em uma visita em maio de 1999, o albergue estava então em reformas. Tais reformas contaram com vários patrocinadores. Em função disso, reformulamos novamente as análises, pois era óbvio que o albergue também crescia. (VER FIGURAS 11 E 12)

As mudanças no entorno e as reformas nas instituições deram uma nova visualidade ao conjunto e uma outra visibilidade. Como se dava a inserção do museu e do albergue nesse novo contexto? Como a história do prédio e os valores expressos no tombamento poderiam ser ali reconhecidos?

Nova visualidade, pois as reformas deram outro aspecto ao conjunto. Essas começaram primeiro no museu, que acabou sendo reinaugurado em abril de 1998, como Memorial do Imigrante. Além da pintura do prédio, houve certas reconstituições de ambientes, como a estação ferroviária, a fazendinha de café, e a sala do diretor; a abertura paulatina de novas salas, principalmente no piso superior; e a construção da linha de bonde.[7] (VER FIGURAS 13 A 20)

Figura 3
Trailers de lanche, instalados em função da implantação da universidade.
maio/1999

Figura 4
Lançamento imobiliário. Ao fundo, o albergue.
março/1998

Figura 5
Corredor entre prédio principal e estação ferroviária.
março/1997

Figura 6
Plataforma da estação ferroviária.
março/1997

Figura 7
Pátio interno.
março/1997

Figura 8
Plataforma da estação ferroviária
março/1998

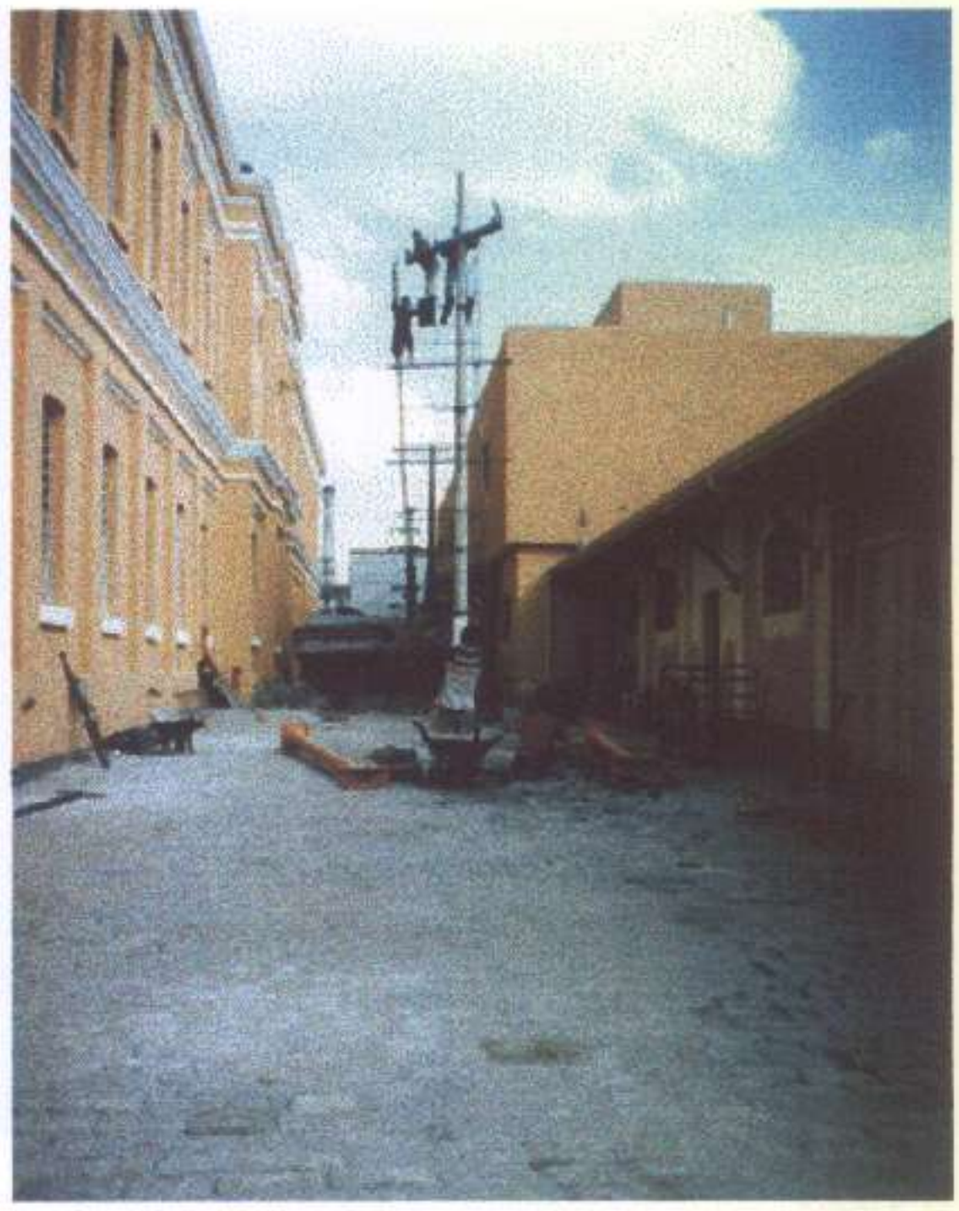


Figura 9
Corredor entre o prédio principal e a estação ferroviária. Compare com a figura 5.
março/1998

Figura 10
Pavimento superior do prédio principal do Memorial do Imigrante. Obras para instalação de um exposição.
março/1998

Figura 11
Portaria do albergue *Arsenal da Esperança* em reformas. Ao fundo, a universidade.
maio/1999

Figura 12
Reforma no antigo SOS Criança.
maio/1999

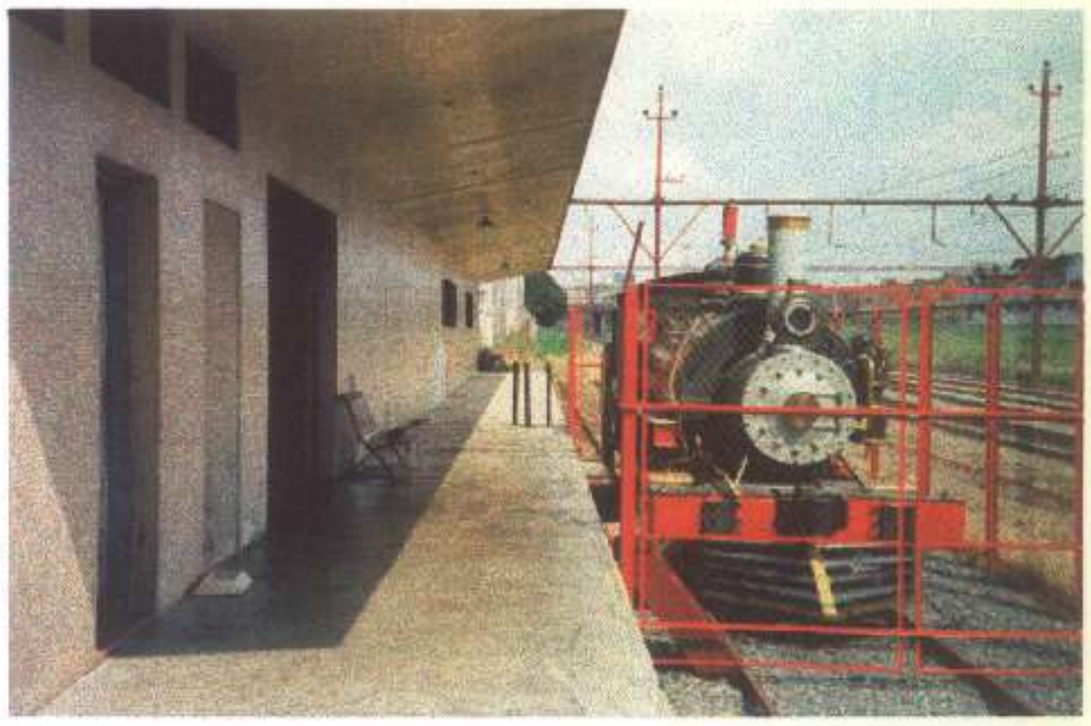


Figura 13
Plataforma da estação ferroviária.
março/1997

Figura 14
Plataforma da estação ferroviária.
março/1998

Figura 15
Obras para instalação da linha de bonde.
março/1998

Figura 16
Bonde.
fevereiro/1999

Figura 17
Pátio interno.
março/1997

Figura 18
Pátio interno.
fevereiro/1999

Figura 19
Varanda interna.
março/1997

Figura 20
Varanda interna.
março/1998

No caso do albergue, as reformas incluíram além da pintura e adaptação de banheiros e dormitórios, mudanças significativas no uso como a transferência do SOS Criança do local. Assim como o museu, o albergue também foi reinaugurado, em abril de 1999, quando foram abertos novos espaços, como o maleiro (ex-SOS) e novas instalações sanitárias, de gás, água e energia elétrica.

Em relação à visibilidade, notamos que ambas as entidades estão abrindo e conquistando novos espaços, o que é percebido na mídia, principalmente em relação ao museu, pois começa a fazer parte de roteiros culturais, e a aparecer constantemente na imprensa escrita e na televisão;[8] e também foi percebido nas reinaugurações de ambas as instituições, onde estavam presentes personalidades como o governador do Estado, os secretários de Estado dos órgãos competentes, mais o presidente da SERMIG, vindo da Itália especialmente para isso, e representantes da igreja católica.

Essas alterações e sobretudo essa vitalidade forneceram elementos de constante reflexão, não só porque colocaram em cheque idéias que considerávamos acabadas, mas, principalmente, porque nos fez pensar sobre a questão principal da pesquisa: a integração e mudanças em relação a um bem tombado e qual a sua vitalidade possível.

Esse processo de transformação do local, ou o próprio fato de estar se transformando, constituiu um elemento de análise. Objetivando compreender o prédio na sua trajetória - reconhecendo suas continuidades e diferenças - o procedimento de trabalho coincidiu com um momento desse percurso. Isto nos alertou e nos fez refletir para o trato com a coisa tombada, no sentido de incluir as transformações inevitáveis que sofrem os objetos e não analisá-los como um fato já dado.

A questão dos usos da Hospedaria dos Imigrantes foram centrais na análise que fizemos deste conjunto. Não interessou apenas um histórico dos usos, mas tentar

---

[7] Está funcionando parcialmente, pois faz só o trecho museu-metrô e apenas aos domingos.

[8] O Memorial do Imigrante tornou-se um dos marcos da Secretaria de Estado da Cultura. Aparece, por exemplo, constantemente em material de divulgação desta Secretaria ao lado de outros projetos como o novo prédio do Arquivo do Estado (1997), a reforma da Pinacoteca (1998), o restauro do Teatro São Pedro (1998) e da Estação Júlio Prestes (1999). *Você sabia? 4 anos de governo (1995-1998)*. São Paulo: Gov. do Estado de São Paulo, 1999.

compreender quem eram os agentes que utilizavam esse espaço e como os usos, caracterizados desta maneira, se relacionavam com os valores levantados pelo tombamento e com as questões do patrimônio, de uma forma mais ampla.

Quando fizemos o projeto de pesquisa, imaginamos fazer a análise da Hospedaria dos Imigrantes a partir de alguns momentos significativos de sua história. Esses cortes haviam sido pensados no intuito de se percorrer a trajetória do prédio ao longo do tempo, pois acreditávamos, então, que o acompanhamento das mudanças de usos e das reformas nos daria a análise do bem tombado.

Não existe uma sistematização das plantas e muito menos das reformas ocorridas na Hospedaria dos Imigrantes. Há algumas placas indicando datas de reformas e ampliações, que são próximas a mudanças de uso do prédio, o que indicaria, aparentemente, que essas reformas estariam ligadas às mudanças de uso.[9]

As datas dessas reformas coincidiam com períodos considerados chaves para o estudo da cidade de São Paulo, permitindo assim uma análise conjungada do par prédio-cidade. Os períodos compreenderiam: da construção (1886) até os anos 1910; anos 30; anos 50; de 1978 até hoje.

No decorrer da pesquisa, no entanto, esse caminho, via cortes temporais, pareceu-nos equivocado, pois a pesquisa havia se organizado por algumas frentes de estudo caracterizadas por três entradas, a saber: pelo patrimônio (capítulo 1), pelo edifício (capítulo 2) e pelo bairro (capítulo 3). O objetivo não era uma análise histórica linear, mas a discussão de alguns temas específicos. Paralelamente a uma investigação sobre o prédio e sua história, estudamos a questão da inserção do conjunto na cidade e do objeto como bem patrimonial.

A ampliação do nosso olhar para as questões do patrimônio levou-nos a uma compreensão dessas questões segundo um enfoque que busca mais os significados e valores relacionados ao bem, e que imprimem a ele uma certa continuidade, do que uma sucessão dos usos ao longo do tempo.[10]

---

[9] As placas chumbadas na parede da Hospedaria dos Imigrantes indicam reformas nas datas de 1908, 1936 e 1959.

[10] Foram realizados cursos com historiadores e antropólogos, com o intuito de se abrir e completar a compreensão da problemática relativa ao patrimônio cultural.

O período que compreende a passagem do século XIX para o XX foi por nós considerado crucial para o entendimento da Hospedaria dos Imigrantes como bem tombado. Isto porque o valor atribuído à Hospedaria, que a coloca como um objeto patrimonial, é sua razão histórica, pois o tombamento explicita uma vinculação à grande imigração, o que nos remete ao período de sua construção. Valor este que justifica o próprio tombamento e é a razão de ser, aliás, do próprio prédio. As questões relacionadas ao porquê da construção de uma hospedaria e ao seu significado são extremamente duradouras e permanentes na sua história, reforçando a centralidade desse período. As alterações de uso posteriores não alterariam o caráter primeiro do prédio, e sua inserção na cidade manteria certas características atualizadas.

Não é qualquer período que interessa ser analisado, mesmo que este seja fundamental para a compreensão da história do prédio. O que se busca é o entendimento daquele período que legitima o bem tombado. Sendo o tombamento do prédio ligado à grande imigração é a compreensão do porquê da sua construção e a maneira pela qual a Hospedaria foi consolidada que traz subsídios para a compreensão do prédio como bem tombado. Interessa estudar a Hospedaria/objeto patrimonial a partir de valores que a ela são atribuídos hoje. Assim, o período da sua construção e o atual, a partir do tombamento, são fundamentais para a compreensão desse diálogo passado-presente.

A análise é centrada, então, em dois momentos: o da construção da Hospedaria dos Imigrantes e hoje. Isso foi possível porque olhamos para o conjunto por um viés específico dado pelo valor do bem reconhecido pelo tombamento e pelo seu uso ao longo do tempo. O tombamento nos remete a esse período inicial, indicando um certo significado para a Hospedaria. Como isso ainda é percebido no conjunto? Em relação aos usos, consideramos que mesmo sendo alterados em alguns momentos, mantiveram de certa forma o mesmo caráter, imprimindo assim uma continuidade.

Em relação à pesquisa realizada, três foram as linhas mestras adotadas, a saber: o edifício, o bairro e o patrimônio.

Primeiro tratamos do edifício. Além das visitas, foram realizadas pesquisas

para formar um histórico do prédio. Encontramos poucos trabalhos específicos sobre as hospedarias de imigrantes no Brasil.[11]

Foi realizada uma pesquisa, junto ao Arquivo do Estado, nos Relatórios de Presidente de Província referentes ao período de construção da Hospedaria dos Imigrantes, de 1882 a 1889. Não foram consultados os manuscritos.[12] Foi consultado o material referente à Hospedaria dos Imigrantes no CONDEPHAAT, no Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (DPH/SMC) e na Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPLA). No DPH e no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, também foram consultadas, na biblioteca, pastas com recortes de jornais relativos ao Museu da Imigração e aos temas Migração e Imigração. Esse material não aparentava, no entanto, ter sido coletado com uma certa sistematização. De uma maneira geral, portanto, evitamos o uso dessa fonte. Por outro lado, a leitura desses artigos foi importante para perceber certo "espírito de época", por exemplo, para entender a recepção do museu, e a maneira como os migrantes eram vistos na década de 70.

Quanto às plantas da Hospedaria, foram encontradas cópias na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) de originais do antigo Departamento de Obras Públicas (DOP), atual Companhia Paulista de Serviços e Obras (CPOS), os quais também foram consultados.

Esse conjunto de plantas, com poucas exceções, não formava um conjunto coeso. Grande parte referia-se a uma reforma pontual e não era possível saber se havia sido executado ou não. Havia um levantamento de 1954 completo, que além de ter todo o conjunto, permitia saber como estava o conjunto naquele dado momento. Não encontramos a planta original, mas esta não foi uma preocupação fundamental para o desenvolvimento do trabalho, devido principalmente ao enfoque pelo qual

---

[11] Especificamente sobre as hospedarias encontramos: Arlinda Rocha Nogueira. "Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República" In: *Revista do IEB*. São Paulo: USP, 1981, nº 23, pp. 27-49; Gerson Bilezikjian. *Hospedaria dos Imigrantes*. São Paulo, 1985. Trabalho de graduação interdisciplinar apresentado à FAUUSP; Nelson di Francesco. *A Hospedagem dos Imigrantes na Imperial Cidade de São Paulo: um resgate documental cronológico dos primeiros tempos (1827-1888)*. São Paulo: cópia xerografada, jan.1999, s/pag.; e Hugo Segawa. *Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930*. São Paulo, 1987. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP.

[12] Apenas foram checadas as fontes das transcrições utilizadas do trabalho de Nelson di Francesco (*Op. cit.)* e o pedido de alinhamento para a Hospedaria dos Imigrantes, em nome de Matheus Häussler, cuja informação obtivemos em Eudes Campos (*Arquitetura paulistana sob o império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. São Paulo, 1997. Tese de doutoramento apresentada à FAUUSP).

abordamos a questão do patrimônio. Não privilegiamos uma análise mais técnica, que envolveria, por exemplo, uma datação precisa das reformas, ou uma análise mais aprofundada dos materiais e estilos, mas sim a compreensão do edifício na sua mutabilidade e nas suas permanências, como foi usado e por quem.

Em relação à inserção da Hospedaria dos Imigrantes no bairro, procuramos entender como era a sua presença ali e o que era o bairro do Brás, para podermos relacionar o prédio com o bairro. Fizemos uma análise dos mapas da coleção da Biblioteca Mário de Andrade, e constatamos que, por ser um bem público, a Hospedaria estava quase sempre indicada. As indicações não denotavam, no entanto, seu grau de inserção urbana. Apenas recentemente, e não no início deste trabalho, que a Hospedaria dos Imigrantes tornou-se mais conhecida, fato, sem dúvida, ligado ao trabalho de divulgação do Memorial do Imigrante.

Em relação ao bairro, procuramos consultar uma bibliografia diversa, englobando tanto estudos historiográficos como viajantes e memorialistas, buscando ampliar algumas imagens consolidadas desse espaço urbano.

O tema da imigração não foi de todo central na análise que fizemos. A bibliografia consultada foi utilizada para a formação de um quadro geral, e foi sendo ampliada conforme necessidades específicas que foram aparecendo. Apesar de estudarmos o prédio símbolo da imigração, esse tema, principalmente naquilo que se refere aos estudos rurais, não foi uma via pela qual acessamos o prédio.

Finalmente, em relação ao patrimônio, procuramos uma compreensão das suas questões gerais, como nascimento e evolução do conceito, e principais normas internacionais, e das questões relativas à experiência brasileira. Foi fundamental, nesse percurso, o contato com profissionais e bibliografia de outras áreas do conhecimento, que não a arquitetura, principalmente a história e a antropologia. De certa forma, houve uma identificação com essas duas disciplinas na maneira de encarar o patrimônio e a preservação, dentro de uma perspectiva que aborda esses temas como um fenômeno social.

1 – Patrimônio e tombamento: questões no estudo de caso

Nesse capítulo, em primeiro lugar, descreveremos como vemos a relação de patrimônio, política patrimonial e tombamento, em outras palavras, o que consideramos como questões patrimoniais e quais aspectos do tema preservação serão discutidos. Em segundo lugar, por quais entradas analisaremos a Hospedaria dos Imigrantes enquanto bem tombado, qual o nosso olhar frente a essas questões ditas patrimoniais e qual é a nossa maneira específica de entender um bem tombado, no caso específico a Hospedaria dos Imigrantes, na cidade hoje.

1.1 Patrimônio e tombamento

Patrimônio na origem do termo é, a grosso modo, o legado passado de uma geração à outra, do pai ao filho.[1] Hoje, entende-se praticamente como *"todos os bens, todos os 'tesouros' do passado"*.[2] Houve um alargamento do conceito de patrimônio e dos critérios para se considerar determinado objeto um bem patrimonial. Vários adjetivos podem qualificar um patrimônio - histórico, artístico, cultural, ambiental, urbano, arqueológico - dependendo do enfoque dado e da amplitude do conceito adotado.[3] A noção de patrimônio histórico e artístico nacional, por exemplo, nasceu, como o próprio nome indica, vinculado a uma idéia de nação, de valor nacional:

> *"A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi*

---

[1] Conforme Françoise Choay. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

[2] Conforme Jean-Pierre Babelon e Andre Chastel. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994, p.11. Sobre a evolução do conceito de patrimônio na França, ver também: Marie-Anne Sire. *La France du patrimoine: les choix de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1996.

[3] Não se discutirá aqui a evolução do conceito de patrimônio ou o que cada adjetivo indica. Há alguns trabalhos que abordam essa evolução, uns com enfoque na sociedade francesa, como: Jean-Pierre Babelon e Andre Chastel. *Op. cit.* e Marie-Anne Sire. *Op. cit.*; outros com enfoque mais geral como: Françoise Choay. *Op. cit.* Em relação ao processo brasileiro há vários livros e artigos que analisam a constituição de uma preocupação com a questão preservacionista na sociedade brasileira ou a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação: Antonio Luis Dias de Andrade. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, 1993. Tese de doutoramento, apresentada à FAUUSP; Antonio Augusto Arantes. "Patrimônio cultural e nação". In: Angela Maria Carneiro Araújo (org.) *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, pp.275-290; Maria Cecília Londres Fonseca. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

> *precedida, na civilização ocidental, pela 'autonomização' das noções de Arte e História. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação."*[4]

No Brasil, o modelo de preservação é muito tributário do modelo francês,[5] pode-se considerar que o Estado foi, e ainda é em grande parte, o responsável pela escolha e análise dos bens considerados "legítimos" como representantes da nação e portadores da identidade nacional, e o responsável na aplicação do instrumento jurídico que garante a sua preservação, o tombamento.

Seguindo esse raciocínio, entendemos política patrimonial como as práticas governamentais relacionadas à escolha e gestão dos bens possuidores de determinados valores, que justamente formariam o patrimônio da nação, ou da sociedade.

> *"É por meio do tombamento que alguns artefatos são destacados de outros da mesma espécie e oficialmente reconhecidos como portadores de representação cultural, isto é, de qualidades materiais e simbólicas, o que confere aos bens materiais, um novo valor, o de serem parte do patrimônio social."*[6]

Desta forma, percebe-se que os valores atribuídos ao bem partem de um lugar específico da sociedade, no limite, partem das pessoas que os analisam. Assim, podemos dizer que toda política patrimonial é um julgamento de valor, e que a sua análise pode revelar uma determinada maneira de compreender o mundo e a sociedade brasileira.[7] Toda política de preservação é baseada em escolhas. O próprio ato de selecionar algumas coisas em detrimento de outras para serem preservadas e legadas às gerações futuras é baseado em valores e portanto juízo de valores. Estas

---

[4] Maria Cecília Londres Fonseca. *Op. cit.*, p.31.

[5] Segundo Maria Cecília Londres Fonseca ("Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN, 1996, pp.153-163) existiram basicamente dois modelos que se consolidaram no século XIX e foram apropriados por outros países ocidentais: o francês, onde o Estado assume um papel centralizador nesse processo de seleção e preservação dos bens, e o anglo-saxão, onde há uma grande participação da sociedade civil.

[6] Marly Rodrigues. "CONDEPHAAT e a memória de São Paulo". In: Edna Hiroe Miguita Kamide e Teresa Cristina Rodrigues Epitácio Pessoa. *Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998, p.13.

[7] "Ora, como vimos, o patrimônio cultural não se resume a uma listagem de objetos selecionados por técnicos competentes, mas se define como um complexo fenômeno social (em que as coisas também são mobilizadas). Consequentemente, é preciso dispor do conhecimento profissional das coisas (físicas) e da sociedade. Desse modo, é indispensável defrontar-se com o problema do valor e dos sistemas de valor que toda a sociedade formula, segundo seus diversos segmentos." Ulpiano T. Bezerra de Meneses. "O patrimônio cultural entre o público e o privado". In: São Paulo (cid.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.193.

escolhas são inerentes ao próprio processo da política preservacionista.[8]

Para entender a noção de patrimônio é necessário compreender esse processo. E ainda perceber que é essa seleção que faz a diferença. Se sempre há esse jogo de lembrar/esquecer, é partindo das diferenças das seleções que se pode chegar a uma análise crítica do objeto. Esses processos que levam a uma determinada escolha em detrimento de outra tornam-se, então, uma questão crucial para se pensar no patrimônio e na sua preservação.[9]

A perspectiva pela qual estamos entendendo patrimônio considera que ele será sempre um entendimento presente de um fato/objeto passado. Estarão sempre implícitos os juízos de valores de quem, ou da época, que o instituiu. Por outro ângulo, se há sempre a escolha do que legar ao futuro, há também o que ficou para trás. Nesse sentido, a política preservacionista é o reconhecimento por parte do Estado de um determinado valor sobre um objeto ou fato passado. Por isso conta-nos uma das histórias possíveis sobre determinada coisa.

O caminho entre aquilo que se tornou patrimônio, via tombamento, e aquilo que não o foi, é o esforço último deste trabalho. Procuramos analisar o bem tombado, portanto, não apenas pela via da política patrimonial, apesar de o processo de tombamento ser central nessa análise, mas como um objeto nas suas relações com o espaço e com os processos sociais que o configuram. Por isso o formato estudo de caso foi fundamental, pois permitiu, a partir de um exemplo, perceber o objeto nessas múltiplas relações. Foi através da análise de um objeto concreto, como por exemplo, da análise da continuidade de uso do conjunto, e da maneira como este dialogava com o entorno, que nos foi permitido refletir alguns temas relacionados aos valores patrimoniais, e perceber como tais valores são expressos no bem tombado.

> *"Falar-se de patrimônio cultural é falar de valores. (...) É preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos. Daí serem sempre historicamente marcados. Assim, para falar de valores culturais, exige-se o*

---

[8] Essa maneira de encarar o patrimônio como olhar de hoje para ontem é relativamente recente, a partir da década de 70. Ver: Antonio Augusto Arantes. "Prefácio". In: *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Maria Cecilia Londres Fonseca. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997 e Silvana Rubino. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Campinas, 1991. Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP.

[9] O trabalho de Jean-Pierre Babelon e André Chastel (*Op. cit.*) mostra-nos como a noção de patrimônio foi se alterando na França, durante sua história e como ela é embrenhada de diversos significados, como camadas que devem ser exploradas, existindo sempre o par do lembrado e do esquecido.

conhecimento das redes de interação por intermédio das quais são produzidos, armazenados, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados os valores. Neste processo, as coisas materiais e seus atributos (físicos) freqüentemente desempenham papel de enorme relevância. Por intermédio delas, com efeito, os indivíduos e grupos sociais categorizam os fenômenos, as formas de relação, as instituições, as pessoas, sinalizando e qualificando, negativa ou positivamente, induzindo, enfim, a uma determinada repartição de direitos e obrigações. Não se trata, pois, de uma atividade meramente especulativa, cognitiva, mas concreta, prática – política. É por isso que o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza."[10]

O tombamento de um edifício foi aqui considerado em três aspectos: (i) enquanto o reconhecimento do valor de um bem por parte do Estado (e daí com maior ou menor participação da sociedade civil, sendo mais ou menos compartilhado/representativo); (ii) como um instrumento jurídico de preservação, ou de garantia para a preservação (o que não garante a conservação e manutenção do prédio); e (iii) como um instrumento privilegiado para contar uma determinada história, isto é, um testemunho.

Para que essa última função apareça é necessário estar associada a outra coisa: é fundamental que o objeto tombado se mantenha em permanente diálogo com a sociedade e a cidade, no caso de bens imóveis. Essa é a condição para que os valores atribuídos a ele, e que ele, por sua vez, produz, sejam sempre recolocados, atualizados e ressemantizados, isto é, recebam novos significados. E também para que haja de fato um reconhecimento ou atribuição de valor por parte dos diversos grupos.

É importante pensarmos nesses três aspectos do tombamento. Primeiramente, como produto de uma política oficial ou governamental, a preservação e os bens considerados dignos de reconhecimento dependem de uma determinada visão sobre um fato passado, conforme já mencionado. Em segundo lugar, como instrumento jurídico que garanta a permanência do bem, e que ainda proíba qualquer intervenção, salvo se aprovada pelo órgão responsável pela sua preservação, é alvo de interesses contraditórios, como por exemplo aqueles dos proprietários, dos preservacionistas, dos especuladores, ou dos vizinhos. Por isso tem que ser considerado na relação com esses agentes, e nesse sentido não é "neutro" nem "natural", nem tampouco

[10] Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Op. cit.*, p. 189.

consensual. No caso da Hospedaria dos Imigrantes, por ser um bem de propriedade e uso públicos, a questão da liberdade de dispor do bem é menos evidente. Finalmente, consideramos que por ser um elemento onde estão implicados tantos valores diversos, um bem tombado pode ter um papel organizador em um determinado espaço e em uma paisagem urbana.

> *"Mas, se o tombamento não é a totalidade do trabalho de preservação – pois este inclui inventário, inscrição, restauro, monumentalização, museus, etc. enfim, toda a história que o bem atravessa antes e após ser inscrito em um livro de tombo – é o momento mágico da classificação. É quando se fixa o que antes se encontrava solto, se destaca e se distingue o que era parte de um contínuo, quando se agrega o que era fragmentado. Ao ganhar um número de inscrição o bem adquire uma segunda existência: passa a fazer parte do modelo reduzido de um país imaginado."*[11]

A compreensão de que os valores atribuídos a um objeto vão se alterando com a história é um outro enfoque central deste trabalho. Se os valores da sociedade mudam, se os espaços se alteram, as relações dos elementos nesse espaço também se modificam. Isto foi percebido muito claramente no próprio processo de pesquisa, a partir das visitas ao local e do acompanhamento de algumas mudanças. Por isso não interessa estudar o prédio apenas do ponto de vista estrito do tombamento, pois este é considerado um momento específico da trajetória do edifício. Como então podemos atualizar o bem tombado?

> *"Com o tempo, os ambientes urbanos transformam-se, e o mesmo ocorre com os significados de seus elementos constitutivos, particularmente aqueles que foram deliberadamente 'libertados' de seus contextos originais para se tornarem monumentos oficiais mediante a chamada 'preservação'."*[12]

Se o tombamento representa um momento de atenção para determinado bem, esse mesmo bem permanece. Provavelmente existirão outros olhares para aquele objeto e por isso é necessário que continue em diálogo com aquela comunidade, para que os valores a ele agregados possam ser sempre atualizados. Queremos ressaltar que se as escolhas e juízos de valores constituem o próprio processo, é necessário que estejam claros para que permitam as mais variadas interpretações e para que se possa refletir sobre seu significado ou conseqüências. Em outras palavras, estamos

---

[11] Silvana Rubino. "O mapa do Brasil passado". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN, 1996, p.98.

[12] Antonio Augusto Arantes. "Patrimônio cultural e nação". In: Angela Maria Carneiro Araújo (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 277.

considerando, e esse é o nosso ponto de partida, que (i) é próprio da política patrimonial uma escolha daquilo a que se atribui valor e (ii) é próprio dela também representar um olhar específico, e por isso será sempre parcial, ou melhor, não abarcará a heterogeneidade da sociedade. Posto isso, o que interessa nesse estudo é tentar compreender quais são as conseqüências desse processo. O que estamos escolhendo para legar ao futuro, que paisagem urbana ou qual cidade e história queremos.

Por isso não interessa discutir se a Hospedaria dos Imigrantes deveria ou não ter sido tombada e por quais valores e justificativas, mas, sendo tombada por um valor específico relacionado à grande imigração, ao ciclo do café e ao processo industrial da cidade de São Paulo, como esses valores são atualizados hoje no prédio e no bairro e, principalmente, como outros valores e características também relacionados à história da Hospedaria dos Imigrantes resistiram ou não.

Esse trabalho partiu portanto dos valores apontados pelo processo de tombamento para analisar a Hospedaria dos Imigrantes e pensar quais são os significados desses valores no conjunto hoje, ao mesmo tempo em que foi a partir da Hospedaria dos Imigrantes que pudemos refletir sobre o patrimônio.[13]

1.2 Hospedaria dos Imigrantes: política preservacionista

Em relação ao processo de tombamento e ao tombamento da Hospedaria dos Imigrantes foram investigadas duas linhas: uma procurando entendê-los dentro da política preservacionista, e a outra como instrumentos que geram e são gerados por determinados valores.

A preocupação, a partir do Estado, com a preservação do patrimônio surge no

[13] Não pretendemos discutir o tombamento em si, como instrumento jurídico. Estamos considerando-o como um instrumento muito importante, pois foi de fato através do tombamento que se protegeu vários bens culturais, sempre tão ameaçados. Ainda hoje ele é o principal instrumento de preservação. Parte da reflexão de Maria Cecília Londres Fonseca (*Op. cit.*), por exemplo, é baseada na análise dos tombamentos do IPHAN. É necessário, no entanto, fazer algumas ressalvas quanto ao processo de tombamento, mediante à prática e ao funcionamento dos órgãos preservacionistas, e aos procedimentos para instrução, avaliação e crítica sobre os bens tombados. Quantos não devem ter sido, por exemplo, os estudos de tombamento abertos como uma precaução contra riscos iminentes de destruição? Por outro lado, o bem que recebe a chancela do tombamento adquire um valor, ou melhor, é uma edificação diferenciada, dotada de reconhecimento e que, além disso, recebe restrições, já que não se pode alterá-lo ou reformá-lo sem a autorização do órgão responsável pela sua preservação, e ainda há as restrições da sua área envoltória. Além do mais, ele é um documento, é a prática da política de preservação, é o que fica. Tem portanto sérias implicações para a sociedade.

Brasil nos anos 20. Nesta década, vários anteprojetos e projetos de lei são apresentados com o intuito de se oficializar ou legalizar essa questão. Esse processo culmina com a criação do SPHAN[14] (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pela Lei n.º 378 de 13/01/1937 e pelo Decreto Lei n.º 25 de 30/11/1937.[15] Esse órgão era o responsável, então, pela definição de valores e critérios, e pelo levantamento e seleção dos bens que fossem representativos da cultura brasileira, que expressassem uma identidade nacional. Tratava-se de se definir quais seriam os "patrimônios da nação". O SPHAN[16] esteve sozinho nesta tarefa até o final da década de 60, quando começam a surgir os órgãos estaduais e, posteriormente, os municipais.[17]

FONSECA critica a atuação do SPHAN, nesses 30 primeiros anos, pela distância entre os valores atribuídos aos bens e o compartilhamento desses valores pela maioria da população:

> *"Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira."*[18]

---

[14] Existem alguns trabalhos que estudam os antecedentes da formação desse órgão, como ele se consolidou, qual eram as outras alternativas de institucionalização do nosso patrimônio que não vingaram, quais grupos assumiram o "controle" do órgão e como isso foi refletido na sua atuação, como em Helena Bousquet Bomeny. "O patrimônio de Mário de Andrade". In: Márcia Chuva (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, pp.11-25; Lauro Cavalcanti. "Introdução". In: *Modernistas na repartição.* Rio de Janeiro: UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993, pp. 9-24; e "Encontro moderno: volta futura ao passado". In: Márcia Chuva (org.). *Op. cit.*, pp. 41-53; Antonio Luís Dias de Andrade. *Op. cit.*; e Silvana Rubino. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968).* Campinas, 1991. Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP; Mariza Veloso Motta Santos. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970.* Brasília, 1992. Tese de doutoramento apresentada ao ICH –UnB; e Ítalo Campofiorito. "Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico". In: *Revista do Brasil 4*, 1985, pp.32-43.

[15] Ver Patrimônio Cultural. *Legislação federal. 1922-1945.* São Paulo: FAUUSP, 1974, v. 3.

[16] Em 1937, é instituído o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1946, passa-se a chamar DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1970, muda para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1979, é novamente SPHAN (mas agora como Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1990, a então SPHAN, mais a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória) unem-se no IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Hoje chama-se novamente IPHAN. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

[17] O órgão estadual paulista de preservação é o CONDEPHAAT. Foi criado pela Lei n.º 10.247, de 22/10/1968, sendo sua regulamentação, inclusive a disposição sobre o tombamento, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 149 de 01/09/1969. Para uma análise do CONDEPHAAT, ver Marly Rodrigues. *Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo.* Campinas, 1994. Tese de doutoramento apresentada ao IFCH-UNICAMP, ou ainda seu artigo "De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24: Cidadania.* s.l.: IPHAN, 1996, pp.195-203.

[18] Maria Cecília Londres Fonseca. *Op. cit.*, p.18.

Alguns trabalhos[19] reconhecem que a partir da década de 70 houve uma abertura do conceito de patrimônio, no âmbito da política federal.

> *"Tendo por centro a história da arquitetura brasileira, o SPHAN estabeleceu uma ortodoxia preservacionista que só viria a ser contestada a partir da década de 70, momento em que a discussão sobre patrimônio, no plano internacional, deslocara-se do objetivo de compor as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado, para a de integração ao planejamento urbano e territorial, e, no Brasil, ampliava-se o debate sobre cultura, em especial, o das relações entre esta e o Estado."*[20]

ARANTES aponta o final da década de 70 e a década de 80 como um momento significativo para o debate sobre preservação, e consequentemente da ampliação do conceito de patrimônio, que passou a abranger aspectos relativos à qualidade do ambiente urbano, a questões étnicas e à conservação do meio ambiente, para citar alguns. Para ele, duas são as causas principais ocorridas na década de 70: o crescimento súbito das cidades, que fez intensificar a especulação imobiliária e, consequentemente, o debate público acerca das questões preservacionistas, e as mudanças conceituais ocorridas no plano internacional, aliadas ao crescente reconhecimento da pluralidade cultural.[21]

> *"O crescimento da reivindicação do direito à memória, verificado desde a década de 80, é também o do reconhecimento do direito à diferença, à individualização de grupos aos quais a história negou o direito ao passado e o presente sonega o direito de pleno exercício da cidadania. O patrimônio, porém, sendo determinado pela história, representa o oposto da memória coletiva, buscada por estes grupos; ele constitui a memória histórica, e como tal desconhece a pluralidade cultural e as identidades particulares em favor das identidades nacional ou regional."*[22]

Essa abertura é dada tanto pela maior participação da sociedade civil nas questões preservacionistas e patrimoniais quanto pela maior abrangência dos objetos a serem protegidos:

---

[19] Como os já citados trabalhos de Antonio Augusto Arantes. *Op. cit.;* Maria Cecília Londres Fonseca. *Op. cit.;* e Marly Rodrigues. *Op. cit.*

[20] Marly Rodrigues. *Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo*. Campinas, 1994. Tese de doutoramento apresentada ao IFCH-UNICAMP, p. 24.

[21] Antonio Augusto Arantes. *Op. cit.* O autor refere-se aos acordos de Quito (1967), Nairobi (1976) e Machu Pichu (1977). A partir da década de 70 também consolidam-se certos aspectos já levantados pela Carta de Veneza de 64 (como o alargamento do conceito de patrimônio de monumentos isolados para sítios, de obras excepcionais para modestas, ou ainda a abertura do entendimento da disciplina da conservação e restauração como matéria interdisciplinar) e amplia-se ainda mais o conceito de patrimônio, abrangendo, por exemplo, o conceito de conservação integrada, levantada pela Declaração de Amsterdã (1975). Ver: *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

[22] Marly Rodrigues. *Op. cit.*, pp. 16-17.

> *"Se a inclusão desses tipos de bens no universo do patrimônio indica uma ampliação do que se considera bem cultural digno de proteção – ampliação que se deve, em grande parte, a mudanças nos estudos históricos – mais significativos, em termos simbólicos e ideológicos, são os pedidos de tombamento de bens representativos das correntes migratórias (alemã, italiana, japonesa), das etnias afro-brasileiras, da expansão das fronteiras para o oeste e o norte, de outras religiões que não a católica, e da cultura popular."*[23]

A partir de meados da década de 70, há também na cidade de São Paulo um debate sobre o conceito de patrimônio. Alguns fatos ilustram esse momento, como o levantamento realizado pelos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, a pedido da Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP). Neste trabalho, é incluída a noção de manchas urbanas, isto é, do edifício isolado passou-se também a se considerar o conjunto urbano, o que deu origem, no zoneamento da cidade, às Z8-200, que foram instituídas pela Lei n.º 8.328/75. Outro exemplo foi o *"Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos"*, realizado pela FAUUSP em convênio com o Ministério da Cultura, o IPHAN e o CONDEPHAAT, em 1974. Neste curso, houve a participação de Hügues Varine-Bohan, personagem ao qual é atribuído muita importância no sentido de abrir *"(...) o caminho para a compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas."*[24]

No CONDEPHAAT, começam a coexistir então orientações diversas em relação à definição do que seria patrimônio. Há tanto uma concepção de preservação até então inédita: *"(...) o tombamento passou a ser adotado como medida protetiva do meio ambiente e, por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana, tornando-se instrumento de elevação da qualidade de vida"*, como persistia a linha "*da representatividade histórica-arquitetônica dos objetos*". Nos anos 70 também são feitos alguns programas em associação com outras secretarias, onde se pode perceber "*a importância do planejamento como instrumento político e administrativo*".[25]

> *"(...) o conceito do patrimônio ambiental urbano, acreditavam, era mais*

---

[23] Maria Cecília Londres Fonseca. "Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN, 1996, pp.157-158.

[24] Marly Rodrigues. *Op. cit.*, p. 66.

[25] Ibid., pp. 75, 76 e 78 (respectivamente). Os programas citados são: o Programa de Núcleos e Cidades Históricas, o cadastramento de bens culturais realizados e o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano.

amplo e inclusivo que aquele que orientara as práticas preservacionistas até então, pois em lugar da singularidade e da monumentalidade, reconhecia em diferentes espaços urbanos os valores histórico, social, cultural, formal, técnico e afetivo que caracterizavam a cidade."[26]

Esse alargamento da noção de patrimônio também é percebido em relação ao ecletismo, estilo que havia sido deixado de lado até então.[27] Entre as décadas de 70 e 80 também foram abertos processos e tombados outros edifícios ecléticos, além da Hospedaria dos Imigrantes (78/82),[28] como Matadouro Municipal (73/85), Caetano de Campos (75/76), Estação da Luz (76/82), Estação do Brás (78/82), Palácio das Indústria (79/82), Pinacoteca (79/82), Palácio da Justiça (81/81), e Teatro Municipal (81/81).

Nos pareceres sobre a Faculdade de Medicina da USP (78/81), por exemplo, aparecem opiniões quase opostas sobre a questão eclética, onde se percebe também outra visão do "histórico":

Carlos A.C. Lemos:

"(...) deva ser enfatizado o enfoque histórico como justificativa do referido tombamento, porque quantos aos méritos arquitetônicos nada diz o estilo eclético tardio expressado por um neogótico totalmente alheio ao nosso processo cultural."

Ulpiano T. Bezerra de Menezes:

"O edifício central da Faculdade de Medicina, a despeito da ausência de 'méritos arquitetônicos' de categoria estética, me parece (...) de relevante 'mérito arquitetônico' como definição física de uma escola de medicina modelar, no padrão da época (ponto de partida para o renome que ganhou a Faculdade, a seguir) e, mesmo, para a constituição em São Paulo e no país, de sua primeira universidade efetiva."[29]

Ou seja, o alargamento do conceito de patrimônio é percebido na medida em que, no primeiro caso, refere-se apenas a uma concepção arquitetônica relacionada à estética, à técnica e ao estilo, pretensamente neutra, pois o estilo eclético não é visto numa determinada relação temporal, mas em um tempo absoluto. Já no segundo

---

[26] Ibid., p. 80.

[27] Essa falta do ecletismo na lista dos bens tombados pelo SPHAN é sentida por muitos autores, como Ítalo Campofiorito. *Op. cit.*

[28] A primeira data refere-se ao ano de abertura do processo, e a segunda ao ano de tombamento. Conforme dados de Edna Hiroe Miguita Kamide e Teresa Cristina Rodrigues Epitácio Pessoa. *Op. cit.*

[29] Esses trechos foram citados em: Maria Cecília França Lourenço (org.). *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Edusp, 1999, p.44.

caso, a concepção arquitetônica não é apenas uma questão da estética pura, ou da técnica, ou do estilo, mas é compreendida em um contexto histórico dado, em relação à sociedade da época, à concepção de escola e de medicina que se tinha então. A visão de história é diferente, pois enquanto no primeiro caso os valores são tidos como universais, no segundo caso são relacionais.

•

A antiga Hospedaria dos Imigrantes, também conhecida como Hospedaria do Brás, é um conjunto de edificações localizadas à Rua Visconde de Parnaíba (divisa entre os bairros do Brás e da Mooca). Apesar de localizada no bairro da Mooca, a Hospedaria é comumente indicada como pertencente ao bairro do Brás, especialmente porque sua história está intimamente ligada a este bairro. Com efeito, a história do bairro do Brás, na imagem de um bairro de trabalhadores imigrantes confunde-se com a da própria Hospedaria, conforme será abordado no capítulo 3.

Algumas instâncias de preservação atuam sobre a Hospedaria dos Imigrantes: é Z8-200-106 e é tombada pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP. (VER FIGURAS 21 E 22)

As Z8 são zonas especiais criadas pela Lei n.º 8.328/75, que legisla sobre seu uso e ocupação do solo. As Z8-200 são referentes a *"(...) imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação"*.[30] Essas áreas de Z8-200 foram, inicialmente, definidas em um levantamento dos bens arquitetônicos de interesse cultural e ambiental da área central da cidade, realizado em 1974 pela COGEP, atual SEMPLA, coordenado pelos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo. Seu objetivo era criar um mecanismo de proteção municipal, até então inexistente, para preservação de testemunhos arquitetônicos, em face à constante transformação e destruição da cidade. Posteriormente, outras áreas e imóveis, da área central ou não, foram sendo incorporados às Z8-200, por intermédio de novas leis. Assim, em 1978, o conjunto da Hospedaria dos Imigrantes é classificado como Z8-200-106, pela Lei n.º

[30] Conforme Lei Municipal n.º 8.328, de 02/12/1975. In: *Código Geomapas do Zoneamento: parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Paulo*. 3ª ed., São Paulo: Geomapas, 1996, p.209.

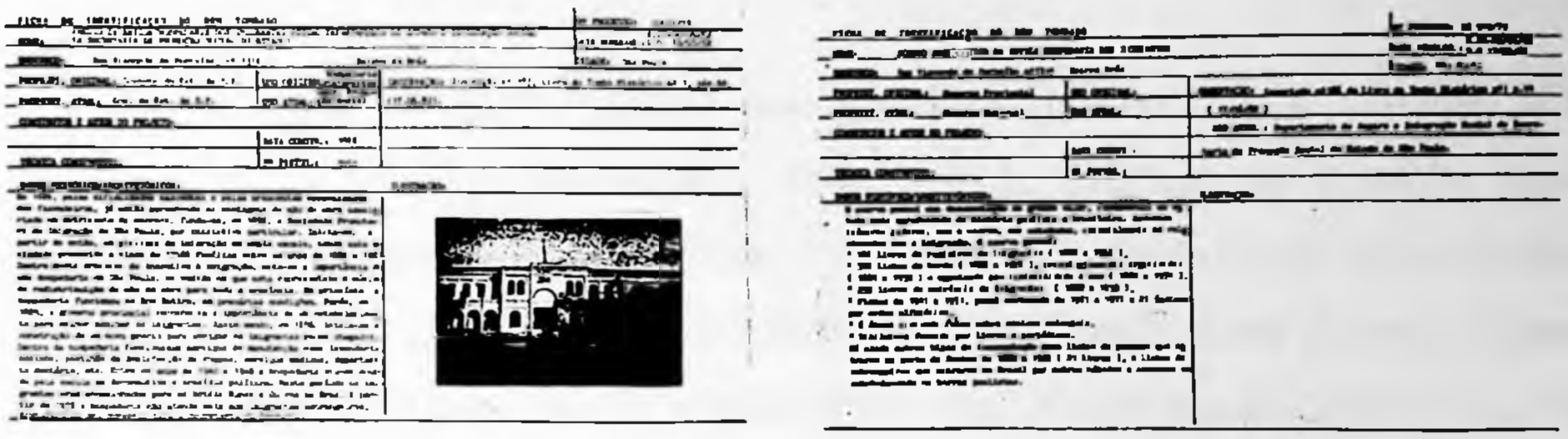


Figura 21
Ficha do bem tombado CONDEPHAAT.
fonte: CONDEPHAAT

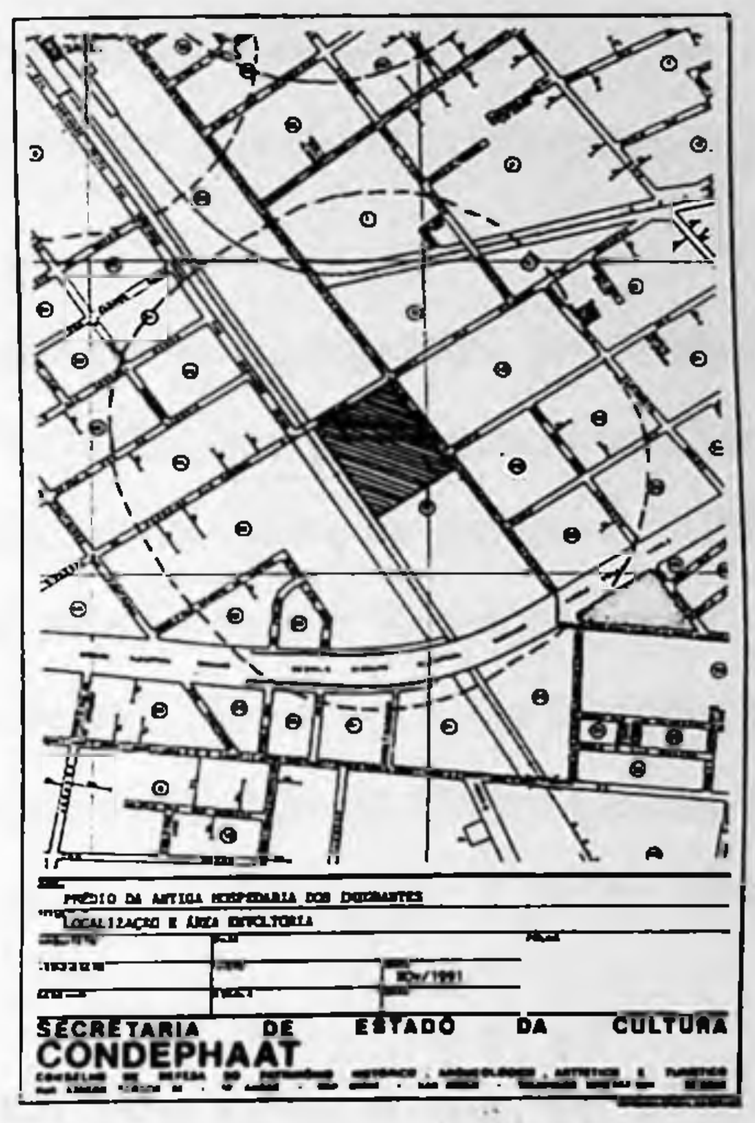
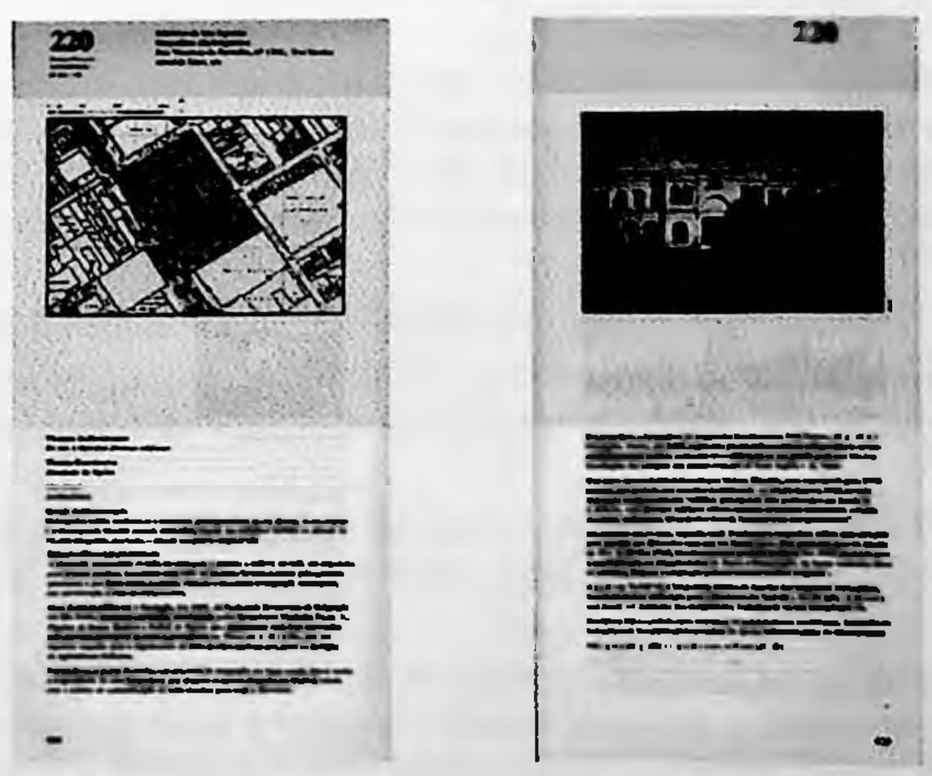


Figura 22
Ficha da Z8-200-106 SEMPLA.
fonte: SÃO PAULO (est.). *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo.* São Paulo: SNM/EMPLASA/SEMPLA, 1984.



8848/78.[31]

Essa Lei n.° 8848/78 instituiu sete novas Z8-200, no Brás e Tatuapé: Vila Queiroga (1905), Antigo Gasômetro (1889), Escola Estadual de Primeiro Grau Romão Puiggari (1898), Estação do Brás (1897), Antiga Sede do Clube Minas Gerais (1927), Hospedaria dos Imigrantes (1886/88) e Vila Brasil. Esses imóveis foram selecionados a partir de um estudo anterior feito pela COGEP e pelo DPH,[32] *"(...) no intuito de se selecionar um conjunto de elementos representativos do patrimônio ambiental urbano na área de influência direta da linha leste do Metrô, a fim de propor medidas de preservação que antecedessem as grandes transformações já previstas."*[33]

O conjunto arquitetônico da antiga Hospedaria dos Imigrantes foi tombado pelo CONDEPHAAT pela Resolução n.° 27, de 06/05/82, sendo publicado no Diário Oficial em 13/05/82 (Processo n.° 20601/78), e inscrito no Livro de Tombo n.° 187.[34] Pelo CONPRESP foi tombado por *ex-officio* de acordo com a Resolução 5/91, de 05/04/91.[35] O acervo arquivístico da antiga Hospedaria dos Imigrantes também foi tombado pela Resolução n.° 26, de 06/05/82, sendo publicado no Diário Oficial em 13/05/82 (Processo n.° 20949/79).[36] Tanto o acervo arquivístico como o prédio foram registrados no livro de tombo histórico.[37]

Seu pedido de tombamento foi solicitado pelo então diretor do DPH, o

---

[31] *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: SNM/EMPLASA/SEMPLA, 1974. A Z8-200 não é um instrumento de tombamento. Ela submete qualquer modificação no lote, na edificação ou na vegetação ao controle e autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e da Secretaria Municipal de Cultura.

[32] O Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo foi criado na década de 70, sendo o tombamento municipal instituído pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (CONPRESP), criado pela Lei n.° 10.032 de 27/12/1985. São Paulo (cid.). Departamento do Patrimônio Histórico. *Inventario geral do patrimônio ambiental, cultural: aspectos metodológicos*. São Paulo: DPH, 1986, apêndice.

[33] São Paulo (cid.) *Patrimônio Ambiental Urbano/ZL*. São Paulo: SMC/DPH/COGEP, s.d., p.3.

[34] "(...) conforme dispõe o artigo 139, do Decreto Estadual nº 13426, de 16/03/79." In: *Processo n.º 20.601 ano 1978. Solicita tombamento da Hospedaria dos Imigrantes, à r. Visconde de Parnaíba, 1316*. São Paulo: CONDEPHAAT, p. 70.

[35] Resolução que determina que todos os bens tombados pelo órgão estadual de preservação (CONDEPHAAT) também o sejam pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

[36] O acervo da Hospedaria dos Imigrantes consta, entre outras coisas, dos livros de registro dos imigrantes, listas de bordo, documentação sobre concessões de lotes, núcleos coloniais e terras do Estado vendidas a imigrantes, fichas de encaminhamento para trabalho, além de documentos, objetos e acervo iconográfico. Conforme Paula. P. S. Fernandes. (Coord.). *Guia dos Documentos Históricos na cidade de São Paulo (1554-1954)*, São Paulo: Hucitec/NEPS, 1998.

[37] Marly Rodrigues. *Op. cit.*, p. 151.

arquiteto Prof. Dr. Murillo Marx. Em seu requerimento já aparecem os valores (ou critérios) que justificariam o tombamento da antiga Hospedaria dos Imigrantes:

> *"Na data em que se comemora os 70 anos da chegada ao Brasil dos primeiros imigrantes japoneses e no sesquicentenário do início da imigração européia neste estado, o Departamento do Patrimônio Histórico solicita abertura de processo de tombamento da Hospedaria dos Imigrantes nesta capital.*
> *A Hospedaria dos Imigrantes constitui testemunho palpável e expressivo da acolhida oficial em São Paulo das diversas correntes imigratórias que tanto contribuíram em todos os planos da vida nacional. O digno prédio público, erguido para receber tantos novos brasileiros, muito enriquece, portanto a paisagem paulistana.*
> *Ao completar três anos de existência, o Departamento do Patrimônio Histórico formaliza este primeiro pedido de abertura de processo de tombamento diante do significado histórico, das características arquitetônicas e do possível papel referencial urbano futuro da Hospedaria dos Imigrantes."*[38]

No processo de tombamento é muito clara a opção pelo valor histórico do prédio, como um testemunho da acolhida oficial dos imigrantes.

> *"Resolução n.º 27 de 6 de maio de 1982:*
> *Artigo 1º: Fica tombado como monumento de interesse histórico ligado à problemática do processo imigratório paulista vinculado ao ciclo do café e à presente era industrial, o prédio da antiga Hospedaria dos Imigrantes, situado à r. Visconde de Parnaíba n.º 1316, nesta capital, construção de 1888, hoje ocupada pela Secretaria da Promoção Social, sendo que tal instituto preservado se estende à totalidade de terreno com seus jardins e edículas."*[39]

No parecer de um dos conselheiros, Maria Thereza Schorer Petrone, consta a sugestão do uso. Mostra também a importância da Hospedaria dos Imigrantes para o bairro do Brás, questão que será abordada no capítulo 3:

> *"Cabe lembrar ainda que a Hospedaria dos Imigrantes em grande parte é responsável pelas características que assumiu o bairro do Brás, descritas com tanta ênfase por escritores nacionais e estrangeiros.*
> *Dada a importância da Hospedaria dos Imigrantes na história da imigração e no desenvolvimento do Estado e da cidade de São Paulo, caberia ainda uma sugestão sobre o destino a ser dado ao prédio em questão (...) - deveria ser destinado, se possível, a um órgão cuja finalidade seria guardar a memória de todo o processo imigratório.*
> *Um museu e/ou um centro de estudos e pesquisas seriam talvez o destino mais coerente com o prédio em questão, tendo tal utilização a vantagem de*

---

[38] *Processo n.º 20.601 ano 1978. Solicita tombamento da Hospedaria dos Imigrantes, à r. Visconde de Parnaíba, 1316.* São Paulo: CONDEPHAAT, p. 2.

[39] Ibid., p. 58.

preservar as características do espaço interno."[40]

Em relação ao tombamento da Hospedaria dos Imigrantes,[41] de fato a inclusão da grande imigração, do ciclo do café, de São Paulo industrial e do ecletismo representam um significativo alargamento da política preservacionista, principalmente se tivermos em mente a prática do órgão federal nos seus trinta primeiros anos, privilegiando o barroco mineiro do século XVIII, a tradição católica branca e lusitana.[42]

É difícil perceber, no entanto, o limite entre uma mudança temática e uma mudança de enfoque do que seja o valor tombado. Aberturas nos temas, de um lado, mas permanência dos mesmos valores de outro, como, por exemplo, a análise a partir dos ciclos econômicos, visando a uma caracterização estilística do patrimônio relacionado a cada um dos ciclos. Até que ponto esses novos personagens realmente representaram um reconhecimento de que outros povos e culturas participaram, mesmo que de modo e intensidade diferentes, da formação da cultura brasileira, ou no caso, paulista, ou apenas se somaram aos antigos protagonistas, no sentido de contarem ainda uma história linear, dos grandes homens e feitos, ou uma história da ascensão social?

Os valores expressos no tombamento, ou melhor, o entendimento da Hospedaria dos Imigrantes enquanto um lugar cuja importância é sua vinculação à história da grande imigração, é, ao nosso ver, muito visível no conjunto hoje. Talvez a instalação do Museu da Imigração e posteriormente do Memorial do Imigrante, tenha explicitado ainda mais esse valor, visto que provocou a divisão do conjunto.

---

[40] Ibid., pp.38-39.

[41] Não procuramos fazer uma análise do tombamento no seu sentido restrito, ou melhor, analisando-o na sua vinculação estreita com a política preservacionista e dentro dos limites do órgão que o tombou. O interesse em estudar um caso específico justifica-se pela possibilidade de se ampliar essa abordagem. Uma abordagem mais preocupada com a trajetória da política preservacionista oficial deveria compreender esse tombamento específico dentro do percurso do CONDEPHAAT e também do IPHAN, o que foi apenas pincelado. Os órgãos a nível federal, estadual e municipal possuem especificidades próprias e por isso nem sempre o que se verifica a nível federal pode ser simplesmente rebatido para as outras instâncias. Não se pode, no entanto, pensar a questão da preservação e seus instrumentos (no caso, o tombamento) sem passar pela trajetória do órgão federal. A maneira como esse órgão foi instituído e a sua história são fundamentais para se pensar essa questão no Brasil. Analisando a questão preservacionista dentro da perspectiva de como a política preservacionista oficial a aborda, caberia uma indagação, por exemplo, sobre os limites e conceitos de um bem considerado de interesse nacional, ou estadual, ou municipal.

[42] Ver, por exemplo, trabalho de Silvana Rubino. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Campinas, 1991. Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP.

Nesse sentido, o tombamento poderia ser considerado como a monumentalização do bem, no sentido de algo feito para rememorar um determinado processo.[43]

1.3 Hospedaria dos Imigrantes: valores e significados

Pensando nos usos do conjunto hoje, talvez a Hospedaria dos Imigrantes não seja um caso típico de preservação, pois existem dois usos: ambos desejáveis por um processo de tombamento, mas cujos significados, ao nosso modo de ver, representam valores diferentes e nem sempre tão desejáveis assim.

Acreditamos que o museu e o albergue, mesmo que dividindo o mesmo prédio, não são apropriados da mesma maneira, ou possuem aceitações diferentes.

O Memorial do Imigrante, onde funciona o Museu da Imigração, que tem a guarda do acervo da antiga Hospedaria dos Imigrantes, representaria pois, a sugestão de uso dada pelo processo de tombamento. As pessoas se reconhecem no museu da Hospedaria dos Imigrantes,[44] e isso parece-nos fundamental para pensar o papel deste museu. Não interessa discutir a questão do que deva ser um museu da imigração, ou da museografia adotada, mas cabe pensar no museu, como destinação do tombamento. O museu, sendo um local de reconhecimento, ganha um sentido enorme.

O albergue, por sua vez, representaria o uso "natural" do conjunto. Se é importante manter, sempre que possível o uso original,[45] e reconhecendo o albergue

---

[43] Segundo a distinção entre monumento e monumento histórico usada por Choay, a partir de Riegl, poderia ser interessante comparar, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, monumento histórico, com o Museu do Ipiranga, construído na mesma época, mas como monumento, isto é, intencional. Françoise Choay. "A propos de culte de des monuments". In: Alois Riegl. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse.* Paris: Seuil, 1984; e "Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e seu uso nas práticas do patrimônio histórico". In: *Conference de Nara sur l'authenticité.* Paris: Unesco, 1995, pp.101-120. (tradução mimeografada)

[44] O processo indica um museu, ou centro de estudos referentes à imigração. Não foi possível rastrear se o museu foi criado por causa do tombamento, mas possivelmente não, pois quando o museu é criado em 1993, tinha-se a intenção de instalá-lo no Parque do Ibirapuera. De qualquer forma, a relação do museu com o prédio é bastante intensa, pois a escolha do local onde seria instalado o museu gerou uma certa polêmica entre os favoráveis à sua instalação no Parque do Ibirapuera ou no prédio da antiga Hospedaria dos Imigrantes, conforme depoimento mostrados na matéria "Museu do imigrante gera polêmica: Historiadores temem perda de importância da Hospedaria dos Imigrantes no Brás", publicada n'*O Estado de São Paulo*, de 01/08/1993: "O prédio da Hospedaria dos Imigrantes é em si o documento mais eloqüente da história da imigração no Brasil" (Benedito Lima de Toledo, urbanista) e ainda "A documentação e o prédio da Hospedaria formam um acervo único que não pode ser dividido" (Midory Kimura Figuti, historiadora e diretora do Centro).

[45] Conforme Carlos A.C. Lemos. *O que é Patrimônio Histórico.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

como uma atualização deste uso, o albergue representaria essa continuidade.[46]

De qualquer forma, seja qual for a maneira como o uso é encarado, o que é excepcional no caso da Hospedaria dos Imigrantes é que ambos os usos, seja o aconselhado pelo tombamento, seja o "original", estão ali ainda hoje representados. Para além de um aspecto simbólico do valor do prédio, ou do uso do prédio, o conflito de valores que um bem pode exprimir é nesse caso óbvio, pois físico. Temos, portanto, dois usos legítimos, mas que expressam uma visão muito diferente do significado da Hospedaria dos Imigrantes para a sociedade e para a cidade, o que nos leva a pensar como tratar a questão do uso em bens tombados. Como devemos fazer uma intervenção no uso? Devemos propor uma mudança, baseada em um valor específico atribuído a um determinado bem, ou deixá-lo permanentemente em um uso decorrente da sua própria história?

No caso analisado, o bem tombado Hospedaria dos Imigrantes, como museu, conta-nos uma história linear da imigração e também do prédio. Conta a saga das famílias, que vieram, sofreram, trabalharam duro e por fim se adaptaram. Parece ser a via da ascensão social e da civilização, em certo sentido, todos nós nos europeizamos. Mas, afinal, não era esse um dos objetivos da imigração? O branqueamento e a civilidade?

Todavia, a história do prédio não é apenas a da grande imigração, contada pelo museu. O uso como albergue também reflete a história do prédio. História, aliás, que não é só aquela da ascensão social. Nesse sentido, a história contada pelo museu produz dois recortes: (i) o do estrangeiro x o nacional e (ii) aquele que considera a história da grande imigração apenas na sua faceta do "fazer a América".[47]

Não parece ser fortuito, portanto, que existam três bustos no museu: o do Visconde do Parnaíba, "patrono da imigração", o de Francisco Matarazzo, e o de

---

[46] Esta questão será melhor trabalhada no capítulo 2.

[47] Não pretendemos negar a integração do imigrante, a sua importância fundamental como agente modernizador, nem tampouco sua contribuição para a construção do trabalho como uma categoria positiva e digna. "A adoção da perspectiva do pluralismo cultural não importa em negar o fato óbvio de que, nas condições de São Paulo, se deu um profundo inter-relacionamento entre a sociedade nacional e as várias etnias e destas entre si. A tal ponto, que é possível pensar em uma 'nova sociedade paulista', constituída por nacionais, imigrantes e seus descendentes, com traços próprios e diferenciados relativamente a outras regiões do país. É possível ainda pensar em uma 'ideologia paulista' do trabalho, constituída a partir do esforço dos imigrantes e das representações mentais a eles associadas." In: Boris Fausto. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP/IDESP, 1991, p.38.

Rodolfo Crespi. O primeiro foi, como presidente da província de São Paulo, o responsável pela construção da Hospedaria. Os outros dois encarnam a figura do imigrante que chegou praticamente sem nada, pobre, trabalhou e enriqueceu. Segundo MARTINS, o mito da ascensão social pelo trabalho sobrepõe-se *"(...) a uma história real de transformações lentas, de adaptações e soluções retrógradas para o problema das relações de trabalho, a histórias reais de privações e pobreza e de desrespeitos aos direitos da pessoa do imigrante e sua família."*[48]

O fato do prédio ter sido construído para a acolhida dos imigrantes pode não ser justificativa forte o bastante para que o seu tombamento só conte essa história. Parece-nos que o prédio sempre foi muito ligado aos trabalhadores, ou à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Desde a década de 30, a Hospedaria recebe migrantes, que também formaram a identidade de São Paulo, e também vieram em busca de uma terra melhor, sofreram, trabalharam duro e se adaptaram. Mas talvez eles não branqueassem e civilizassem, assim como grande parte dos estrangeiros lá acolhidos.[49]

Se o tombamento é um valor agregado a um prédio, pois é um reconhecimento do seu papel para um determinado grupo ou época, ele pode nos contar histórias diversas e talvez seja por esse plural que consigamos atualizar o bem e mantê-lo sempre em transformação, inerente ao ciclo vital. E um bem tombado, então, deveria propor novas abordagens, ampliá-las e não direcioná-las.

> *"A construção de um outro horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo mesmo quando tenham um fraco nexo com a história instituída. É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente*

---

[48] José de Souza Martins. "Viagem crítica pelo interior da história mítica da imigração" In: *DO Leitura- 500 anos de Brasil: caderno paulista 8*. São Paulo: V Centenário do Brasil em São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, s.d., p.5.

[49] Esta questão será abordada no capítulo 2.

o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado."[50]

A maior parte do conjunto continua com o uso que sempre foi dado ao prédio, de acolhimento de pessoas, e a outra parte foi destinada ao uso já previsto em seu processo de tombamento, o museu.

O que interessa é perceber como o bem tombado, ou os valores a ele referidos, interage no próprio conjunto e com o entorno. O que significa essa divisão albergue/museu? Será que o albergue e o museu têm a mesma inserção no entorno? Por que tombar a grande imigração? Como ficam os demais usos e temas neste edifício?

Este trabalho faz um esforço em tentar recuperar, no bem tombado, outras possibilidades que não apenas aquelas que o tombamento indica. Procuramos uma característica que desse conta das problemáticas referentes a Hospedaria dos Imigrantes ao longo de sua trajetória, ao invés de privilegiar um período único. O percurso foi distinto do percurso de um tombamento. Não interessava selecionar o uso ou o período que se julgasse o mais importante ou o mais característico, mas buscar uma característica comum aos diversos usos e períodos.

A relação da Hospedaria com o mundo do trabalho e como um espaço marcado por um caráter de segregação, talvez exclusão, verificado em seus usos, pareceu-nos uma continuidade forte na história desse prédio e um caminho possível para atualizar o prédio, fazer sua tradução para os dias de hoje. As análises desses aspectos serão abordadas numa perspectiva interna do conjunto e na sua relação com o entorno e o bairro, nos próximos capítulos.

---

[50] Maria Célia Paoli. "Memória, História e Cidadania: o direito ao passado". In: São Paulo (cid.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.27.

2 – Hospedaria dos Imigrantes: do lote para dentro

Este capítulo analisa o prédio em si mesmo. Procura compreender o que significou a construção da Hospedaria dos Imigrantes do Brás. "Do lote para dentro" significa não apenas uma análise da arquitetura, reformas ou aspectos físicos, mas quer dizer que é a instituição Hospedaria dos Imigrantes que aqui analisamos.

Interessa investigar algumas questões referentes ao edifício, sempre lembrando que o objetivo fundamental da análise é a sua compreensão enquanto bem tombado, ou melhor, como objeto patrimonial.[1] Nessa perspectiva, essas questões nos encaminham no sentido de tentar compreender quais são os valores ou significados simbólicos que acompanham a história deste edifício e em que medida eles permanecem ou são alterados. Por isso é necessário a compreensão do contexto histórico (que justificou e engendrou a construção do prédio), da arquitetura do edifício e de seu agenciamento, e dos seus usos (o que significaram e como foram alterados).

A Hospedaria dos Imigrantes fez parte da política imigratória, como um sistema articulado cujo objetivo era prover os cafeicultores paulistas, sobretudo de mão-de-obra para suas lavouras.[2]

A Hospedaria foi criada para acolher e encaminhar os imigrantes no período entre a sua chegada e a sua distribuição para as lavouras. Chegando ao Porto de Santos, os imigrantes eram enviados à cidade São Paulo, sendo alojados na Hospedaria por um período que variava de 6 a 8 dias,[3] onde recebiam alimentação e

---

[1] Isto é, mais do que entendê-lo como bem tombado e portanto relacionado a um específico valor apontado pela política patrimonial, interessa compreendê-lo como um objeto relacionado à história da cidade de São Paulo. Ver capítulo 1.

[2] "Contudo, a abolição tornou-se claramente inevitável, e os fazendeiros paulistas, cujo poder vinha crescendo decisivamente, conseguiram impor sua solução para o problema da mão-de-obra. Embora tenham sido necessários alguns anos e diversas modificações da lei que tratava da imigração subvencionada antes que o sistema funcionasse satisfatoriamente, o problema estava basicamente resolvido em meados da década de 1880." Michael Hall. "Trabalhadores imigrantes" In: *Trabalhadores n.3*, Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989, p.3.

[3] "A hospedaria recebia os imigrantes por um período de oito dias, como já dissemos, sem contar o dia da chegada. No caso de moléstia ou força maior esse prazo podia ser excedido por concessão expressa do Governo. No entanto, não era permitida a permanência de imigrantes que antes do prazo marcado tivessem encontrado colocação conveniente; e aqueles que se despedissem ou fossem despedidos da hospedaria em caso algum

tratamento médico, e de onde eram redistribuídos para toda a Província.

O edifício do Brás começou a receber os imigrantes em 1887. Os últimos imigrantes foram lá acolhidos em 1978.[4] No entanto, essa recepção não significou sempre a mesma coisa, conforme veremos ao longo do texto.

2.1 O edifício e o contexto histórico

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre é um elemento chave para a compreensão da sociedade brasileira no final do século XIX. Foi um embate bastante complexo, profundo e duradouro.

A questão da escravidão representou um elemento constituinte da sociedade brasileira. As relações de poder na base senhor-escravo tinham um reflexo muito amplo. Era uma sociedade agrária, latifundiária, marcada por relações pessoais paternalistas (poucos proprietários e uma massa de não-proprietários, pois mesmo os não-escravos, homens livres brancos, viviam à sombra ou na dependência do senhor), o que não abria espaço para a questão da cidadania e nem permitia uma distinção da esfera do público e do privado. O vínculo de dependência externa era um outro fator bastante forte na constituição dessa sociedade.[5]

A partir de 1850, já havia fortes pressões externas contra a escravidão, como a que levou à proibição do tráfico negreiro. De certo modo, os dias de escravidão estavam contados. A questão então de *como* acabar com a escravidão e *como* fazer uma transição para outra modalidade de trabalho parecia ser crucial. É lógico que

---

poderiam ser readmitidos, com exceção das viúvas com filhos, caso estivessem sem proteção e amparo, segundo ditava o ofício de 13 de junho de 1889, expedido pelo Brigadeiro Couto de Magalhães." (Lucy Maffei Hutter. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*. São Paulo: IEB-USP, 1972, p.82). Em 1908, no entanto, o tempo de permanência era de seis dias. (Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Breve notícia sobre a Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriça, sendo Secretário de Agricultura o Dr. Carlos Botelho*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & c, 1908, p.8).

[4] "De 1882 a 1978, passaram pela Hospedaria cerca de 2,5 milhões de pessoas, de mais de 60 nacionalidades e etnias, todas devidamente registradas em livros e listagens." (Secretaria de Estado da Cultura. *Conheça um pouco mais sobre o Memorial do Imigrante*. São Paulo: IMESP, s.d. Folder do Museu da Imigração). Considerou-se também o período de funcionamento da Hospedaria do Bom Retiro, a partir de 1882.

[5] Ver por exemplo: Emilia Viotti da Costa. "Da escravidão ao trabalho livre". In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, pp. 209-226; e Maria Cristina Cortez Wissenbach. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível" In: Fernando Novais (coord.) e Nicolau Sevcenko (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 49-130.

não interessava às elites perder o controle da situação e, obviamente, o controle sobre os trabalhadores.

> *"Era preciso, pois, promover a criação ou recuperação da idéia de trabalho; torná-la convincente e encontrar os elementos adequados para a formação de um mercado de trabalho e os meios para torná-lo disciplinado. Uma sociedade do e para o trabalho que seria formada, se necessário, com trabalhadores estrangeiros. A transição deveria ocorrer sem que se fizessem alterações na estrutura fundiária e na produção."*[6]

Como transformar escravos em trabalhadores disciplinados, segundo a ética de trabalho capitalista? Como transformar a idéia de trabalho, numa sociedade onde o trabalho era desqualificado, afinal até bem pouco tempo era uma tarefa de escravos, ao mesmo tempo em que, na sociedade capitalista, o não-trabalho era sinônimo de vagabundagem?

Como obrigar libertos e nacionais brancos pobres aos novos padrões de trabalho, considerando os também novos ritmo, obrigatoriedade, tempo, disciplina? Como fazer uma população que tinha na *mobilidade*, conforme WISSENBACH[7] demonstrou, uma das suas maiores características, passar a ter residência e trabalho *fixos*?

Na escolha do trabalhador estava também incluída uma questão racial, que tendia a desclassificar os negros e nacionais e a acreditar na superioridade da raça branca européia. A imigração apareceu assim como uma boa solução, na medida em que poderia produzir o branqueamento desejado da raça, além de introduzir europeus ditos cultos e civilizados.[8]

> *"As imagens do brasileiro indolente, do trabalhador nacional apático, pouco ou nada adequado ao trabalho regular na grande lavoura, da*

---

[6] Maria Regina Capelari Naxara. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 1998, p. 52.

[7] "(...) a mobilidade e a miscegenação foram características que marcaram a fisionomia e o viver de largos contingentes que se deslocavam periodicamente no interior de uma mesma área ou em direção a outros pontos do país." Ou ainda: "Mobilidade provocada, sem dúvida, por um sistema que relegava aos homens livres um viver à margem e um aproveitamento residual, a estrutura da sociedade escravocrata engendrou homens andarilhos, 'sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram'. Mobilidade intensificada pelo monopólio da propriedade da terra, pelos grandes latifúndios e pela presença de escravos, num território que oferecia grandes extensões ainda não ocupadas, mudar de lugar sempre foi hábito dos homens livres pobres." Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Op. cit.*, pp. 56-57.

[8] Há também a ser considerada a questão internacional, isto é, havia uma grande crise na Europa e a necessidade de emigração, além de um desenvolvimento dos meios de transportes (navios a vapor, estradas de ferro) e das telecomunicações (data de 1886 a instalação do primeiro cabo telegráfico). Ver, por exemplo: Herber S. Klein. "Migração internacional na história das Américas". In: Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000.

inferioridade e despreparo do negro e do mestiço, do trabalho concebido como categoria socialmente degradada e degradante, são imagens endossadas por uma parcela significativa da elite brasileira, um endosso atrelado, e muito, à admiração pelas civilizações européia e norte-americana. No núcleo deste pensamento, o imigrante é visto a partir de um rol de qualidades infinitas que excluem o negro e o trabalhador nacional livre."[9]

Com o iminente fim da escravidão, algumas alternativas foram pensadas para a substituição do trabalho escravo. A imigração subvencionada pelo governo foi uma dessas alternativas e a mais significativa para o estado de São Paulo.[10] Segundo o então vice-presidente da província:

> *"Eis a necessidade social que exige os mais sérios cuidados de qualquer administração para satisfazê-la, tendo em vista que o imigrante é um elemento indispensável para a transformação do trabalho que se opera, e que deve ser operada de harmonia com as aspirações nacionais."*[11]

Em 1861, foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela colonização e, em 1863, a Agência Oficial da Imigração, subordinada a esse Ministério.[12] Houve também algumas iniciativas particulares: entre 1883 e 1891 funcionou, no Rio de Janeiro, a Sociedade Central de Imigração, que procurou promover a imigração para a pequena propriedade; entre 1886 e 1896 existiu, em São Paulo, a Sociedade Promotora da Imigração, que atuou no sentido de trazer mão-de-obra para a lavoura cafeeira paulista.[13] Embora com objetivos os mais diversos, esses diferentes órgãos ligados à imigração demonstram a importância desta última neste período.

---

[9] Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. "Trabalhadores italianos em São Paulo: uma busca do trabalhador ideal". In: *Revista do IEB*. São Paulo: USP, n.º 37, p. 191.

[10] Paula Beiguelman discute algumas questões da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mostrando por exemplo a posição dos diversos grupos cafeeiros sobre a questão. "A solução proposta pelo Oeste mais novo consistirá em despreocupar o fazendeiro do problema do transporte da mão-de-obra imigrante, chamando o governo a si, exclusivamente, todas as despesas com a imigração. Os colonos seriam trazidos do país de origem e colocados à disposição dos fazendeiros – tudo por conta do governo; e essa operação se repetiria quantas vezes fosse necessário, dispostas para ela as verbas competentes. Desapareceria para o fazendeiro o interesse em garantir a estabilidade do colono por meio de contratos longos e, para o imigrante, que sairia da Europa livre de dívidas e compromissos e podendo contratar-se livremente, aumentaria o interesse pela imigração." *A crise do escravismo e a grande imigração*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p.35. Col. Tudo é História.

[11] *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz vice-presidente da Provincia de São Paulo, passou a administração ao vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves*. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1885, p.23.

[12] Conforme Hugo Segawa. *Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil (1808-1930)*. São Paulo, 1987. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, p.243.

[13] Conforme Maria Tereza Schorer Petrone. "Imigração" In: Boris Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira. Tomo III: o Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp.93-133.

Algumas leis foram criadas para regulamentarem a introdução de imigrantes.[14] Tais leis autorizavam particulares a fazer um contrato com o Governo Provincial, por meio do qual comprometiam-se a trazer um determinado número de imigrantes, dentro de um determinado período, sendo que depois recebiam o pagamento do Governo. Muitos não conseguiram cumprir o contrato e este acabou rescindido, sendo os particulares obrigados a pagar multa.[15]

Como já dito, em 1886 foi fundada então, uma sociedade civil paulista, com o objetivo de promover a vinda de imigrantes. Era a Sociedade Promotora de Imigração, criada por iniciativa de Martinho Prado Jr., Nicolau de Souza Queiroz e Rafael de Barros, durante a gestão de Antonio de Queiroz Telles (Visconde de Parnaíba).[16] Essa sociedade existiu até 1896, trazendo imigrantes e sendo responsável pela administração da Hospedaria. Após sua extinção, o governo continuou com a imigração subvencionada e passou a ser o responsável pela administração da Hospedaria.[17]

A lavoura cafeeira paulista necessitava de um contínuo fornecimento de mão-

---

[14] Por exemplo, a Lei n.º 28, de 29 de março de 1884, a Lei n.º 14, de 11 de fevereiro de 1885, e o Regulamento de 24 de fevereiro de 1885. (In: *Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exmo. Presidente Cons. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o vice-presidente Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves*. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1885). A primeira dessas leis acima referidas mandava: "(...) pagar aos imigrantes vindos da Europa e Ilhas dos Açores e Canárias, como indenização da passagem, 70$000 para maiores de 12 anos, 35$000 para os de sete a doze e 17$500 para os de três a sete. A lei autorizava ainda, a criação de núcleos coloniais e o auxílio de 40$000 por adultos maiores de 12 anos e 20$000 para menores de sete a doze anos, aos particulares e associações que contratassem a introdução de imigrantes que se estabelecessem nos ditos núcleos." (Lucy Maffei Hutter. *Op. cit.*., p.26). Sobre o regulamento de 24 de fevereiro de 1885: "O art. 4 do dito regulamento era claro, dispondo que os imigrantes que entrassem nessa Província deveriam, em seguida ao desembarque, se recolher à hospedaria provincial de imigração, sob pena de perder o direito ao auxílio (...)." (Lucy Maffei Hutter. *Op. cit.*, p.62). Este auxílio era dado aos imigrantes espontâneos que viessem da Europa, Ilhas Canárias ou dos Açores. Posteriormente foi promulgado o Decreto n.º 2400, de 9 de julho de 1913, que mandava "observar a consolidação das leis, decretos e decisões sobre a imigração, colonização e patronato agrícola."

[15] Conforme os já citados Relatórios de Presidente Província para o ano de 1885.

[16] No *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Barão do Parnaíba no dia 17 de janeiro de 1887*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. p.125, o então Barão de Parnaíba escreve sobre a criação da Sociedade Promotora de Imigração: "(...) composta de cidadãos que se dedicam ao futuro e à prosperidade de nossa Província, **sem o mínimo interesse pessoal**. A sua diretoria compõe-se dos Dr. Martinho da Silva Prado Júnior, Nicolau de Souza Queiroz e Rafael Aguiar Paes de Barros." [grifo nosso]

[17] "Nos primeiros anos da República todos os serviços de imigração foram delegados pelo governo à Sociedade Promotora da Imigração fundada em 1886 por fazendeiros paulistas por iniciativa do Conde de Parnaíba, Antonio de Queiroz Telles, então Presidente da Província. Segundo consta, a Sociedade Promotora de Imigração foi a responsável pela introdução de cerca de 120.000 imigrantes até 1895, quando ela desaparece. Além de organizar a propaganda e a vinda de imigrantes, a Sociedade recebera a incumbência de administrar a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, onde os imigrantes eram alojados gratuitamente até seram contratados pelos fazendeiros." Maria Tereza Schorer Petrone. *Op. cit.*, pp.108-109. Ver também: Maria Eliana Basile Bianco. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. São Paulo, 1982. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP.

de-obra para garantir a possibilidade permanente de expansão de sua fronteira agrícola, para garantir a manutenção de baixos custos de reprodução da mão-de-obra, e para lidar com a mobilidade dos imigrantes. Era muito caro para os fazendeiros individualmente arcarem com essa ininterrupta introdução e controle de novos braços. Por isso o subsídio governamental dado ao transporte dos imigrantes, mais a centralização desse empreendimento em uma sociedade, como a Sociedade Promotora de Imigração, foram centrais para que o sistema funcionasse. De fato, a subvenção permitiu um arranque e uma solução para corrente imigratória.[18]

A escritura de constituição da Sociedade Promotora de Imigração foi assinada por vários fazendeiros,[19] muitos deles relacionados com o Governo. Ao que tudo indica, portanto, essa sociedade recebeu um grande apoio do governo, levando-nos a pensar onde terminava um e começava o outro. Não cabe aqui discutir ou analisar mais profundamente essa sociedade e qual foi realmente seu papel neste processo. O que interessa é ressaltar esse empenho e proximidade do governo e da elite do café na promoção da imigração.

Conforme BIANCO, a Sociedade Promotora da Imigração fazia exigência que os imigrantes fossem agricultores e que constituíssem famílias.[20] Pelos contratos dessa Sociedade pode-se constatar o padrão de famílias aceitas, por idade dos membros, sexo, estado civil, e grau de parentesco, reforçando-se a idéia da família nucleada como a ideal. Produzindo e reproduzindo, portanto, o trabalhador desejado.

A existência de um lugar próprio para a recepção e a distribuição dos

---

[18] "Para o sistema funcionar a contento era, entretanto, necessário respeitar a mobilidade do colono, seja entre as fazendas, seja na direção dos núcleos urbanos. Esse fator, obrigando a uma contínua introdução de novos imigrantes, tornaria impraticável o esquema no caso de financiamento das passagens continuar cabendo aos fazendeiros. Além disso, a transferência dessa despesa para os cofres públicos devia influir favoravelmente sobre a oferta de braços, uma vez que o imigrante estaria liberto da necessidade de reembolsar o preço da passagem, vendo acrescida, portanto, a sua remuneração." Paula Beiguelman. *Op. cit.* Ver também: Maria Tereza Schorer Petrone. *Op. cit.*

[19] A escritura de Constituição da Sociedade Promotora de Imigração foi feita de 02/07/1886, e contou com a assinatura de: Martinho da Silva Prado Jr., Raphael Aguiar Paes de Barros, Nicolau de Souza Queiroz, Visconde do Pinhal, Conde de Itu, Conde de Três Rios, Barão de Tatuí, Barão de Mello de Oliveira, Barão de Piracicaba, Antonio de Souza Queiroz, Augusto de Souza Queiroz, Francisco Antonio de Souza Queiroz, José de Souza Queiroz, Luiz de Souza Queiroz, Joaquim da Cunha Bueno, Jorge Tibiriça, Antonio Paes de Barros, Francisco Aguiar Paes de Barros, Benedito Augusto Vieira Barbosa, Augusto Cincinato de Almeida Lima, Elias Antonio Pacheco Chaves e Cel. Antonio Leme da Fonseca. Segundo Maria Eliana Basile Bianco. *Op. cit.*, p.44-45.

[20] Pois com as famílias presentes, alegavam que os imigrantes ficariam mais felizes e sua moral mais elevada, dificultando que desejassem voltar ao país de origem. (Maria Eliana Basile Bianco. *Op. cit.*) Além disso, a Lei n.° 28, de 29 de fevereiro de 1884, indenizava os imigrantes que viessem em famílias, sendo que a Lei n.° 14, de 11 de fevereiro 1885, definia o que era considerado família.

imigrantes faz parte, portanto, desse amplo e complexo sistema que foi a política imigratória. É necessário pois, compreender o conjunto da Hospedaria dos Imigrantes neste contexto.

> *"(...) o europeu que tem dinheiro não emigra para o nosso país: ele encontra, no seu, outros gozos e bem-estar e podendo viver em sua pátria, não vem aventurar seus capitais na indústria agrícola, sempre difícil e de resultado duvidoso. Vem para o nosso país o trabalhador, aquele que deixa a sua pátria, porque lá não pode obter nem o necessário para sustento seu e de sua família; vem, pois, gozar aqui de outras comodidades e sobretudo da abundância, característico dos países novos.*
> *Não devemos, pois, alterar o sistema até agora seguido, ele é o melhor e o mais cômodo para o imigrante. Chegado à nossa província sem dívidas, porque a passagem é paga pelo governo, encontra nas fazendas casa para si e sua família, alimentação, visto como recebe os bens necessários, cujo preço indeniza posteriormente, até o tempo em que ele próprio faz as suas colheitas, tendo mais quem dele cuide em suas enfermidades, e finalmente, quem o conduza e guie em sua aprendizagem. Entra imediatamente em trabalho, que lhe é pago, e com a faculdade e inteira liberdade de ação, e nem mesmo, em regra geral, estando na dependência de qualquer contrato escrito.*
> *Dentro do primeiro ano, feita a aprendizagem, aclimatado e conhecendo o modo de trabalhar, a propriedade das terras e todas essas noções práticas, necessárias à lavoura, tem suas economias, que deposita a juro, ou nas caixas econômicas e bancos, ou na mão dos proprietários, e assim progressivamente vai-se tornando independente e pode, como tem acontecido em escala bem importante, tornar-se a seu turno proprietário."*[21]

Então, se a imigração subvencionada veio como peça chave para a solução do trabalho livre, a Hospedaria foi um elemento constitutivo desse processo, pois garantiu a reunião dos imigrantes, o controle e a agilidade da realização de contratos, dificultando a permanência dos imigrantes na cidade. Estes eram subvencionados para o campo. A Hospedaria dos Imigrantes era uma porta para o campo.

2.2 O edifício e sua arquitetura

Antes da construção da Hospedaria do Brás, outros lugares na cidade serviram de posto de recepção dos imigrantes. Há algumas indicações sobre uma hospedaria no bairro de Santana em funcionamento no ano de 1878, e sobre pensões e casas que eram alugadas pelo governo para este fim.[22]

---

[21] Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*, p.121.

[22] Conforme Sônia Maria de Freitas. *E chegam os imigrantes ... (o café e a imigração em São Paulo)*. São Paulo, 1999 (edição da autora) e Nelson di Francesco. *A Hospedagem dos Imigrantes na imperial cidade de São Paulo:*

No início da década de 80, esse serviço começou a ser feito em um edifício no Bom Retiro:

> *"Antes da expedição do meu ato de 7 de dezembro findo, o Diretor de Obras Públicas teve ordem da Presidência para organizar o plano de uma hospedaria, tendo em atenção o crédito votado para esta obra. Informa o mesmo diretor que deteve-se na organização do orçamento porque viu que uma hospedaria para acomodar de 140 a 200 colonos, com as condições indispensáveis, não ficaria em menos de 70:000$000, não compreendendo o preço do terreno.*
> *Pelo meu ato de 7 de dezembro e pelos motivos que já tive a ocasião de expor, a comissão nomeada para a escolha do local apropriado, depois de uma exposição que revela o interesse que a dominou, foi de parecer que a compra do terreno e benfeitorias do lugar conhecido pelo – Bom Retiro – constituía uma operação vantajosa pela modicidade do preço e pela posição. O terreno mede 8.760 m2, com 120m de frente e com edificação que se presta a hospedagem de 500 imigrantes, custará a província talvez 20 contos.*
> *A indicação da comissão tem por si parecer do Diretor de Obras Públicas e conceito de uma boa escolha. Vou ordenar a aquisição destes terrenos e os reparos que forem necessários para que a hospedaria funcione com todas as comodidades."*[23]

Os imigrantes ficavam até 8 dias na hospedaria, recebendo 3 refeições diárias e tratamento médico.

> *"O serviço de alimentação é assim regulado. Às 6 horas da manhã, café com pão; às 10 horas o almoço; às 3 ½ o jantar, constando de carne, pão, batatas, legumes e algumas vezes bacalhau, sendo o serviço feito com asseio e sob a inspeção rigorosa de um empregado do alojamento."*[24]

Essa hospedaria, no entanto, mostrou-se pequena e inadequada em um brevíssimo espaço de tempo. Existiram várias reclamações em relação à distância entre este alojamento e a Estação do Norte, e ao transtorno que isso causava.

> *"Já em 1885, tendo um dos diretores da Sociedade Central de Imigração, Enes de Sousa, visitado a hospedaria do Bom Retiro, a encontrara em péssimas condições higiênicas, assinalando, também, a má colocação do alojamento, uma vez que, situado na parte baixa da Capital, estava exposto às inundações. Além disso, encontrava-se à grande distância da Estação do Norte, no Brás, distância que os homens eram obrigados a percorrer a pé,*

---

um resgate documental cronológico dos primeiros tempos (1827-1888). São Paulo: cópia xerografada, jan.1999, s/pag. (Acervo: Memorial do Imigrante).

[23] *Relatório dirigido a Assembléia Legislativa da Provincia de São Paulo pelo 1º vice-presidente da provincia Conde de Três Rios e apresentado no ato de instalação da mesma assembléia pelo 4º vice-presidente Dr. Manoel Marcondes de Moura e Costa*. Santos: Typographia a vapor do Diário de Santos, 1882, p.39.

[24] *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 26ª Legislatura em 10 de janeiro de 1885 pelo presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto*. São Paulo: Typ. da Gazeta Liberal, 1885, p.87.

enquanto que as mulheres e crianças eram transportadas em bondes até o Largo da luz, de onde deveriam ainda andar um quilômetro a pé até o Bom Retiro.
A casa que servia de hospedaria era um sobrado de dois andares, com repartições desiguais em tamanho; os imigrantes dormiam em colchões estendidos sobre tábuas apoiadas em cavaletes toscos, sendo igualmente de madeira as mesas do refeitório. Como armazém de bagagem servia um barracão que ameaçava ruir. "[25]

Além de não ser considerada de acordo com o "futuro promissor da província":

> *"Este edifício não oferece condições correspondentes ao seu destino, já porque só pode comportar número exíguo relativamente aos imigrantes que dão entrada nesta província, como principalmente pela distância em que se acha das estações de estrada de ferro e linhas de bondes, não falando das péssimas acomodações do edifício.* "[26]

Há poucas informações sobre a hospedaria do Bom Retiro nas fontes e na bibliografias consultadas se comparadas às informações da hospedaria do Brás. Muito provavelmente porque era a do Brás aquela que mais concordava com os ideais da política imigratória, pois simbolizava todo o empenho desta política. Era um edifício imponente, grande, moderno. Moderno tanto quanto às características da construção, - era de tijolos aparente, de estilo eclético -, como quanto àquilo que simbolizava, - a transformação do trabalho.

É importante notar que na década de 1880 o número de imigrantes recebidos cresceu de maneira significativa, para ter seu auge na década de 1890. Segundo os dados do Museu da Imigração:[27]

---

[25] Lucy Maffei Hutter. *Op. cit.*, p. 83.

[26] *Relatório com que passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exmo. Presidente Cons. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o vice-presidente Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves*. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1885, p.18.

[27] Esses dados estão à disposição em terminais de consultas no Memorial do Imigrante/Museu da Imigração.

IMIGRANTES ENTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1870/1951	
ANO	Nº IMIGRANTES
1870/1879	11.330
1880/1889	183.505
1890/1899	734.985
1900/1909	367.834
1910/1919	446.582
1920/1929	487.253
1930/1939	198.122
1940/1949	53.992
1950/1959	55.537
TOTAL	2.539.140

Verifica-se, portanto, que se a maior entrada de imigrantes acontece na década de 1890, o maior crescimento relativo ocorre justamente entre as décadas de 70 e 80, quando realmente houve um aumento considerável no número de imigrantes que chegaram, a ponto da recém-inaugurada hospedaria do Bom Retiro mostrar-se inadequada em apenas 3 anos.

Em 21 de março de 1885, foi promulgada a Lei n.º 56 autorizando a compra de um novo terreno para a edificação de uma nova hospedaria de imigrantes nas proximidades das linhas de ferro Inglesa e do Norte. O terreno foi escolhido por uma comissão.[28]

Em novembro de 1885, foi aberta uma concorrência para o projeto da Hospedaria dos Imigrantes. O edital indicava algumas diretrizes: capacidade para 1000 imigrantes (o dobro da do Bom Retiro); construção com um corpo central de um pavimento para a administração e alas com dois pavimentos para dormitórios. O edifício deveria ter *"todas as condições higiênicas"*, isto é, ser bem ventilado e iluminado, principalmente. Seu programa de necessidades consistia, além da ala para administração e dormitórios, em repartimentos para famílias, sala de jantar, cozinha, lavanderia, depósito de bagagens, banheiro, enfermaria, e laboratório. Deveria prever ainda condições de ampliação, ser isolado no lote, e ter uma *arquitetura "simples, elegante e adequada ao fim da edificação"*. As propostas deveriam ainda ser acompanhadas de um orçamento, cujo limite era de 100:000$000.[29]

---

[28] O processo de escolha do terreno e suas implicações são temas desenvolvidos no próximo capítulo.

[29] Nelson di Francesco. *Op. cit.* Este trabalho, que se encontra na biblioteca do Memorial do Imigrante, foi

"Ramos de Azevedo e nenhum outro arquiteto da tendência que expressa, estão preocupados com a originalidade do projeto, com a autenticidade e ineditismo do traço, criador da nova forma. Ao contrário, o projeto surge do conhecimento do 'tipo', surge da informação sobre as formas consagradas à função do edifício a ser projetado. A 'composição' nada mais é que o trabalho de viabilizar o novo edifício dentro de determinados limites dados pelo programa, orçamento, terreno e o que possa representar uma barreira, a partir dos pressupostos das formas tidas como 'corretas', como que inerentes à sua função. Daí a importância do estudo da estética e da história."[30]

Foram apresentados cinco projetos cujos autores eram: Luiz Augusto Pinto, Carlos Daniel Rath, Carlos Peyronthon, Manoel Ferreira Garcia Redondo e Henrique Sastre. Pelo que consta, nenhum deles apresentou o projeto completo mais o orçamento. Dois inclusive só apresentaram o orçamento. Todos excediam os 100 contos de réis. Apesar de todos, teoricamente, estarem fora das condições previstas no edital, foram analisados três projetos, sem haver uma justificativa para essa escolha: o de Luiz Augusto Pinto, o de Carlos Peyronthon, e o de Manoel Ferreira Garcia Redondo.

No parecer elaborado por Francisco Júlio da Conceição, Diretor Geral de Obras Públicas, foram levantados os principais pontos utilizados para a análise do prédio. Um aspecto interessante foi a sugestão do parecerista no sentido de que o edifício final fosse um apanhado das melhores idéias e características dos três projetos. Indicou ainda a necessidade de ampliação do orçamento.

A análise desse parecer permite-nos algumas considerações sobre valores e conceitos da arquitetura do final do século XIX. Por exemplo, havia toda uma preocupação com a forma do edifício: T, quadrilátero, ou duplo T. O primeiro era inconveniente pois pressupunha alas muito alongadas, que dificultariam, por exemplo, uma circulação eficiente; o segundo não permitia boa orientação e ventilação; o terceiro, por sua vez, mostrava-se o mais adequado permitindo, inclusive, posteriores ampliações dentro da "arte, harmonia e simetria".

---

realizado por um ex-funcionário da instituição. O autor coletou e transcreveu vários documentos manuscritos relativos às antigas hospedarias de imigrantes. Os dados aqui utilizados são dessas transcrições, que foram por ele checadas com os originais manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo.

[30] M. Cristina Wolff de Carvalho. *A arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo, 1996. Tese de doutoramento apresentada a FAUUSP, pp. 101-102. A autora analisa a obra do arquiteto Ramos de Azevedo, que atuou na cidade de São Paulo entre as décadas de 1880 e 1920. O projeto da Hospedaria, sendo de 1886, é contemporâneo à época de atuação de Ramos.

2.2.1 O projeto da Hospedaria dos Imigrantes

O Barão de Parnaíba, como presidente da província, no entanto, parece que não muito satisfeito com o resultado da concorrência, encomendou um novo projeto para o edifício, recusando as propostas já apresentadas sob os argumentos de ultrapassarem o orçamento previsto, e de não serem plenamente satisfatórias. O governo, então, elevou o orçamento inicial para 250 contos de réis e, nesta ocasião, aprovou o projeto de Matheus Häussler.[31] Fica talvez a questão de qual teria sido o real motivo da preferência por esse novo projeto.

> *"Não foi aceito nenhum dos planos apresentados em virtude da concorrência ordenada pelo meu antecessor. E, querendo dotar a Província de um **edifício apropriado ao grande fim a que se destina,** traduzindo desta arte o pensamento patriótico desta Assembléia ao decretar a referida Lei, mandei organizar novo plano, cujos detalhes constam minuciosamente do relatório do Inspetor Geral das Obras Públicas."*[32] (grifo nosso)

Ou ainda:

> *"Dos estudos comparados dos diversos projetos, com a lotação prescrita para acomodar 1000 imigrantes, deduziu-se evidentemente a manifesta impossibilidade de fazer-se com aquela quantia tão grande construção. Posteriormente fora aprovado por V. E. um novo projeto, oferecido pelo Sr. Matheus Haussler, que **bem compreendeu o espírito da administração, resolvendo o problema convenientemente, quer sob o ponto de vista de arte, de economia ou de instalação de serviços, quer quanto à distribuição e disposição dos diversos planos.** O referido projeto, em que forma bem ponderadas todas as suas partes constitutivas, mostra claramente **qualidades técnicas e de caráter apropriado aos fins a que é destinado.**"*[33] (grifos nossos)

---

[31] Matheus Häussler era um engenheiro-arquiteto de origem alemã. Trabalhou também como empreiteiro, o que lhe rendeu a construção da própria Hospedaria. "Estes trabalhos se acham bem adiantados e são executados por administração, fiscalizando-os esta diretoria que contratou tão somente com o Sr. Engenheiro Matheus Hausller a mão de obra por unidade de preços." (*Exposição com que o Exmo. Sr. Visconde do Parnaíba passou a administração da província de São Paulo ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente desta província no dia 19 de novembro de 1887- Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 15 de novembro de 1887 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição.* São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1887). Segundo Eudes Campos (*Arquitetura paulistana sob o império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. São Paulo, 1997. Tese de doutoramento apresentada a FAUUSP), há documentos referentes ao M. Häussler desde 1882 na cidade de São Paulo. Foi o autor de outros projetos/obras como o Palacete Elias Chaves (atual Campos Elíseos); sobrado na esquina da Rua São Bento com a São João (1883); armazém para Bruhns e Cia (1884); edifício comercial para Eduardo Prates no Largo do Tesouro, onde depois se instalou o Correio Geral (1887), e possivelmente o palacete de Rafael Aguiar Pais de Barros. Participou também do concurso do Liceu do Ipiranga (1884) com o pseudônimo de Ar e Luz. Entre 1882-1888 foram localizados 11 pedidos de alinhamento em seu nome. Entre eles, o datado de abril de 1887: "Diz M. Haüssler que tendo contratado a construção do novo alojamento para Imigrantes no Brás, Rua da Concórdia e Rua das Cancelas, precisa que V. Sa. se digne mandar dar o alinhamento e nivelamento para terreno." (In: *Obras Particulares*, vol.1, p. 154. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís).

[32] Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*, p. 123.

[33] "Anexo n.º 6: Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição" In: Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*

A partir deste trecho de documento é interessante pensarmos o que seria esse "espírito da administração": moderno, forte e empreendedor. Provavelmente está-se falando do objetivo simbólico que se queria atingir com essa construção: sobriedade, seriedade e poder. Também estão expressas outras características da arquitetura eclética do final do século XIX: preocupação com a tipologia, função, racionalidade, e técnica.

> *"Os 'dogmas estilísticos' divulgados diziam que a arquitetura pública era feita para durar, para expressar os ideais de nobreza, expressar a dignidade das nações. Tais objetivos só seriam alcançados se a arquitetura pública fosse composta segundo os ideais do classicismo, ainda que reinterpretados por uma visão mais concessiva. Para os prédios oficiais, não eram toleradas as fantasias estilísticas cabíveis na arquitetura privada."*[34]

Do ponto de vista da técnica, o projeto da Hospedaria estava de acordo com as teorias construtivas modernas da época. Não reproduzia mais a herança construtiva colonial, como a taipa, e as construções no alinhamento. Mas não era só no material empregado e na implantação no lote que esse edifício se destacava. O projeto da Hospedaria refletia uma preocupação com a higiene, palavra de ordem das teorias médicas da época. Havia porão, para evitar contato do chão diretamente com o solo; o pé-direito era alto, e havia muitas janelas para garantir o volume de ar necessário e sua boa circulação; as paredes internas eram caiadas.

O projeto inicial da Hospedaria, descrito no Relatório da Repartição de Obras Públicas,[35] previa um edifício principal grande, com aproximadamente 100 metros de frente, de dois pavimentos, cuja forma era um U invertido, situado no centro do lote. Era formado por três alas (uma longitudinal, paralela ao alinhamento do terreno e duas outras perpendiculares iniciando-se nos extremos). No pátio interno por elas formados dispunha-se um bloco térreo, utilizado como refeitório. Esses dois blocos em conjunto constituíam a forma de um E deitado.[36] A comunicação entre as alas do prédio principal e o refeitório era feita por quatro corredores e varandas de 3m de

---

[34] Silvia Ferreira dos Santos Wolff. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado apresentada a FAUUSP, p.142.

[35] "Anexo n.º 6: Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição". In: Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*

[36] A maioria das fontes descreve o prédio como um E deitado. O conjunto do prédio principal mais o refeitório realmente o formam. Optou-se, no entanto, por tratar aqui o prédio principal separadamente. Para citar alguns exemplos: Hugo Segawa. *Op. cit.*, p. 249 e *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Sempla/Emplasa/SNM, 1984, p.429.

largura.

Outros edifícios térreos isolados faziam parte do conjunto, tais como a estação de trem, o armazém, a enfermaria e a lavanderia, dispostos na periferia do terreno. Havia ainda a casa do inspetor, de dois pavimentos, localizada ao fundo do terreno. (VER FIGURA 23)

As obras de preparo do terreno foram iniciadas em junho de 1886 e as dos alicerces em julho. Em junho de 1887, devido a um surto de varíola na hospedaria do Bom Retiro, parte da obra foi entregue antecipadamente, para acomodar 1200 imigrantes. A obra foi completada em 1888.

Estética e tecnicamente, o projeto também foi inovador com seu estilo neoclássico e o aparelho de tijolo aparente. O aspecto eclético não era, no entanto, apenas a adoção de um estilo, mas representava um desejo de modernização da sociedade, no sentido de aproximá-la às sociedades européias ditas mais desenvolvidas e civilizadas. (VER FIGURAS 24 E 25)

> *"O caprichoso aparelho de tijolo à vista das edificações sugere que a Hospedaria dos Imigrantes seja uma das primeiras grandes obras com esse cuidado de acabamento dos paramentos externos."*[37]

As fundações foram feitas de concreto e os alicerces de alvenaria. As paredes de alvenaria foram executadas sobre um soco corrido de 1m de altura, sendo o tijolo aparente nas fachadas externas e caiado internamente. Cada andar tinha pé-direito livre de 5m, sendo a altura total 12m. A estrutura da cobertura do telhado era de madeira, sendo o vigamento do edifício sustentado por colunas de madeira no pavimento superior e colunas de ferro fundido no pavimento inferior. Os caixilhos eram de madeira.

> *"Como medida higiênica e econômica não são forrados os dormitórios e refeitórios, sendo profusamente esclarecidos e ventilados por numerosas janelas, altas e largas, fornecendo a ventilação natural um volume de ar nos dormitórios de 15 metros cúbicos para cada pessoa."*[38]

---

[37] Hugo Segawa. *Op. cit.*, p. 249.

[38] "Anexo n.º 6: Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição". In: Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*.

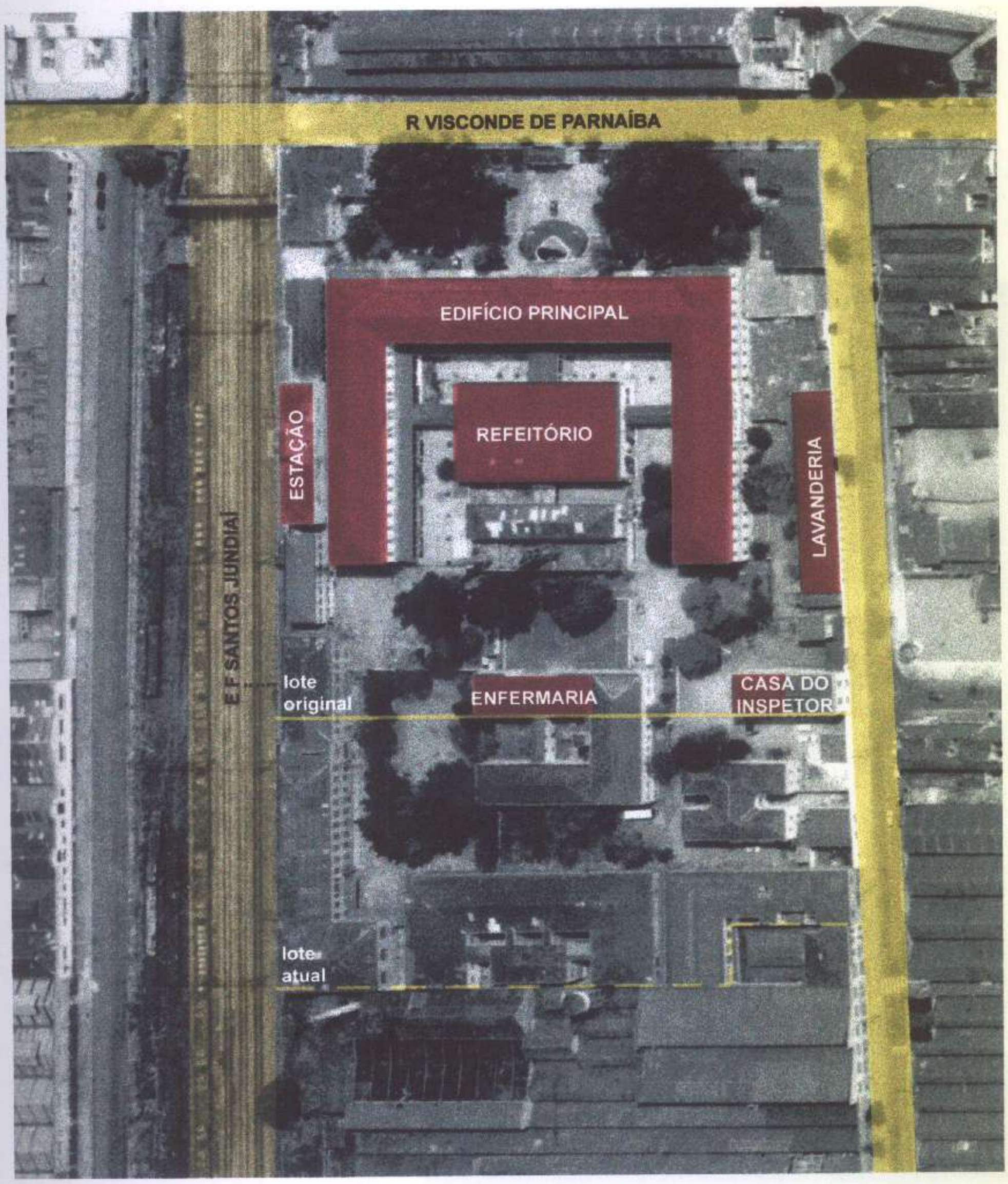
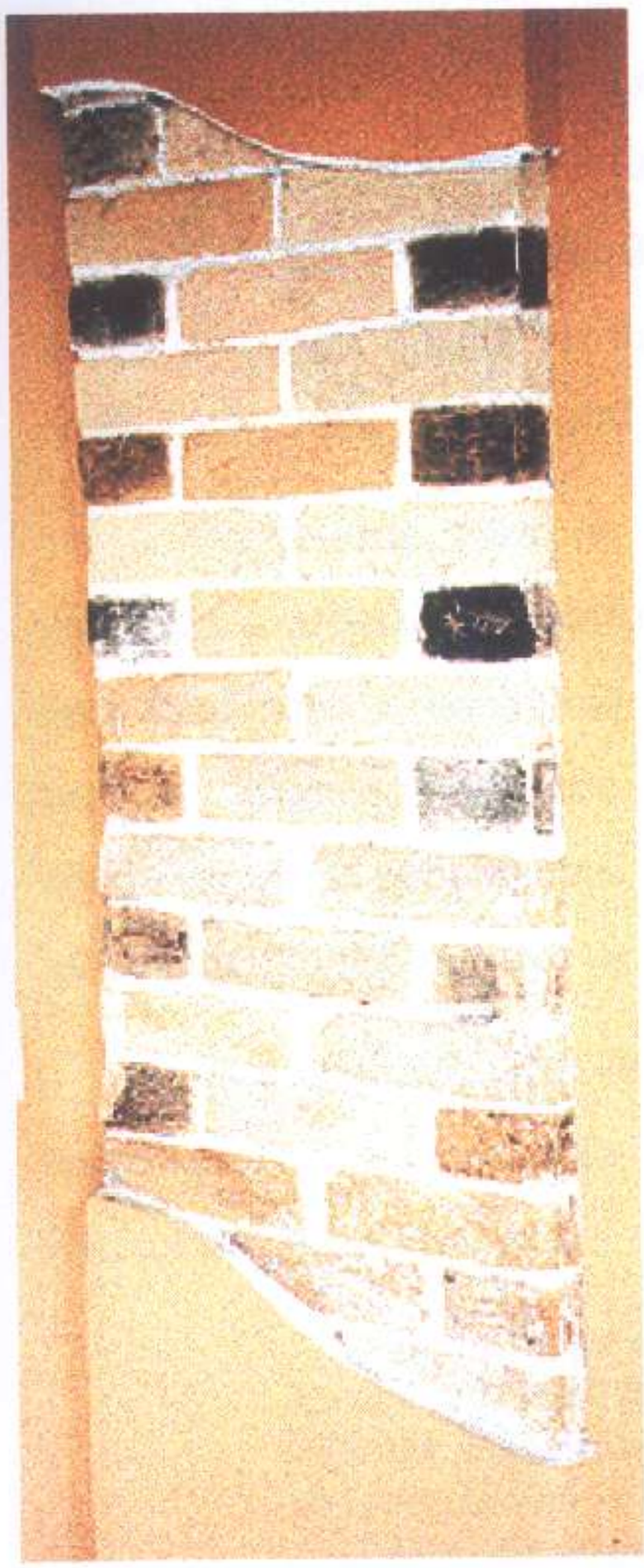
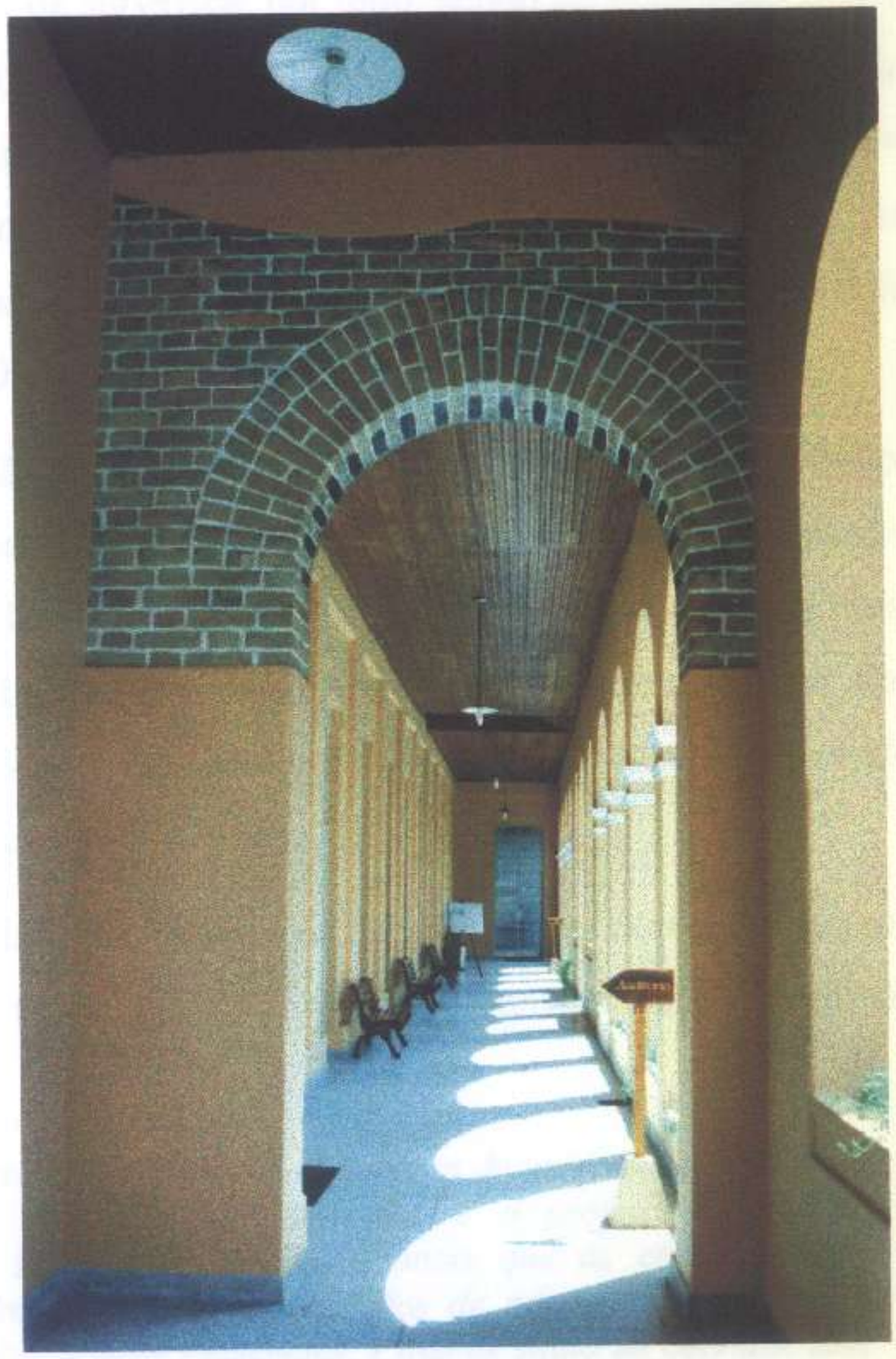


Figura 23
Hipótese do projeto original sobre foto aérea de 1995.
fonte: Dados retirados da descrição do projeto em: "Anexo n.° 6: Relatório da Repartição de Obras Publicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição". In: *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Barão do Parnaíba no dia 17 de janeiro de 1887*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp, 1887
fonte da foto: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A





Figuras 24 e 25
Detalhe do aparelho de tijolo.
março/1997 e fevereiro/2000

Segundo PINTO:

> *"O segundo pavimento tem 34 janelas de frente e o primeiro 10 janelas e 22 portas, além de dois alpendres."*[39]

No térreo havia compartimentos para famílias, um vestíbulo, e salas para administração. No superior, salões e compartimentos para famílias. O cálculo da lotação foi feito com base de $3m^2$ de superfície por leito, sendo no total 1360 leitos. O próprio relatório, no entanto, considerava boa a relação de $2,5m^2$ por leito, aumentando o total para 1600 pessoas.[40] Entretanto, apesar de se apontarem os números de leitos, há indicação nos viajantes de falta de camas no alojamento.[41] As fontes divergem quanto ao número de imigrantes que podiam ser alojados: 1200, 1360, 1600, 2000, 4000, 6000, 7000 e até 8000 pessoas.[42]

O refeitório, além do salão, abrigava cozinha, copa e despensa. A estação-armazém consistia em plataforma de embarque e desembarque, vestíbulo, armazém para bagagens, e banheiros e latrinas para homens. A lavanderia possuía dois tanques, lavabos, banheiros e latrinas para mulheres. Na enfermaria, além dos compartimentos para doentes, havia quartos para médicos, farmácia e serviços, sendo localizada *"longe de todos os ruídos e movimentos"*.[43]

Esse conjunto total de seis edifícios logo se modificou, sendo reformado, ou ampliado com a construção de novos blocos. Em 1888, constou no Relatório do Diretor de Obras Públicas:

> *"É certo que o primitivo orçamento do alojamento de imigrantes importava apenas 297:000$000, inclusive administração, e o projeto traçava-lhe menores proporções. Em tempo, porém, e antes que as circunstâncias surpreendessem a Administração em condições de não poder atender às exigências da imigração, sempre crescentes, e que de Maio de corrente ano em diante convergiram para a fonte d'onde emanavam os únicos recursos, tratou-se de modificar o primitivo plano de construção do alojamento de imigrantes, aumentando-se, melhorando-se, criando-se novas dependências,*

---

[39] Alfredo Moreira Pinto. *A cidade de São Paulo em 1900*. Edição fac-similada, São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 35.

[40] "Anexo n.º 6: Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição". In: Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*.

[41] Alfredo Moreira Pinto. *Op. cit.* e Henrique Raffard. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

[42] A discrepância entre os dados está tanto nas fontes de época, por exemplo, nos Relatórios de Presidente de Província e nos viajantes, como na bibliografia posterior.

[43] "Anexo n.º 6: Relatório da Repartição de Obras Públicas apresentado em 20 de novembro de 1886 pelo Diretor Geral Francisco Júlio da Conceição". In: Relatório de Presidente de Província de 17 de janeiro de 1887, *Op. cit.*

em suma, tratando-se de dar maior resistência e predispondo-o para as eventualidades, que quando se deram, já nos encontraram premunidos."[44]

Essa alterações previam, por exemplo, prolongamento das alas laterais do edifício principal, prolongamento da plataforma e construção de um segundo andar na enfermaria, duplicando a área desta.

O montante da obra e do projeto ultrapassaram bastante o orçamento inicial, atingindo a quantia de quase 500:000$000. Parece que a alegação do preço, portanto, era mais um pretexto do que uma condicionante.

"Despesas com o serviço de imigração desde o exercício de 1881-1882 até 22 de dezembro de 1888:
aquisição de um prédio no Bom Retiro:

1881-1882:	*20:000$000*

construção de um novo alojamento na freguesia do Brás:

1886-1887:	*169:645$051*
1887-1888:	*292:281$752*
1888-1889:	*24:705$330*
total:	*486:632$133*

compra de terreno na freguesia do Brás para a nova hospedaria:

1885-1886:	*17:000$000"* [45]

O conjunto da Hospedaria foi reformado várias vezes, indicando adaptações funcionais, sem nunca, no entanto, ter desvirtuado a ambiência original.[46]

Em 1908, por exemplo, o conjunto foi "aumentado e melhorado", conforme consta de uma placa chumbada em uma das paredes da Hospedaria dos Imigrantes.[47] Provavelmente sobre esta reforma ainda encontramos:

"Cecchi, comentando sobre a Hospedaria de Imigrantes, por volta de 1907, afirmava que o referido alojamento havia passado, até então, por diversas melhorias. Externamente, o edifício não sofreu praticamente modificação alguma, tendo isso sim, sido anexadas mais duas construções, uma à direita, outra à esquerda, as quais passaram a servir, respectivamente, de Agência de Colonização e Trabalho (criada em 1906) e de Agência Postal e Telegráfica, com uma Casa de Câmbio funcionando ao lado.
(...)

---

[44] "Relatório da repartição da obras públicas apresentado em 20 de novembro de 1888 pelo diretor geral Francisco Júlio da Conceição" In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889.* São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1889, p.11.

[45] Relatório de Presidente de Província de 11 de janeiro de 1889, *Op. cit.*

[46] Sobre mais dados referentes às reformas passadas ver também: Gerson Bilezikjian. *Hospedaria dos Imigrantes.* São Paulo, 1985. Trabalho de graduação interdisciplinar, FAUUSP.

[47] "Este estabelecimento foi aumentado e melhorado sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriça, sendo Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o Exmo. Sr. Dr. Carlos Botelho. 1908".

> *Em abril de 1908, inaugurava-se a creche, construída do lado direito da Hospedaria.*"[48]

O terreno da Hospedaria dos Imigrantes foi aumentado entre 1930 e 1954, quando foi anexado o lote entre a Hospedaria e a fábrica da Alpargatas.[49]

Em 1936, segundo dados do museu, houve uma reforma, à qual se atribui a substituição do alpendre em estrutura de madeira por uma arcada de concreto, e o revestimento do tijolo externo. Hoje, o prédio continua revestido por argamassa, mas com alguns pequenos trechos onde esta foi removida para deixar a mostra o aparelho de tijolos. (VER FIGURAS 26 A 33)

As alterações e reformas compreenderam construção de novos blocos, alteração da fachada, substituição dos caixilhos e anexação do lote vizinho dos fundos. Neste terreno foram construídos, entre 30 e 54, blocos mais modernos, contrastando com a homogeneidade do conjunto já existente. Apesar de estilisticamente distintas são construções na periferia do terreno, o que sugere o mesmo padrão de implantação que vinha sendo utilizado. Assim, mesmo reconhecendo estas diferenças, consideramos que o aspecto geral e o caráter do edifício não se alteraram. (VER FIGURAS 34 A 43)

---

[48] Lucy Maffei Hutter. *A imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: O processo imigratório*. São Paulo: IEB-USP, 1986, p.44-45. Segundo Arlinda Rocha Nogueira, houve também uma reforma em 1893: "Em 1893 foi autorizada a construção de um anexo à hospedaria destinado à desinfecção da bagagem dos imigrantes, bem como a compra de dez banheiros de zinco, quatro filtros grandes e duas caixas de ferro, com capacidade de 500 litros cada, para reservatório de água quente." ("Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República" In: *Revista do IEB*. São Paulo: USP, 1981, n.º 23, p.31).

[49] Foi encontrado um mapa na Biblioteca Mário de Andrade, onde é indicado um projeto de abertura de rua no terreno entre a Hospedaria e a fábrica. Terreno este que foi anexado ao lote da Hospedaria. São Paulo (cid.). Prefeitura do Município. *Planta da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ipiranga, 1929. 1:5000, 101x101cm.

Figura 26

Aspecto da fachada principal da Hospedaria de Imigrantes durante a reforma da década de 1930 São Paulo (SP), c. 1936.

fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 27

Aspecto da fachada principal da Hospedaria de Imigrantes durante a reforma da década de 1930 São Paulo (SP), c. 1936.

fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 28

Agência dos Correios, anexa à Hospedaria de Imigrantes, antes da reforma de 1936. São Paulo (SP), década de 1930

fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 29

Agência dos Correios, anexa à Hospedaria de Imigrantes, após a reforma de 1936. São Paulo (SP), década de 1930

fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

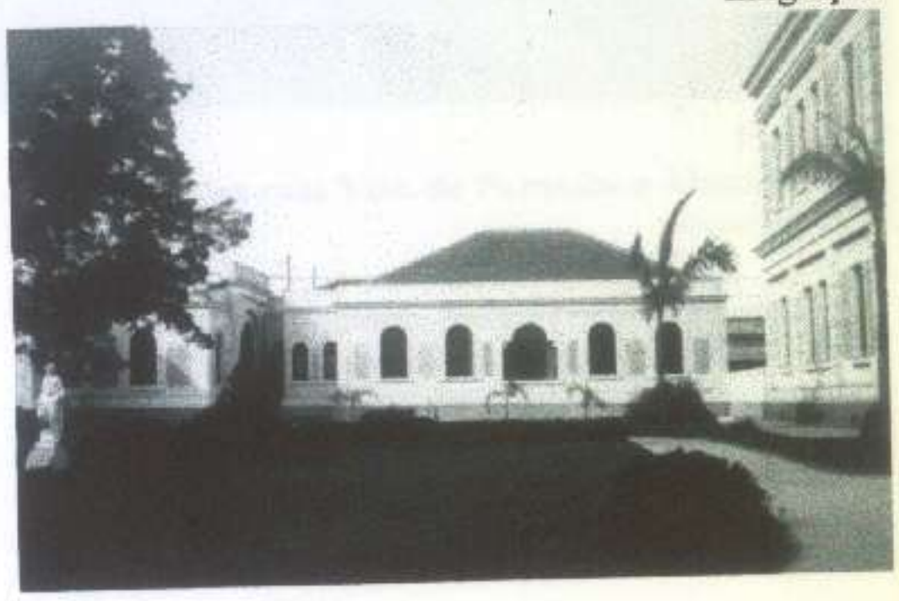
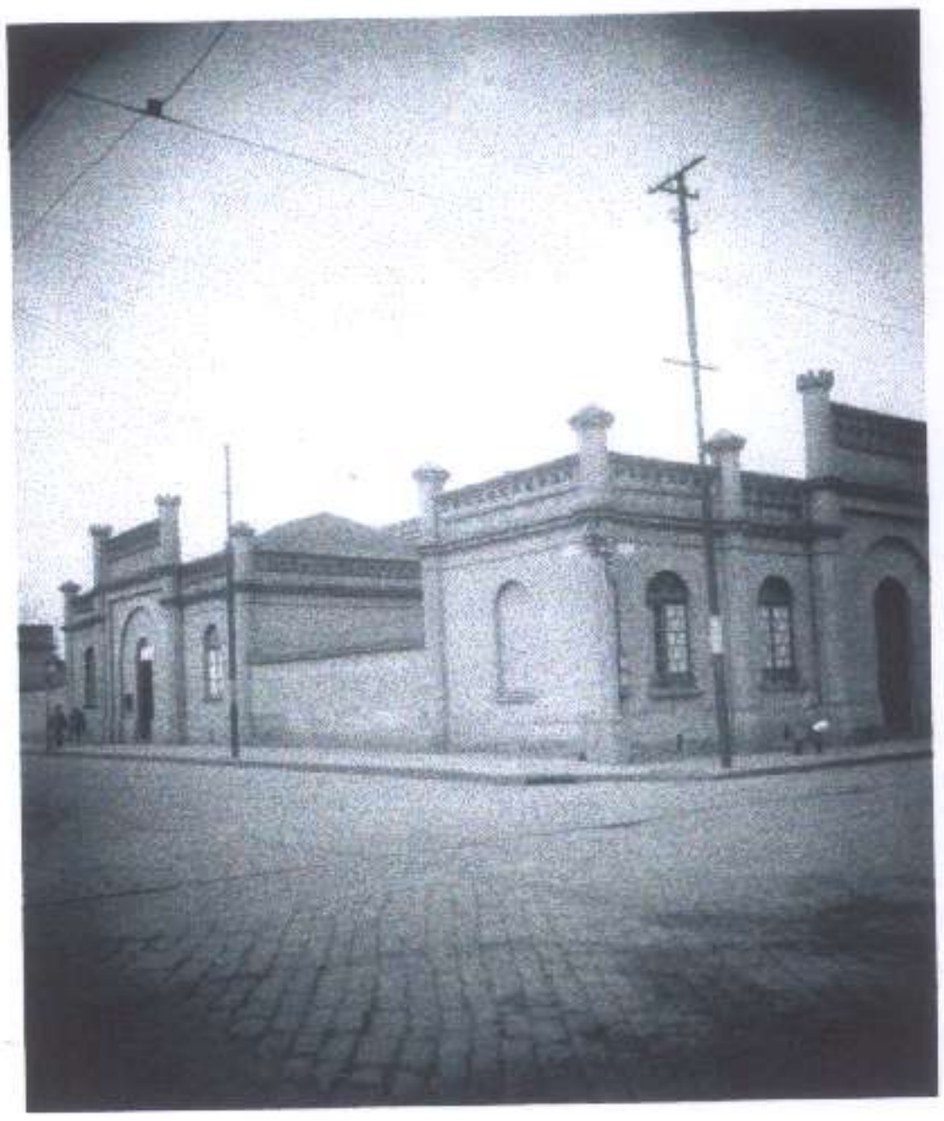


Figura 30
Fachada da Hospedaria dos Imigrantes em cerca de 1910. Note a alvenaria aparente e o alpendre original.
fonte: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 31
Fachada atual da Hospedaria dos Imigrantes. Note o revestimento em argamassa que remonta à reforma da década de 1930 e o alpendre refeito em estrutura de concreto em forma de arcadas.
março/1997



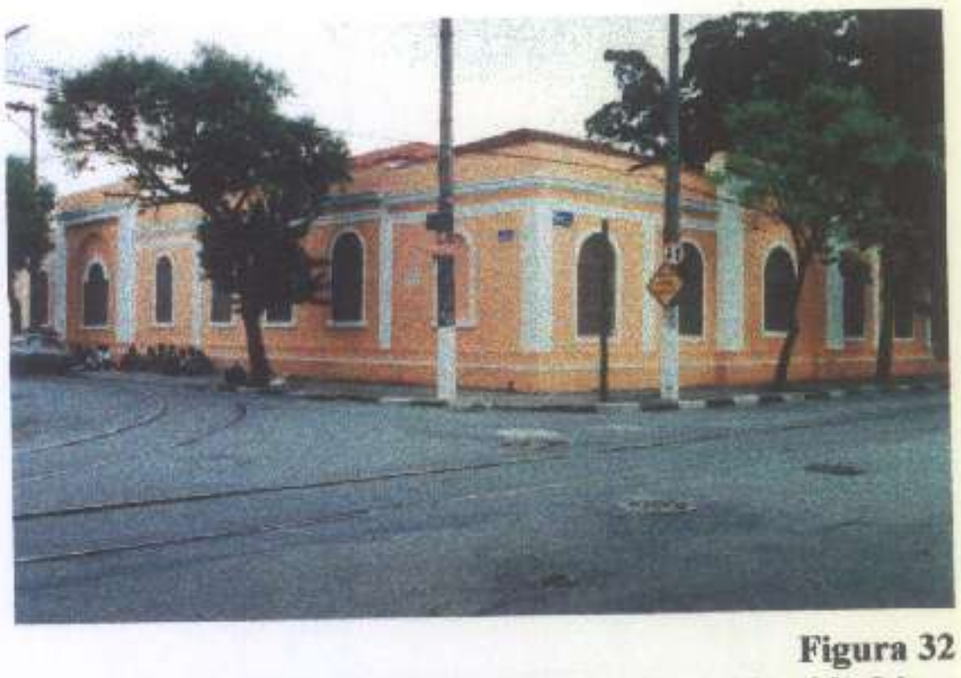


Figura 32
Esquina das ruas Visc. de Parnaíba e Almeida Lima
fevereiro/2000

Figura 33
Vista externa da Agência dos Correios (ao fundo) e Posto Policial (na esquina) da Hospedaria de Imigrantes (esquina das ruas Visconde de Parnaíba e Almeida Lima). São Paulo (SP), s/d (possivelmente década de 30)
fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

VISTA GERAL DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO - 1ª FASE ANTERIOR A 1911 - VENDO-SE: (1) Edifício Central: Administração e Dormitórios - (2) Refeitório e Cozinha - (3) Enfermaria - (4) Hospital - (5) Depósito de Frutas - (6) Sanitários - (7) Triagem Médica - (8) Estação e Bagageiro - (9) Portão Principal - (10) Agência Oficial de Colocação - (11) Agência Postal, Telégrafo e Câmbio - (12) Portão da Rua Almeida Lima

Figura 34

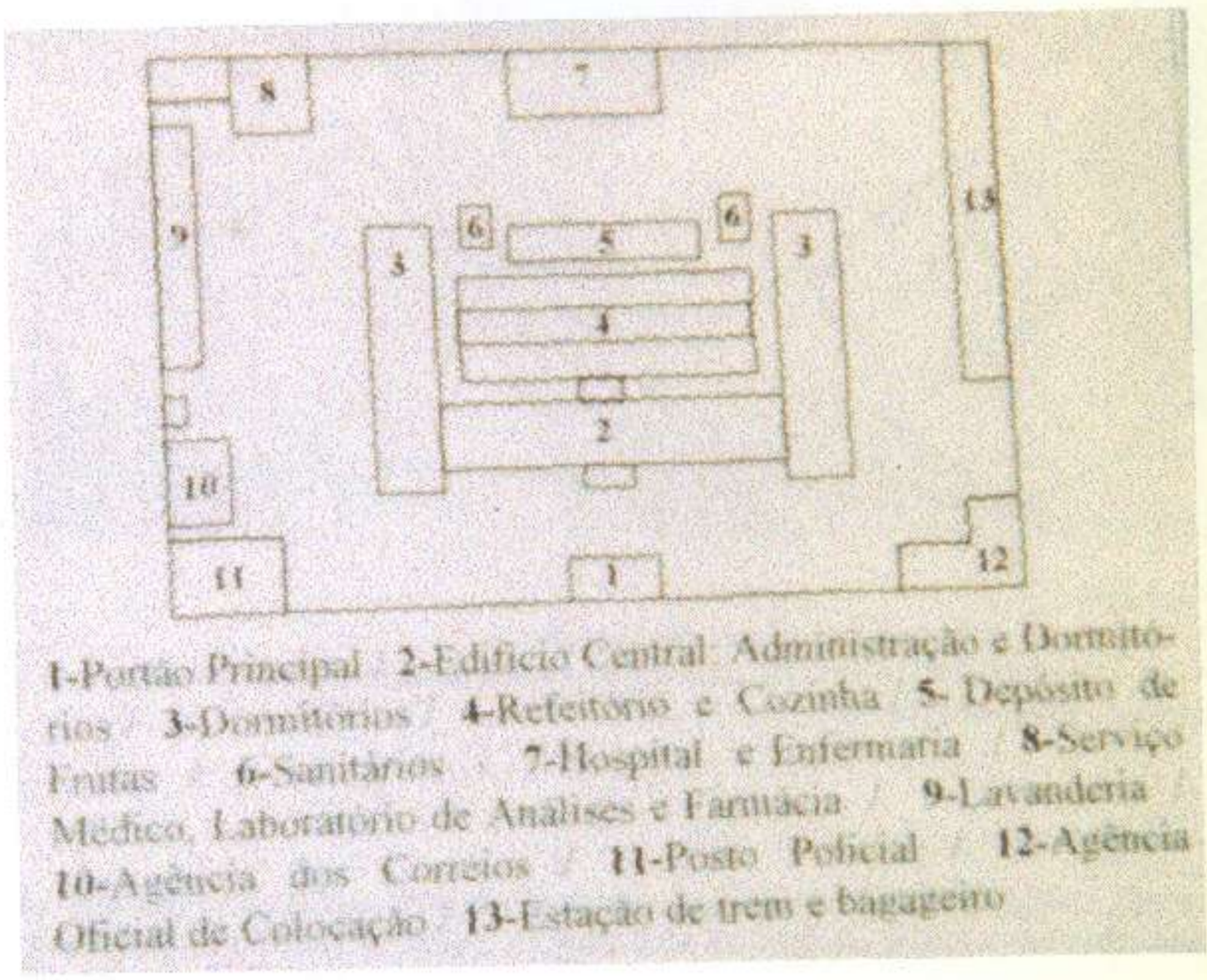
Perspectiva esquemática da Hospedaria de Imigrantes. São Paulo (SP), s/d (possivelmente década de 1920 ou início da década de 30) (sic).

fonte imagem e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 35

Planta esquemática da Hospedaria dos Imigrantes, legenda da maquete do conjunto exposta no museu. Essa legenda provavelmente refere-se à perspectiva acima.

fonte: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração



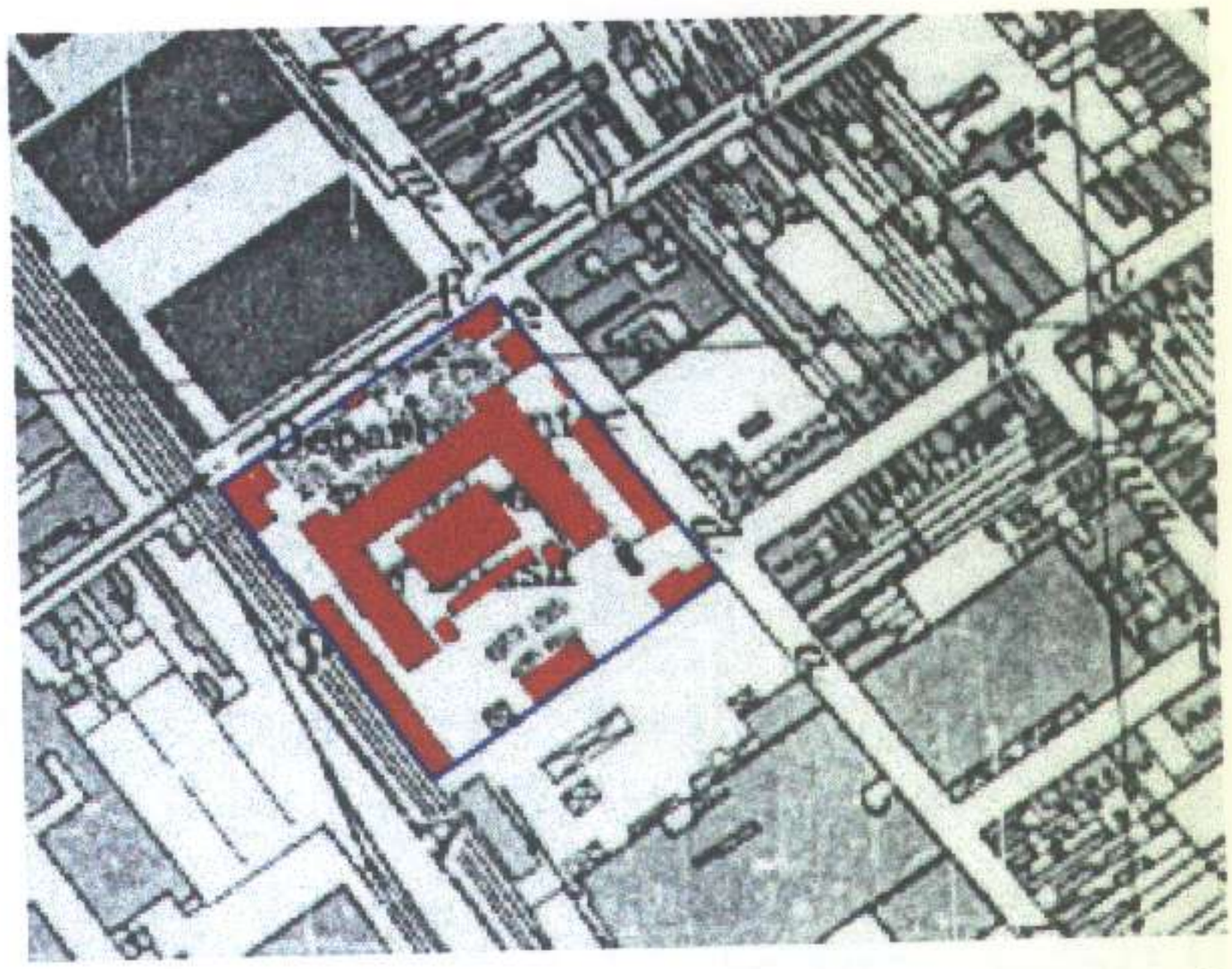


Figura 36
Hospedaria dos Imigrantes em cerca de 1930-3.
fonte: S.A.R.A. (Societá Annonima Rilevantamento Aerofotogrametrici) *Mapa da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura, 1930-33. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

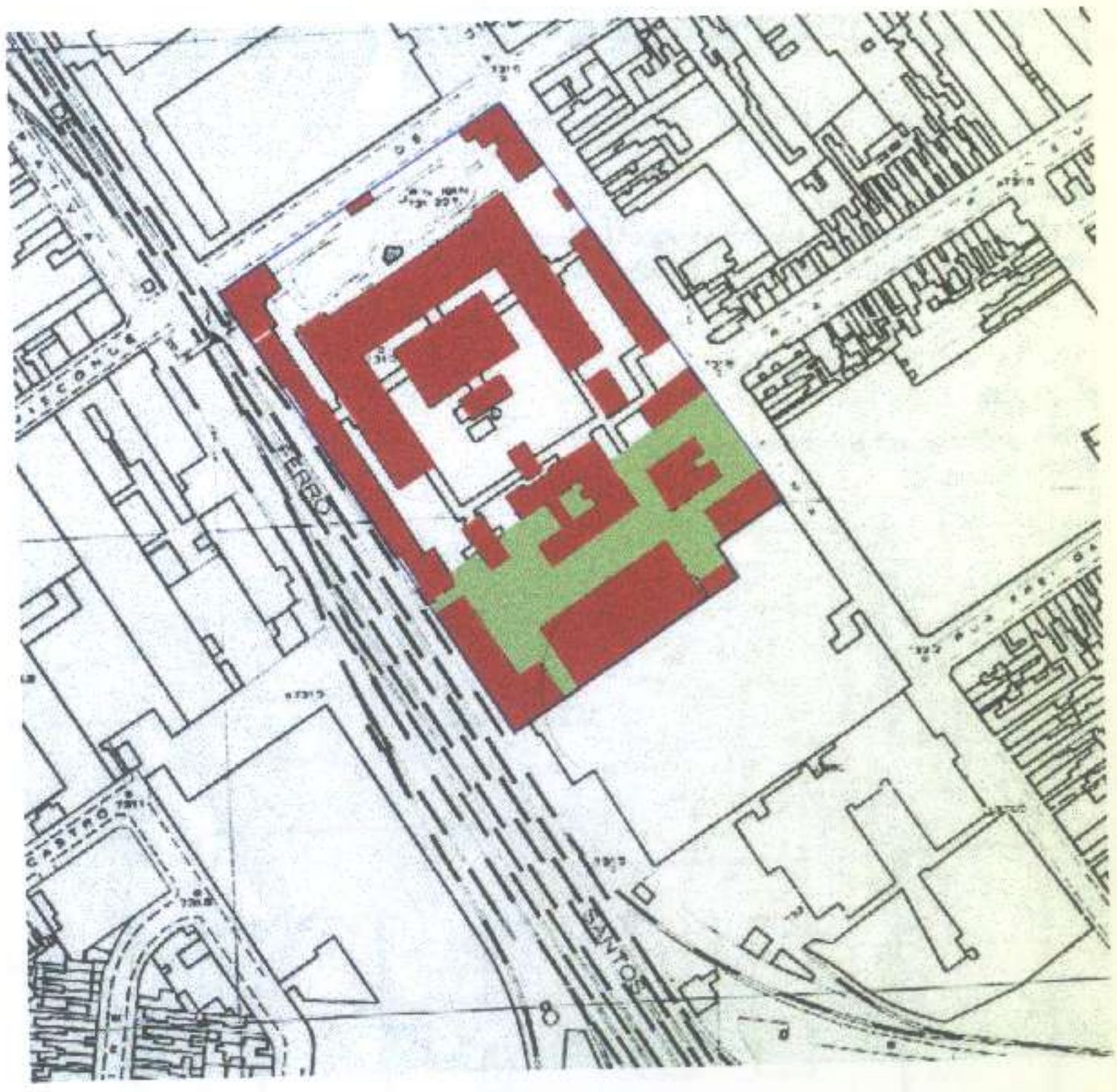


Figura 37
Hospedaria dos Imigrantes em cerca de 1952-7.
fonte: VASP Aerofotogrametria. *São Paulo, município: levantamento aerofotogramétrico*. São Paulo: Melhoramentos, 1952-57. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

O lote da Hospedaria dos Imigrantes foi ampliado entre 1930 e 1954, conforme demonstram esses mapas da cidade, feitos a partir de fotos aéreas. As construções localizadas na periferia do terreno na parte nova do conjunto possuem um estilo mais modernizante, fazendo um contraste com as demais edificações.

Foi encontrada uma planta, sem data, na biblioteca da Hospedaria dos Imigrantes que sugere que houve uma etapa intermediária de implantação do conjunto, entre os anos 30 e 54. Comparando-se essa planta da biblioteca com um levantamento do conjunto realizado em 1954, podemos reconhecer neste último, algumas construções da primeira.

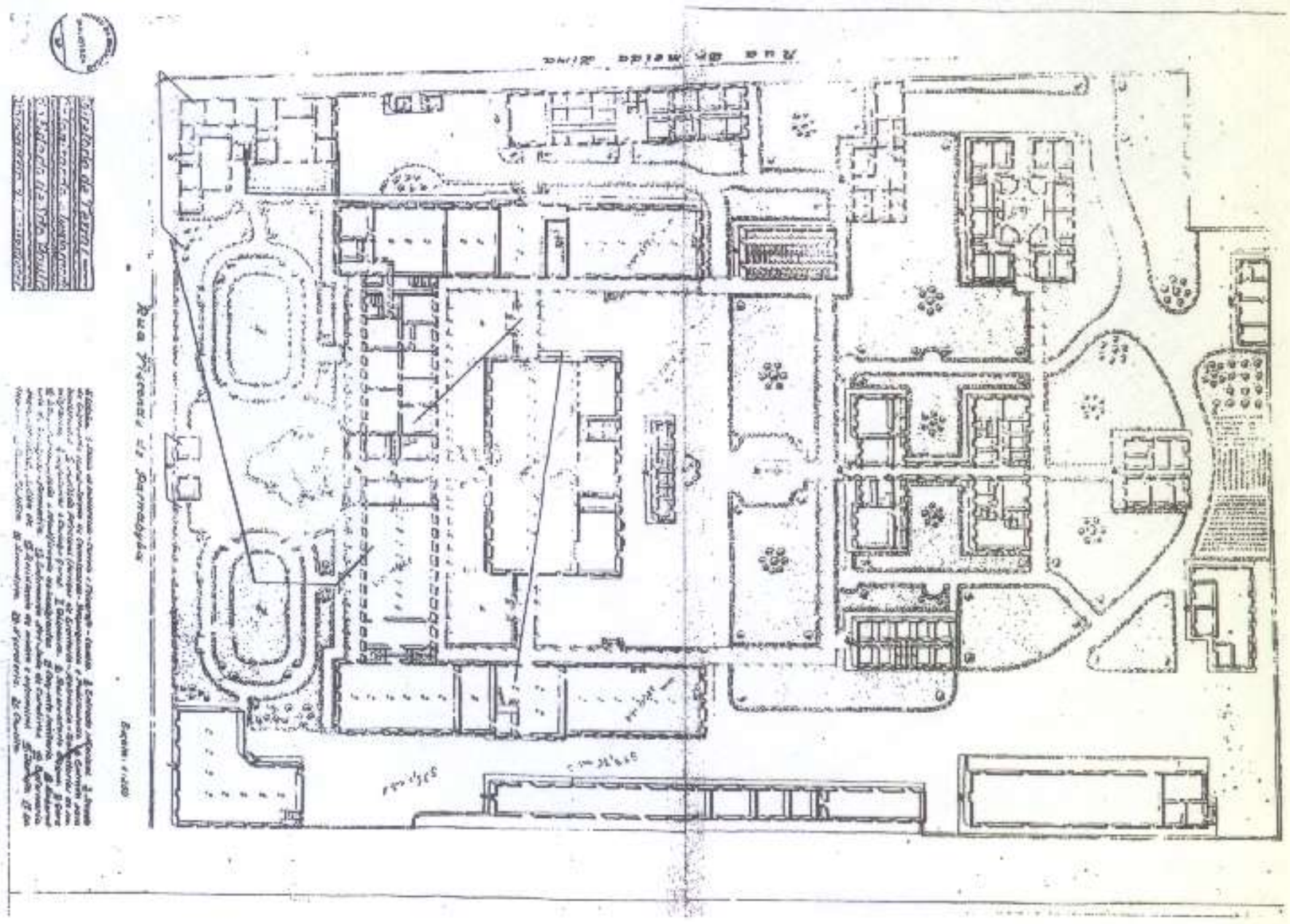
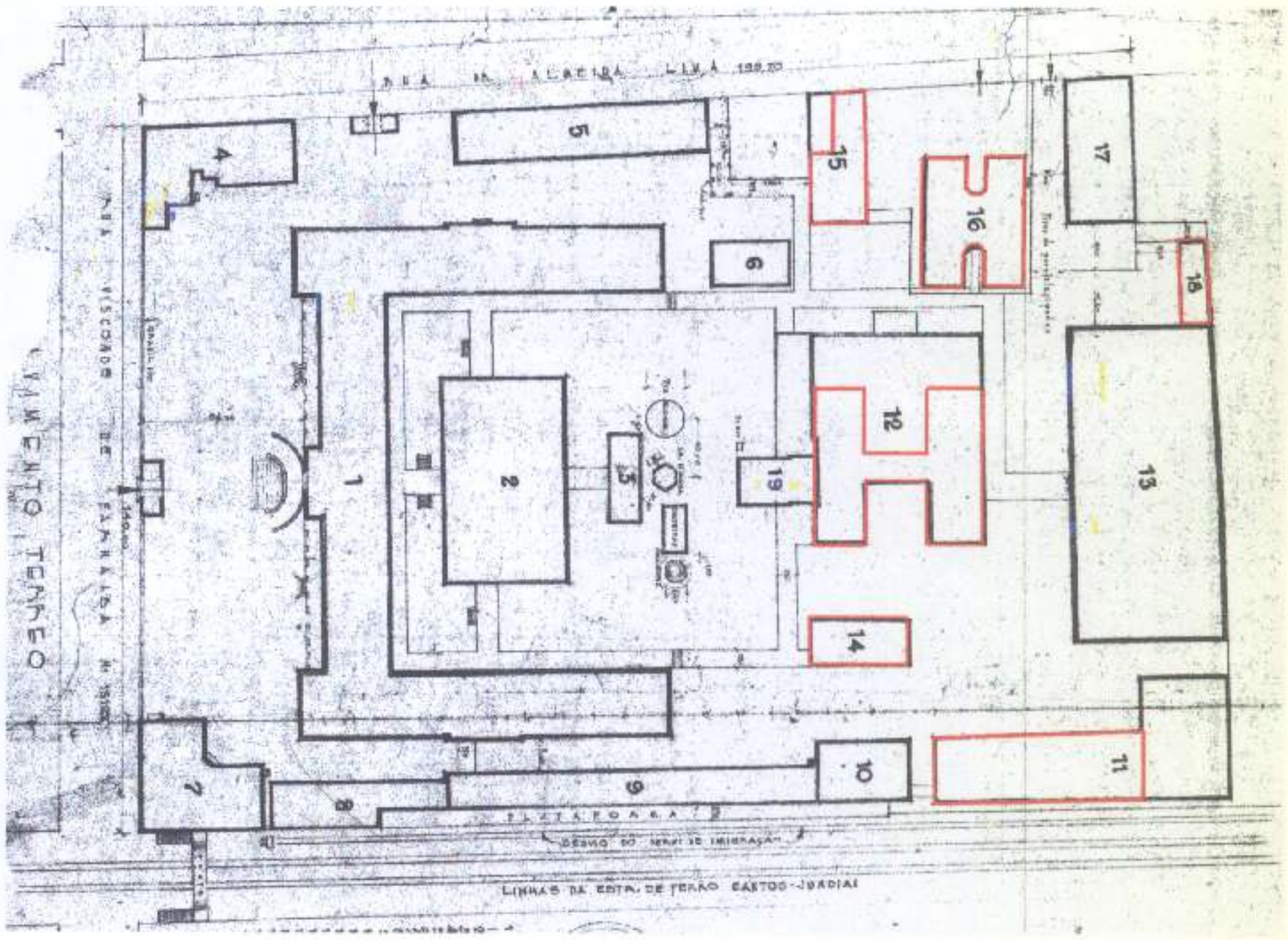


Figura 38
Planta Hospedaria dos Imigrantes, sem data.
fonte: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 39
Planta Hospedaria dos Imigrantes, 1954.
fonte: CPOS



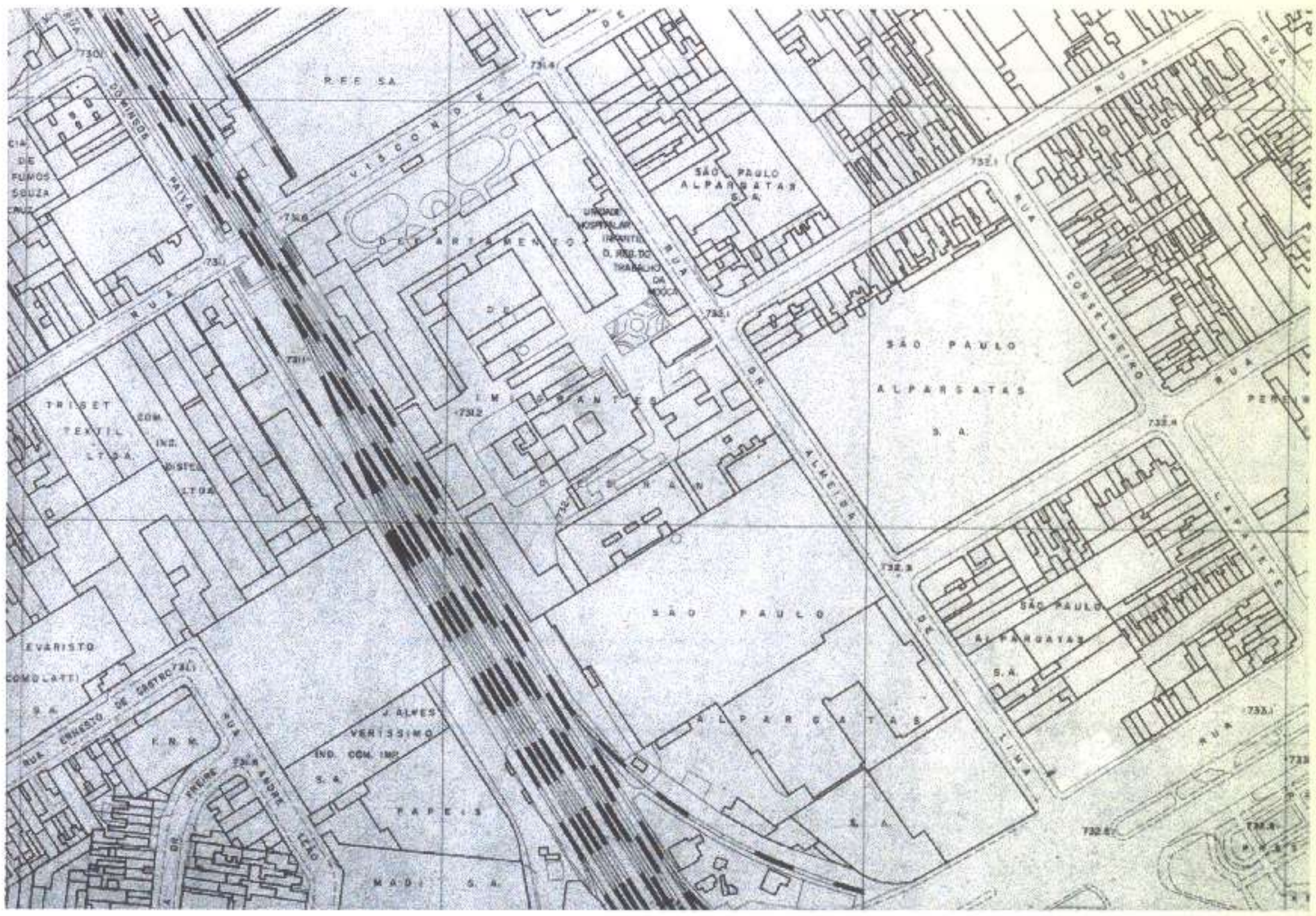


Figura 40
Hospedaria dos Imigrantes, em 1974.
fonte: SÃO PAULO (est.). *Sistema cartográfico metropolitano da Grande São Paulo*, São Paulo: EMPLASA, 1974.

Figura 41
Vista dos fundos do conjunto da Hospedaria dos Imigrantes. Ao fundo, à esquerda, a Universidade Anhembi-Morumbi, antiga São Paulo Alpargatas.
Esta foto mostra-nos algumas evidências das reformas do conjunto: o telhado do bloco da enfermaria, à direita, indica ampliações do edifício, assim como a modenatura das janelas da antiga casa do inspetor, à esquerda. Os blocos ao fundo, de fachadas simples e telhados de fibrocimento, foram os últimos a serem anexados ao conjunto.
fevereiro/2000

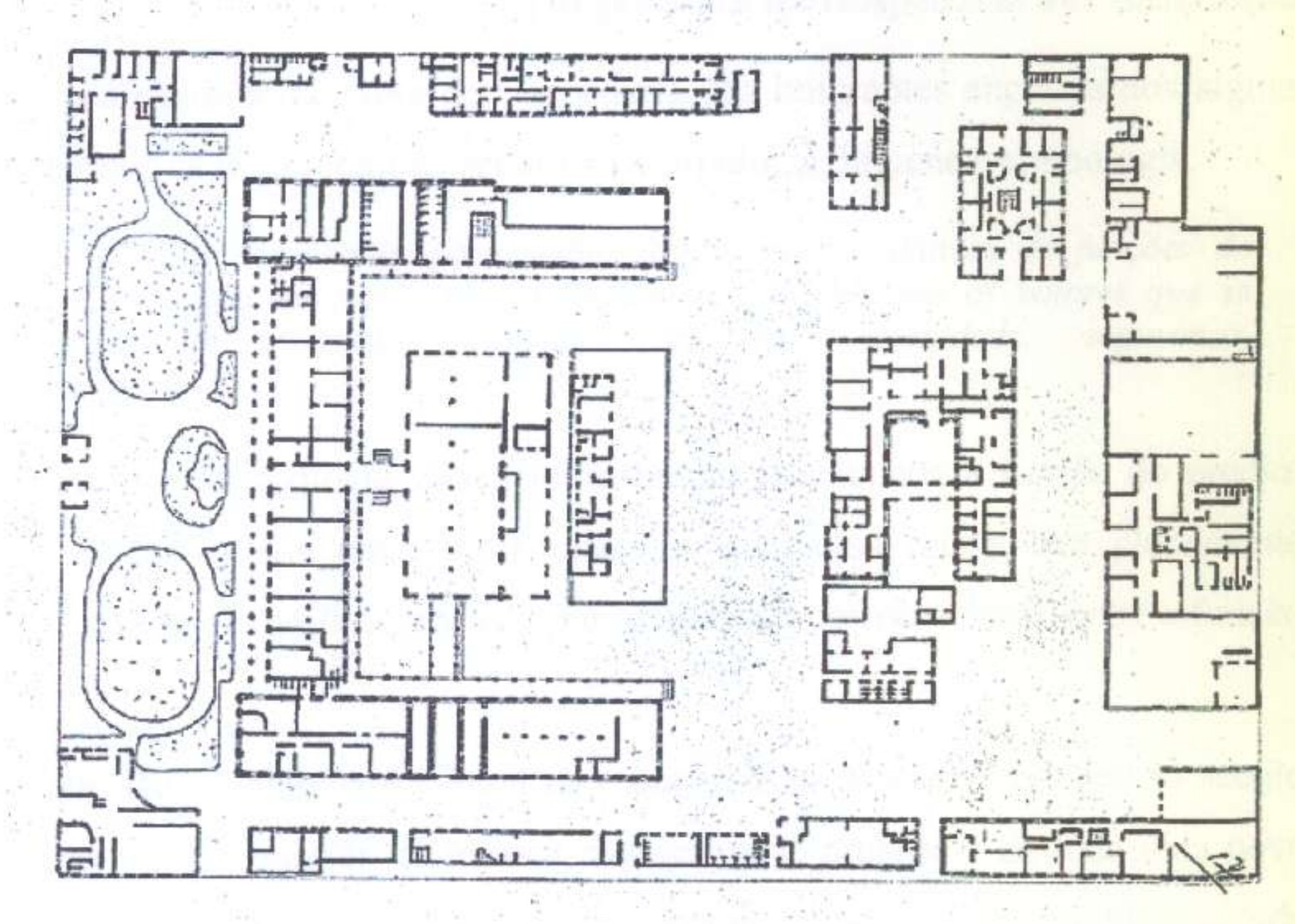
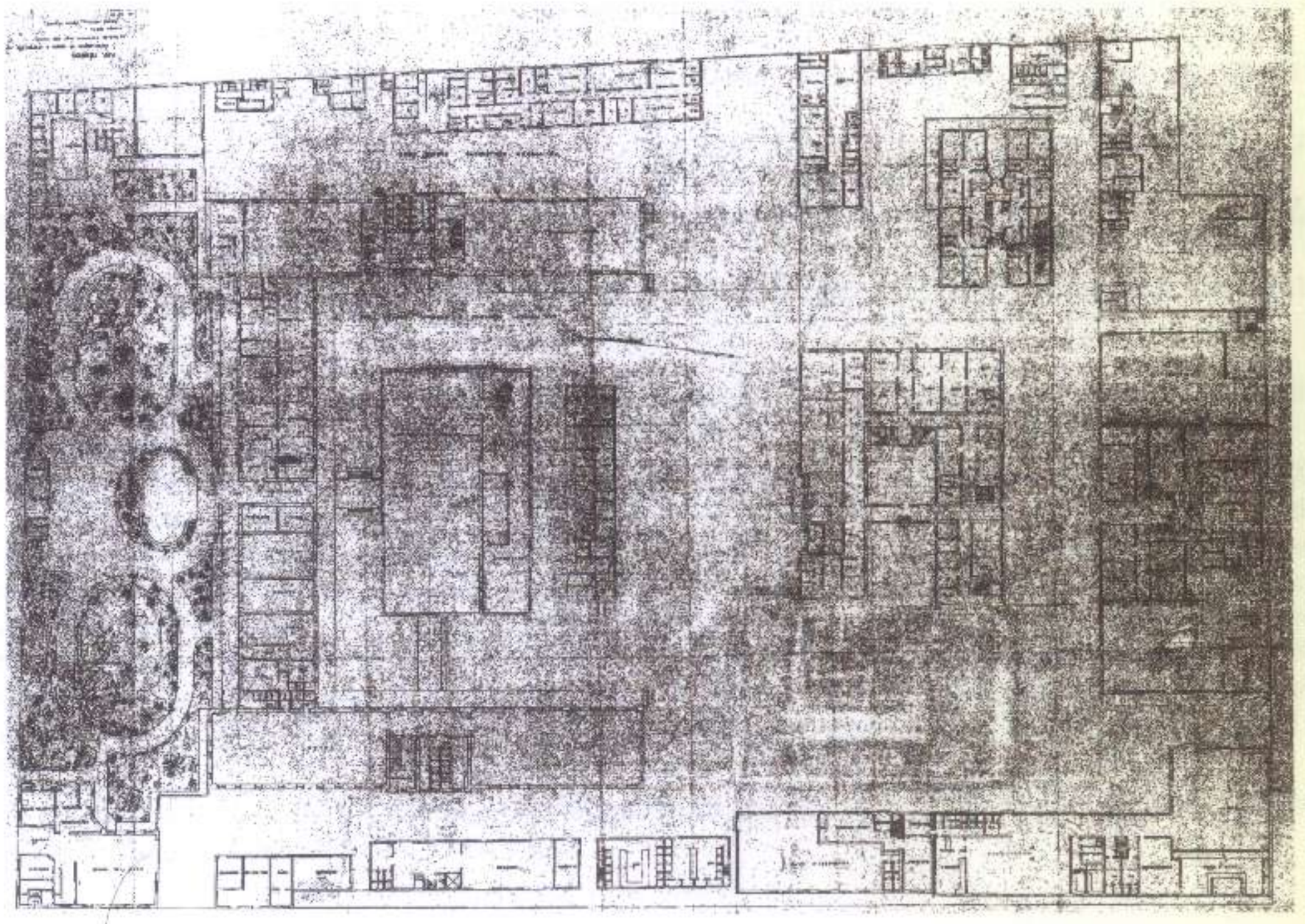


Figura 42
Planta Hospedaria dos Imigrantes entre 1978 e 1982.
fonte: CONDEPHAAT

Figura 43
Planta Hospedaria dos Imigrantes em 1982.
fonte: CPOS



2.2.2 A arquitetura da Hospedaria dos Imigrantes

Na análise da arquitetura da Hospedaria dos Imigrantes encontramos alguns aspectos centrais da arquitetura do século XIX: tipologia, higiene e simbologia.

> *"Prédios desenhados para sediar órgãos representativos de funções do Estado têm no classicismo a linguagem que expressa os valores que se pretende transmitir: firmeza, equilíbrio, serenidade, segurança, solenidade."*[50]

A questão da tipologia estava intimamente relacionada à função do prédio. Para cada função existia uma forma justa, na qual essa função era plenamente satisfeita. O caráter do edifício era dado por uma boa e correta relação entre a função e a sua tipologia.

A questão da higiene é central na compreensão de vários valores do século XIX. Está na raiz da questão da técnica, das reformas urbanas e de toda uma nova maneira de compreender o mundo que se baseava na crença na Ciência. Uma cidade salubre e indivíduos moralmente sãos eram condições para o progresso, que se consolidaria via o trabalho. Aplicada à construção civil, isso significava, entre outras coisas, edifícios bem iluminados, ventilados, limpos, isolados no lote, elevado do solo.[51]

Finalmente, a questão simbólica nos remete aos valores que o edifício deveria transmitir. No caso, uma nova hospedaria para imigrantes representaria também a modernidade e força do projeto imigrantista paulista, em pleno acordo com os ideais da época. *"O edifício foi concebido num ecletismo de reminiscências neoclássicas, contrastando bastante com as construções suntuosas da época, sobrecarregadas de ornamentação."*[52] No entanto, esta falta de ornamentação não seria gratuita, ou nem

---

[50] Maria Cristina Wolff de Carvalho. *Op. cit.*, p.147. Ver ainda: Nikolaus Pevsner. *Historia de las tipologias arquitectonicas*. 2ª ed., Barcelona: Gustavo Gili, 1980; Silvia Ferreira dos Santos Wolff. *Op. cit.*

[51] Em seu trabalho, Carlos Roberto Monteiro de Andrade mostra, através da exposição de vários dos projetos de Saturnino de Brito, como essas mudanças urbanas e o desejo de modernização não foram um processo isolado de algumas cidades mais importantes, mas um fenômeno que estava ocorrendo em todo o país, apontando as correspondências ou as relações com o mundo. O autor considera que essas transformações configuraram uma nova cidade, reformulando o público e o privado, criando novos *locus* de sociabilidade. É uma nova cidade, pois quer destruir ou apagar traços da cidade colonial: desordenadas e insalubres; desprovidas de plano e produto do acaso; com mistura de classes; sem segregação espacial. *A peste e o plano: o urbanismo sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP. Em especial o capítulo 3.

[52] Segundo o levantamento de *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Sempla/Emplasa/SNM, 1984, p.429.

demonstraria uma falta de cuidado, mas estaria de acordo com a função do edifício. Uma hospedaria para trabalhadores não precisaria ser luxuosa e, sim, funcional, prática, controlada.

O governo paulista, que promoveu a imigração, realizou também a construção de um prédio grande para a época, mostrando, assim, o poder dos cafeicultores frente aos imigrantes e frente às demais províncias. A Hospedaria do Brás expressava uma autonomia da Província/Estado de São Paulo frente ao resto do país: seus promotores foram os cafeicultores que estiveram à frente do poder por toda a República Velha; estava ligada à instituição do trabalho livre; e era relacionada à modernização da sociedade brasileira. A técnica construtiva, os materiais empregados e o estilo denotam uma tentativa dessa modernização, no sentido de romper com a tradição ou herança de até então. Em outras palavras, usar tijolo e produzir ecletismo significava não só estar de acordo com os padrões estéticos mais modernos e contemporâneos, mas fundamentalmente representava um caminho no sentido do progresso.

> *"Na virada do século, as novas formas arquitetônicas atendem não só às necessidades de imprimir um caráter próprio ao poder político, mas são a representação mais adequada e atual da condição alcançada por São Paulo."*[53]

Vários foram os edifícios construídos a partir da década de 1880, que estavam relacionados com esse processo de modernização pelo qual o país vinha passando desde aproximadamente 1870, que significava, por exemplo, maior urbanização, desenvolvimento de meios de transportes mais eficientes, e desenvolvimento de um mercado interno.[54] Mundialmente também estavam ocorrendo profundas mudanças. O fenômeno da imigração tal como ele se apresentou, ou seja, da chamada grande imigração, foi inédito na história dos povos, pois era intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo.[55]

Essa modernização também representou uma nova configuração das cidades e das funções nela representadas ou exercidas. Essa nova aparelhagem da cidade não

---

[53] M. Cristina W. Carvalho. *Op. cit.*, p. 149.

[54] Para citar alguns exemplos de edifícios: escolas públicas, quartel militar, hospício, matadouro e prédios da administração pública, como a Secretaria da Fazenda e da Agricultura. Sobre esse processo de modernização ver, por exemplo, Emilia Viotti da Costa. "Urbanização no Brasil no século XIX". In: *Op. cit.*, pp.179-208.

[55] Sobre a questão da imigração e capitalismo ver, por exemplo, Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000, e E. Hobsbawm. *A era do Capital (1848-1875)*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

foi um fenômeno que ocorreu apenas na cidade de São Paulo. As cidades européias se transformaram no século XIX, conseqüência da revolução industrial, da ascensão da burguesia ao poder e do crescimento populacional. Surgiram novas necessidades, e novos programas arquitetônicos, como elevadores, estação de trem, casas burguesas, balneários e hotéis de turismo.

> *"Vers le milieu du siècle, quelques observateurs plus lucides commencent à percevoir assez bien ce qui, au-delà et en dépit de la diversitè des styles, fait l'unité et la modernité de leur époque: la résolution de problèmes techniques et distributifs inédits, de plus en plus complexes, nés des nouvelles données et de nouvelles exigences de la civilization bourgeoise industrielle."*[56]

No Brasil, em ritmos e intensidades diferentes, essas transformações e aparelhagem também ocorreram, caracterizando uma *belle époque* tropical.[57]

Se uma hospedaria representou um programa inédito, isto não ocorreu isolado do contexto: outros programas também surgiram, ou foram adaptados, ou sofreram transformações, ou ainda ficaram mais evidenciados em função mesmo do novo papel que as cidades passaram a representar. As hospedarias:

> *"Foram construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios patrocinados inicialmente pelo Império e conduzidos em seguida pela República, vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a essa correlação não apenas como alojamentos de indivíduos em trânsito mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infra-estrutura de assistência médica e social, consignando-lhes um caráter para-hospitalar em sua ação cotidiana."*[58]

Escolas, matadouros, hospitais, quartéis militares, estações ferroviárias, prisões, manicômios, museus, teatros, mercados, fóruns, pontes, e redes de água e esgoto, (sem contar as mudanças no âmbito da casa e nos modos de morar) são alguns exemplos daquilo que estamos chamando da aparelhagem desta transformação. Não podemos nos esquecer também dos prédios da administração.

---

[56] Cf. Claude Mignot. *L'architecture au XIX siècle*. Paris: Moniteur, 1983, p. 212. Em relação às mudanças ocorridas na sociedade européia e especificamente na brasileira na passagem do século XIX para o XX ver também Nicolau Sevcenko. "Introdução". In: Fernando Novais (coord.) e Nicolau Sevcenko (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 7-48.

[57] Para a cidade do Rio de Janeiro, ver: NEEDELL, Jeffrey D. "A capital do século XIX brasileiro" In: *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

[58] Hugo Segawa. *Op. cit.*, pp.239/240.

Todas essas tipologias têm uma história específica. A bibliografia[59] aponta por exemplo, a íntima relação das tipologias da prisão e do hospital. Uma hospedaria possuiria a mesma herança.

Em seu estudo sobre as tipologias arquitetônicas, PEVSNER apresenta-nos várias palavras derivadas de hospital, que por sua vez representam várias funções.

> *"Hospital, hospicio, hosteria y hotel son derivados de la palabra latina hospes, huésped. La pluralidad de palabras representan la gran cantidad de funciones del hospital medieval: hospital, casa de caridad, asilo, orfanato, inclusa casa de hospedaje para viajeros y peregrinos, y casa para pobres."*[60]

No que se refere às suas tipologias arquitetônicas, no entanto, o modelo é basicamente o mesmo. Assim sendo, hospedaria, hospital e prisão possuem características comuns, apesar dos aspectos específicos de cada programa. Características essas marcadas pela simetria dada pela organização racional do espaço, seja por eixos, por alas ou por pavilhões.[61] (VER FIGURAS 44 A 48)

No projeto da Hospedaria dos Imigrantes várias dessas características estão presentes, como a organização por alas, ou o caráter disciplinador para o uso que se previa para aquele edifício. Poderia ser um hospital. Funcionou como presídio.[62]

Mas um outro fator nos chamou a atenção: as plantas das escolas da Primeira República são muito próximas das da Hospedaria. A escala é outra, mas a tipologia básica é a mesma: seja pela simetria, seja pelo pátio interno. Outros aspectos também são coincidentes, como por exemplo: a construção de anexos e edículas para funções de apoio (como banheiros ou enfermaria) ao uso principal, e a separação por sexo, do ponto de vista físico-construtivo; e o caráter didático e disciplinador da função (educação para os alunos e disciplina do trabalho para os imigrantes), do ponto de vista simbólico.[63] (VER FIGURAS 49 E 50)

---

[59] Para um estudo das tipologias e da arquitetura do século XIX ver: M. Cristina Wolff de Carvalho. *Op. cit.*; Silvia Ferreira dos Santos Wolff. *Op. cit.*; Hugo Segawa. *Op. cit.*; Claude Mignot. *Op. cit.* e Nikolaus Pevsner. *Op. cit.*

[60] Nikolaus Pevsner. *Op. cit.*, p. 165.

[61] Maria Cristina Wolff Carvalho (*Op. cit.*) analisa em sua tese de doutorado vários projetos de Ramos de Azevedo dentro de uma discussão da arquitetura do século XIX onde privilegia suas características tipológicas.

[62] Como veremos ao longo deste capítulo, no caso da Hospedaria dos Imigrantes do Brás esses usos ainda parecem bastante interligados. A Hospedaria também funcionou como asilo, creche, albergue para população de rua, prisão e SOS criança.

[63] Sobre os projetos das escolas ver: Silvia Ferreira dos Santos Wolff. *Op. cit.* e Maria Elizabeth Peirão Corrêa e

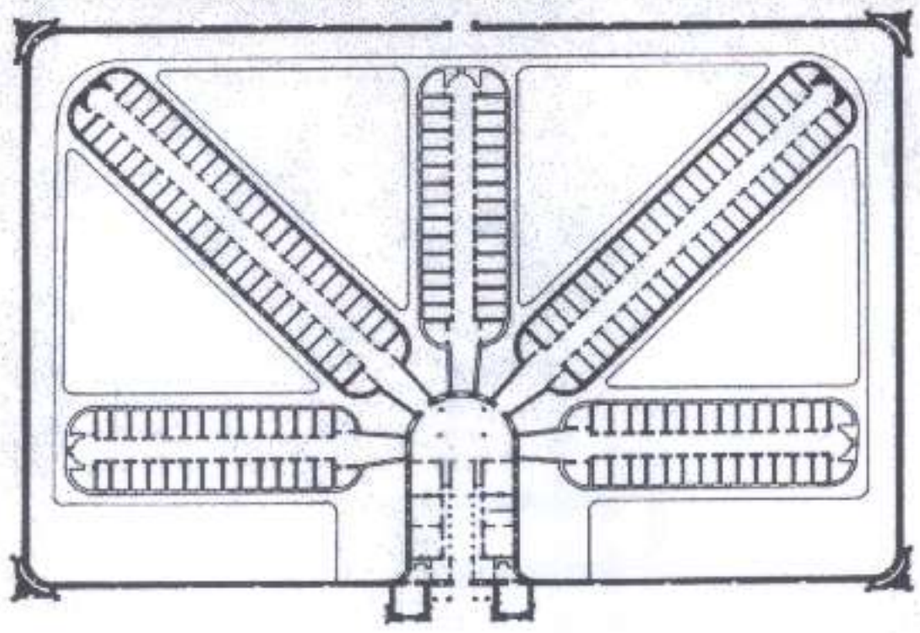


Figura 44
New Jersey State Penitentiary, Trenton
fonte: Claude Mignot. *L'architecture au XIX siècle.*
Paris: Moniteur, 1983

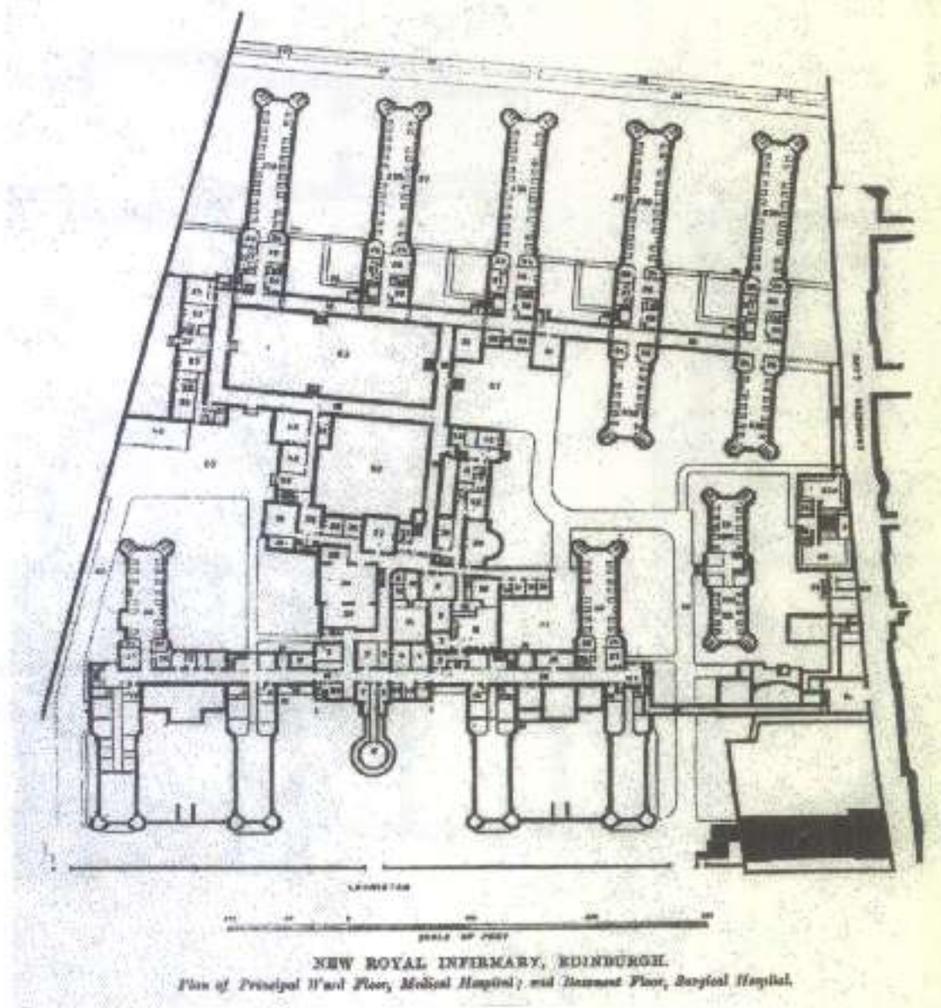


Figura 45
New Royal Infirmary, Edinburgh.
fonte: Claude Mignot. *L'architecture au XIX siècle.*
Paris: Moniteur, 1983

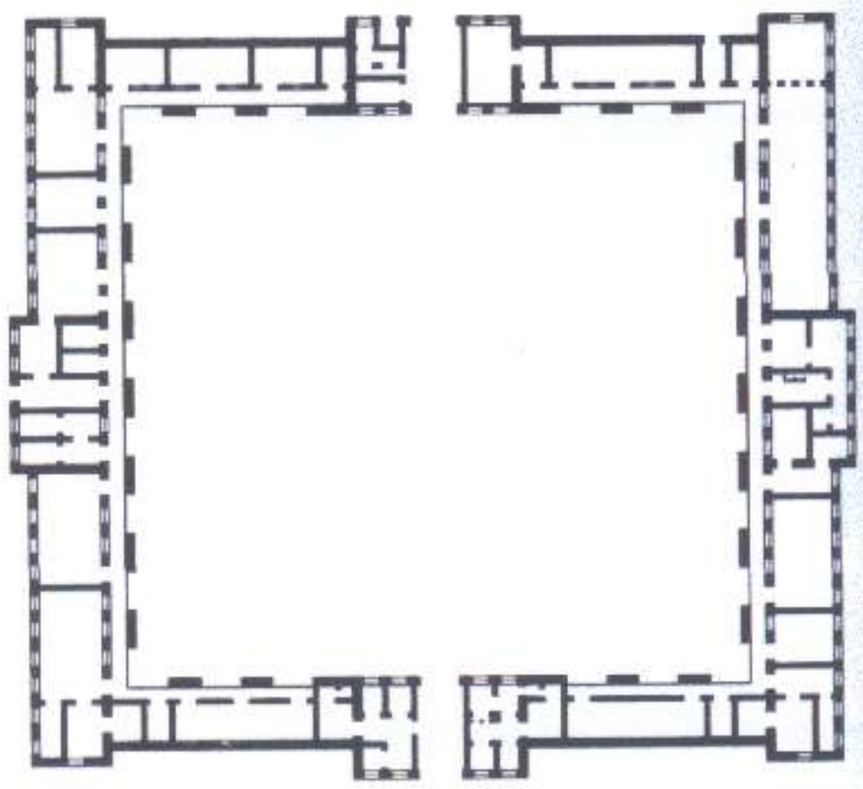


Figura 46
Planta do Quartel de Polícia no Bairro da Luz. Projeto de Ramos de Azevedo.
fonte: M. Cristina Wolff de Carvalho. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000

Figura 47
Vista externa do portão principal da Hospedaria de Imigrantes. São Paulo (SP), s/d (possivelmente década 1920).
fonte: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Figura 48
Portão do Quartel de Polícia no Bairro da Luz. Projeto de Ramos de Azevedo.
fonte: M. Cristina Wolff de Carvalho. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000
(foto: João Musa)

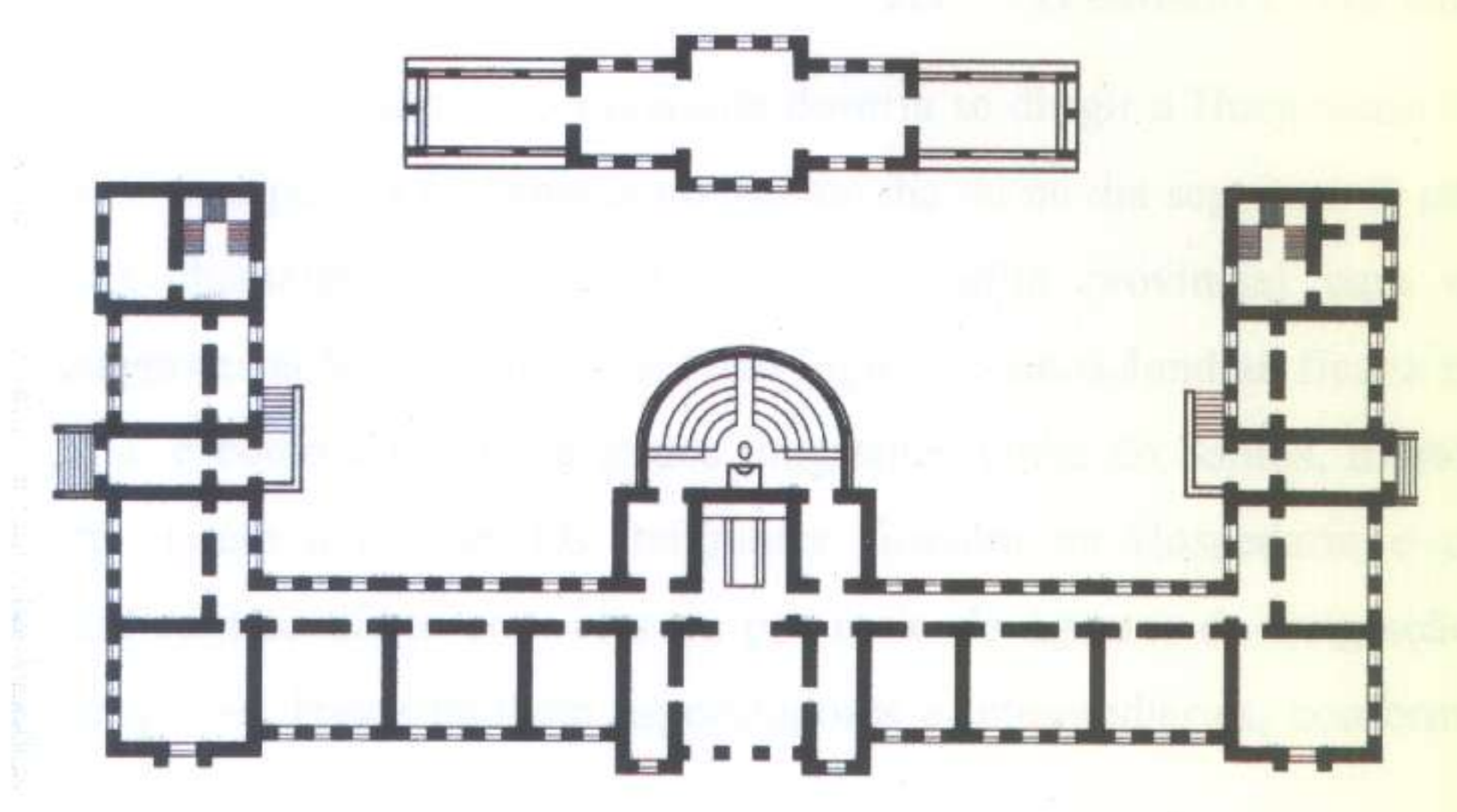
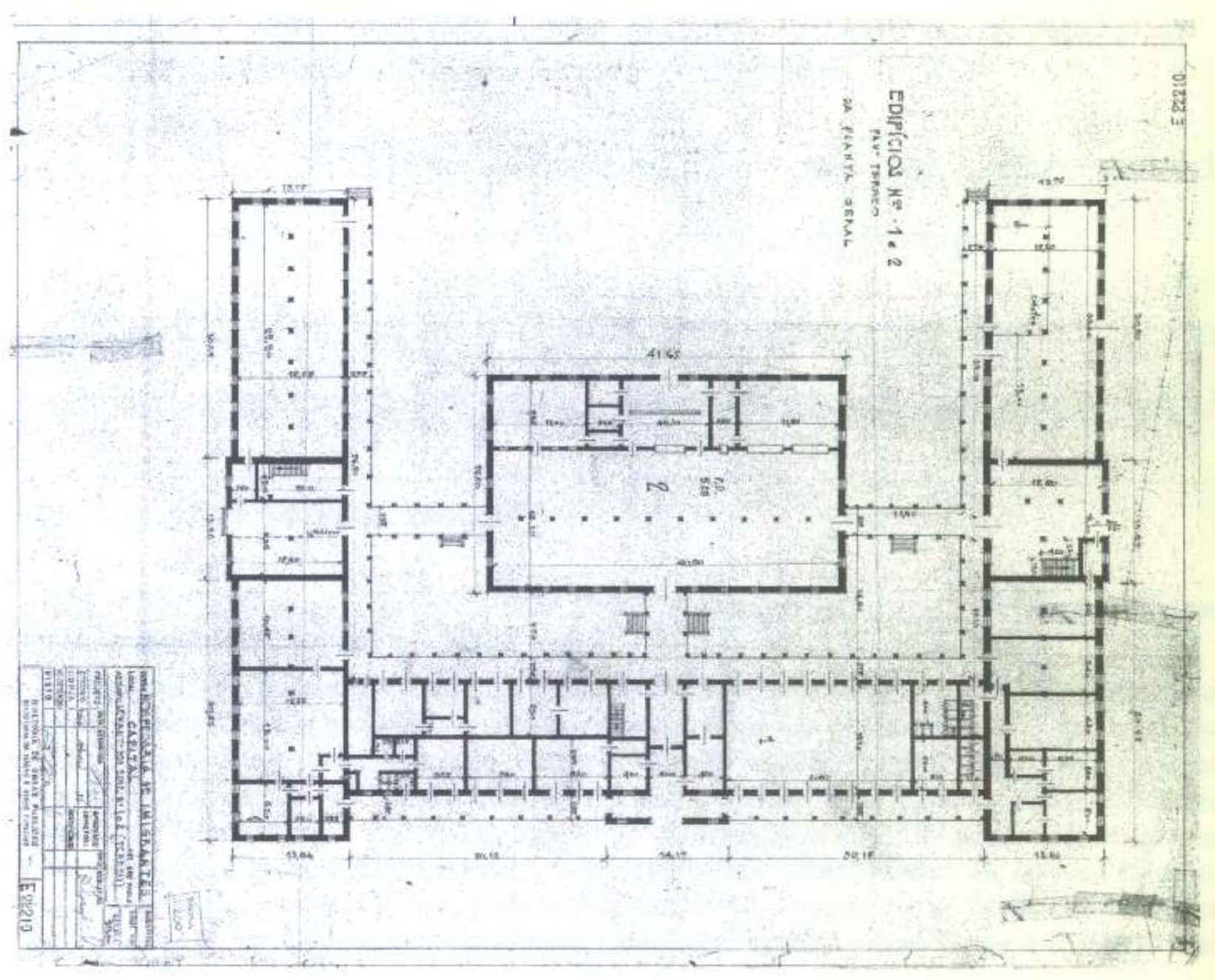


Figura 49
Planta do pavimento inferior da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo. Projeto de Ramos de Azevedo.
fonte: M. Cristina Wolff de Carvalho. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000

Figura 50
Planta do pavimento inferior do bloco principal da Hospedaria dos Imigrantes. Levantamento de 1954.
fonte: CPOS



2.3 O edifício e seus usos

Chegando ao porto de Santos, o imigrante deveria se dirigir à Hospedaria da cidade de São Paulo e responder à chamada no mesmo dia ou no dia seguinte. O não comparecimento à chamada implicava no corte do auxílio provincial para os imigrantes.[64] Uma das estações da estrada de ferro Inglesa, Santos-Jundiaí, ficava na própria Hospedaria, e como a maior parte dos imigrantes vinha de Santos, muitos deles talvez nem vissem a cidade. Os imigrantes ficavam na Hospedaria e os fazendeiros faziam contato direto com eles ou por meio de agentes da imigração, com ajuda de intérpretes. Havia também especuladores e intermediários, conforme nos indica o trecho a seguir:

> *"Em torno da Hospedaria dos Imigrantes, homens sem escrúpulos rodeiam os recém-chegados inexperientes, que nada sabem ou mal conhecem a língua e os costumes da terra que os recebe. Tentando moralizar, uma indicação feita à Câmara, a 9 de setembro de 1891:*
> *'Considerando as enormes despesas que faz o Estado para dotar a lavoura de braços e as dificuldades com que lutam os lavradores para obter colonos, e isto em conseqüência da grande quantidade de especuladores que se aboletaram ao redor do edifício da imigração que em proveito próprio procuram aliciar os imigrantes e dar-lhes outro destino, mediante lucros,*
> *Considerando que muitos desses agentes são verdadeiros cáftens, pois negociam com a honra dos imigrantes, etc.*
> *Indico que fiquem desde já cassadas todas as licenças para escritórios de locação de serviços.*
> *Que a ninguém seja concedida, senão mediante atestado da chefatura da Polícia, que a comissão de Justiça formule postura nesse sentido.'"*[65]

Havia, a grosso modo, dois tipos de trabalho na lavoura: como empregado de algum fazendeiro e como pequeno proprietário nas colônias do governo.[66]

Os imigrantes deveriam seguir o regulamento interno da Hospedaria dos Imigrantes com horários estabelecidos para o desenvolvimento das atividades. A

---

outros. *Arquitetura Escolar Paulista*. São Paulo: FDE, 1991.

[64] Arlinda Rocha Nogueira. *Op. cit.*, p. 28.

[65] Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *O bairro do Brás*. 2º ed., São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985, p. 116.

[66] "No Brasil, uma grande parte dos imigrantes dirigiu-se para a grande fazenda de café. Um número menor de imigrantes se estabeleceu como pequenos proprietários nos núcleos coloniais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, principalmente, e só por exceção em São Paulo e outros, sem esquecer um bom número que preferiu se localizar nas cidades ou tomaram outros rumos." Maria Tereza Schorer Petrone. *Op. cit.*, p.96. Segundo essa mesma autora, o governo de São Paulo criou núcleos coloniais para atrair imigrantes e servir de 'reservatórios de braços' para a grande lavoura. Entre 1890-1911 foram criados 14 núcleos (Quirim, Piagui, Campos Sales, Nova Odessa, Jorge Tibiriça, Gavião Peixoto, Nova Europa, Nova Paulicéia, Conde de Pinhal, Nova Veneza, Visconde de Indaiatuba, Martinho Prado, Conde de Parnaíba e Boa Vista), e em 1930 mais um (Barão de Antonina).

estadia do imigrantes era regida por determinadas regras internas que previam os horários para acordar, sair do quarto, fazer a limpeza, comer, ser vacinados, acompanhar a checar das bagagens, responder à chamada.[67] Era também na Hospedaria, onde se definiam os futuros contratos de trabalho. (VER FIGURA 51)

Os mecanismos de funcionamento da Hospedaria durante o período de permanência dos imigrantes se assemelhavam a mecanismos de funcionamento e controle das fábricas ou locais de trabalho.[68] E ao se regular o mercado de trabalho, ainda que excluindo ou segregando, a Hospedaria eliminava tudo que não era imigrante do novo mundo do trabalho que estava sendo organizado. A Hospedaria era o lugar simbólico desta hierarquia.

> *"A eliminação do trabalho escravo, por exemplo, supunha mão-de-obra livre, o que significou o desenvolvimento de uma política de imigração que contemplasse receber e triar os imigrantes, fiscalizar sua saúde e situação oficial, hospedá-los provisoriamente e encaminhá-los ao campo. Significava, eventualmente até, repatriar os inadaptados, em geral, viúvas e famílias de colonos que não resistiram ao desterro."*[69]

A Hospedaria como esse lugar simbólico onde se expressa a questão do trabalho é central na análise que estamos fazendo desse edifício. Este parece ser um fator decisivo para pensar na Hospedaria dos Imigrantes bem tombado/albergue e museu. O que procuramos compreender é quais as características e simbologias dos usos do edifício como um caminho para entendê-lo como objeto patrimonial, qual o valor do prédio que justificou seu tombamento e como foi a recepção disso. Existindo, portanto, esse valor que patrimonializa o prédio, a questão que colocamos seria quais outros valores também estão relacionados à história deste prédio e não constituíram tema para patrimônio. É como se quiséssemos introduzir uma segunda história da Hospedaria.[70] Foi um prédio emblemático na constituição do trabalho livre, das novas relações com o mundo do trabalho e por este motivo foi tombado.

---

[67] Muitas dessas atividades e a existência de normas internas de funcionamento ainda são presentes no albergue hoje.

[68] Há um folder do antigo Centro Histórico do Imigrante (*"Hospedaria dos Imigrantes, o primeiro endereço"*) que nos remete à idéia de uma residência, e a um determinado trabalhador: com trabalho e residência fixa, ordeiro e poupador. Parece, no entanto, que mais do que o endereço da primeira residência dos imigrantes, a Hospedaria era o endereço do trabalho.

[69] Silvia Ferreira dos Santos Wolff. *Op. cit.*, p.117.

[70] Não se quer diminuir o valor dos imigrantes, mas por se tratar de um estudo da importância de um bem tombado considera-se fundamental ver quais seriam as histórias possíveis do prédio e não apenas tomar o eixo daquela dita oficial.

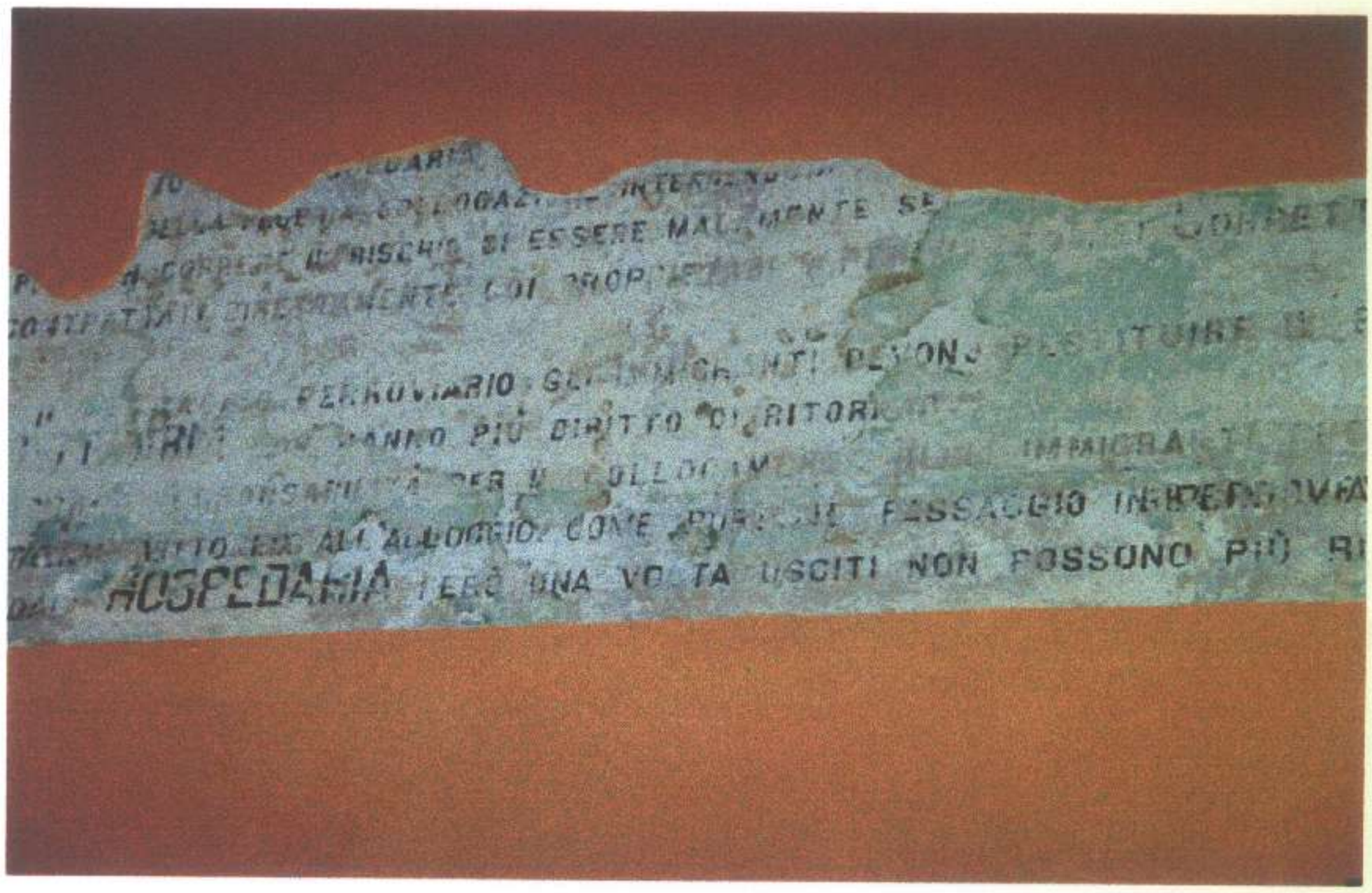


Figura 51
Inscrição em uma parede da Hospedaria dos Imigrantes, indicando os regulamentos da instituição.
fevereiro/2000

Nesse sentido, o que marcou o prédio? Qual o caráter de seu uso? O que se pretende é tentar inserir a história daquilo que não o foi.

> *"Quando se fala da imigração estrangeira para o Brasil, pode-se dizer que há um estereótipo do que foi a imigração, um esquema simplificador que reduz uma história dramática a uma epopéia de ascensão social que não houve para a grande maioria dos imigrantes. Infelizmente, os próprios descendentes de imigrantes incorporaram como sua uma história mítica que começou a ser montada antes mesmo que a massa dos imigrantes estrangeiros chegasse ao nosso país."*[71]

A Hospedaria começou a receber migrantes nacionais a partir da década de 30, não deixando ainda de acolher os estrangeiros, função que só terminou em 1978, embora continuasse com a acolhida dos migrantes e também de população carente.[72] Segundo o processo de tombamento:

> *"A partir de 31.03.1978, a hospedaria não atende mais aos imigrantes estrangeiros, transferindo seu convênio para a Secretaria do Trabalho. Atualmente funciona no prédio a Secretaria da Promoção Social, estando sua função mais ligada aos cuidados dos desajustados da cidade de São Paulo, trabalhando na readaptação dos indivíduos para a sociedade."*[73]

O conjunto da Hospedaria sofreu algumas alterações de uso e de administração, ao longo do tempo. A análise dos usos da Hospedaria dos Imigrantes junto com a de sua administração traz elementos importantes para a compreensão do caráter do prédio e os valores a ele relacionados.[74]

---

[71] José de Souza Martins. "Viagem crítica pelo interior da história mítica da imigração". In: *DO Leitura- 500 anos de Brasil: caderno paulista 8*. São Paulo: V Centenário do Brasil em São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, s.d., p.4.

[72] Algumas questões ficaram em aberto. A historiografia fala do recebimento de imigrantes até 30, pois a partir daí a tônica recai para o recebimento de migrantes. O número de migrantes entrados na Hospedaria torna-se, a partir da década 30, maior do que o número de imigrantes recebidos, sendo que apenas os japoneses ainda representam um número significativo, o que explicaria em parte essa mudança de enfoque. Os imigrantes reaparecem em alguns momentos específicos, como por exemplo quando a Hospedaria funcionou como prisão contra imigrantes do Eixo e quando, em 1978, indica-se o último grupo que dá entrada no serviço de imigração. Nesse momento, no entanto, já se trata de trabalhador especializado. Como se deu, então, o relacionamento, de 30 a 78, de migrantes com imigrantes, ou, se primeiramente os imigrantes vinham como mão-de-obra para lavoura, (mesmo que não o tenha sido sempre assim) quando muda esse caráter? Por que não tem história da imigração pós 30?

[73] *Processo n.º 20.601 ano 1978. Solicita tombamento da Hospedaria dos Imigrantes, a R. Visconde de Parnaíba, 1316*. São Paulo: CONDEPHAAT, p.13.

[74] Não interessa discutir a Hospedaria do ponto de vista administrativo e o que significava cada órgão. Consideramos, no entanto, que essa relação Hospedaria/órgão é indicativa do caráter atribuído ao prédio.

ano	uso	órgão
1886		Sociedade Promotora da Imigração
1892		Sec.Agric.Viação e Obras Públicas
1905		Dep. Terras, Colonização e Imig.-DTCI
1911		Departamento Estadual do Trabalho
1924	presídio político	Sec. Segurança Pública
1929	aloja desabrigados enchente	
1932	presídio político	Força Pública
1935		DTCI
1939		Serviço de Imigração e Colonização
1943	presídio político	DOPS
1943/51	Escola Técnica de Aviação	Ministério da Aeronáutica
1967/68		Secretaria da Promoção Social[75]
1978		Dep.Amparo e Integração Social-DAIS[76]

Em 1982, o conjunto foi tombado pelo CONDEPHAAT.[77] Em 1986, foi criado o Centro Histórico do Imigrante, ligado à Secretaria da Promoção Social, pelo Decreto n.º 25.173, de 12 de maio. Em 1993, o acervo do Centro Histórico do Imigrante é transferido para a Secretaria de Estado da Cultura, devido à criação do Museu da Imigração pelo Decreto n.º 36.987, de 25 de junho. Inicialmente, o museu seria instalado no Parque do Ibirapuera, no Pavilhão Manuel da Nóbrega, antigo Gabinete do Prefeito. Em dezembro de 1995, o DAIS passa a ser administrado pela SERMIG, sendo instalado o albergue *Arsenal da Esperança*, em 1996. Também em 1996, o Museu da Imigração se instala na Hospedaria dos Imigrantes, sendo reinaugurado como *Memorial do Imigrante* em 1998.[78]

A Hospedaria dos Imigrantes teve praticamente, ao longo de sua existência, um tipo de uso: o acolhimento de pessoas. Isto não significa, no entanto, que este acolhimento sempre tenha tido o mesmo significado.

O nosso olhar para a Hospedaria como bem tombado, conforme já discutido no capítulo 1, realizou um caminho diferente daquele do processo tombamento.

[75] Quando é criado o Departamento de Migrantes.

[76] Esses dados foram colhidos junto ao Museu da Imigração/Memorial do Imigrante. Em relação à criação do DAIS, algumas fontes afirmam que essa aconteceu em 1971, como Dirceu Cutti. "Migrantes ou carentes? A trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes – AVIM". In: *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios – CEM, ano X, número 29, setembro-dezembro 1997, pp.25-29.

[77] Sobre as instâncias de preservação que incide sobre o conjunto ver capítulo 1.

[78] A análise desse usos foi central no desenvolvimento do trabalho e na compreensão do prédio/bem tombado, não no sentido de se fazer um levantamento de usos para uma história "funcional" do prédio, mas no sentido de pensar qual foi o seu significado e, dado um período de tempo de aproximadamente 110 anos, se é possível perceber alguma continuidade ou quais momentos foram mais significativos.

Procuramos privilegiar qual seria o uso contínuo ou característico desse prédio, não se escolhendo, portanto, um período de ouro do prédio ou seu uso original (só por ser original).[79]

É claro que o uso original tem um significado especial, ele é a própria razão da existência do prédio. No nosso caso, a Hospedaria, conforme já demonstramos, foi construída com um fim muito específico, no qual a figura do imigrante é central. Considera-se, no entanto, que os usos de um edifício vão se adaptando e se transformando conforme o desenvolvimento da própria sociedade. Se desejamos um edifício integrado ao meio urbano, e portanto sendo usado e usufruído, parece-nos fundamental recuperar essa trama dos usos e transformações.

O uso da Hospedaria dos Imigrantes, se pensarmos por essa via da acolhida, quase não sofreu alteração. Mas apesar disso é claro que é fundamentalmente diferente. Primeiro recolhiam-se indivíduos para serem transformados em trabalhadores, ou para reinserí-los no mercado de trabalho. Depois para reinserí-los na própria sociedade, isto é, recolhiam-se pessoas que estavam com o vínculo com o mundo de trabalho rompido.[80] É a reclusão para o trabalho que interessa à noção de patrimônio.

Se pensarmos a Hospedaria como um local relacionado apenas aos imigrantes que vieram para cá fundamentalmente como força de trabalho e trabalhadores incluídos no mercado de trabalho, sua função realmente acabou. Por outro lado, se pensarmos como um local de acolhida de sujeitos relacionados ao mundo do trabalho, seja inserido ou à sua margem, podemos perceber uma certa continuidade.

Quando se diz trabalho, estamos pensando enquanto o motivo para o acolhimento dos imigrantes: eles ficavam ali para depois serem encaminhados à

---

[79] A questão do original no debate patrimonialista é muito associada à questão da autenticidade. Ver: José Reginaldo Gonçalves. "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais". In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1988, pp. 264-275; Raymond Lemaire. "Autenticiade e patrimônio monumental". In: *Restauro*. Napoli, n.129,1994, pp.7-24 (tradução mimeografada); Lia Motta. "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/ Fundação Pró- Memória, n.22, 1987, pp.108-122.

[80] Ana Cristina Arantes Nasser estuda as representações que os homens excluídos do mercado do trabalho constróem sobre a categoria trabalho, enfocando um grupo de usuários do Albergue Noturno Lígia Jardim. Mostra como a perda do vínculo com o trabalho leva a outras perdas: "São homens que romperam seus vínculos com a família, os vizinhos e amigos de outrora, com o bairro, a cidade ou estado de origem, com os espaços institucionais e de lazer antes ocupados e, via-de-regra, com os referenciais simbólicos que norteavam seus princípios morais e religiosos." Ver: "A vida dos homens da noite na cidade grande". In: *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios – CEM, ano X, número 29, setembro-dezembro 1997, p.6.

lavoura. O mesmo acontecia, a princípio, com os migrantes. Em um certo momento, no entanto, a tônica sobre os usuários passa de subvencionados para o trabalho para indivíduos que precisam ser readaptados para a sociedade. É nesse sentido que nos parece bastante sugestivo examinar os órgãos que administraram a Hospedaria, pois se até 1967 foram órgãos ligados à questão do trabalho, neste ano sua administração passa à Secretaria da Promoção Social, isto é, vira um problema do assistencialismo e não mais do trabalho. Não deve ser fortuita a separação das funções entre estrangeiros e nacionais (são criados o Departamento de Migrantes e posteriormente o Serviço de Imigrantes Estrangeiros).

Na década de 70, o Departamento de Migrantes passa a se chamar Departamento de Amparo e Integração Social (DAIS).[81] O ano de abertura do processo de tombamento, 1978, é o ano da saída do serviço dos estrangeiros do prédio, restando apenas o DAIS, reforçando ainda mais o lado assistencialista.

A Hospedaria tombada tem, portanto, este forte vínculo com o trabalho e com o imigrante, ou o estrangeiro. Acreditamos, aliás, que a Hospedaria tombada é esta do trabalho, dos imigrantes que vieram, trabalharam duro e de certa forma fizeram a América e ajudaram a formar a sociedade paulista.

Mas fica uma questão, por que só os imigrantes parecem ter "valor enquanto bem tombável" e não também os migrantes que são recebidos na Hospedaria desde a década de 30? Dessa forma, o trabalhador que se patrimonializa permanece associado aos desejos novecentistas que associavam raça, civilidade, civilização e branqueamento.

Parece-nos que a resposta está na difícil relação que a sociedade brasileira (ou parte dela) estabelece ainda hoje com o mundo do trabalho. O imigrante veio, trabalhou duro, venceu na vida, integrou-se e misturou-se com a sociedade paulista. Mas não existe mais esse imigrante, assim como não existem mais seus bairros. Talvez por isso, foi possível tombá-lo e homenageá-lo. Já os migrantes nacionais representam um problema ainda atual: ainda há migrações, ainda há seca e fome, ainda há preconceito e principalmente desemprego.

---

[81] Em 1972, também é criada a Central de Triagem e Encaminhamento (CETREN), subordinada à Secretaria da Promoção Social, para atendimento da população carente. Ver: Dirceu Cutti. *Op. cit.*

Esses valores ligados aos do tombamento e também àqueles que continuaram dando existência à instituição são muito presentes no conjunto hoje. Ao tombamento se associa os imigrantes e o trabalho e, ao uso atual da Hospedaria (talvez uma atualização do uso original?), os migrantes, os carentes e o não-trabalho (via desemprego ou exclusão).

Até o início dos anos 30, o contingente populacional que chegava ao Estado de São Paulo era na maioria estrangeiro. Em 1933, no entanto, foi aprovada a lei das quotas, que regulamentava e restringia a imigração estrangeira no Brasil.[82] Foi também nesse momento que os nacionais começaram a chegar em maior número.

Imigração Estrangeira e Nacional para o Estado de São Paulo – 1820 a 1960[83]

Períodos	Totais	Estrangeiros	Nacionais	Percentagem	
				Est.	Nac.
1820-1900	974.177	973.312	965	99,90	0,10
1901-1905	205.297	193.732	11.565	94,39	5,31
1906-1910	200.487	190.186	10.301	94,86	5,14
1911-1915	356.045	339.026	17.019	95,22	4,78
1916-1920	128.539	100.098	28.441	77,87	22,13
1921-1925	279.548	222.711	56.837	79,67	20,33
1926-1930	409.086	253.265	155.821	61,91	38,09
1931-1935	275.446	119.204	156.242	43,28	56,72
1936-1940	350.320	56.468	293.852	16,12	83,88
1941-1945	148.826	4.763	144.063	3,20	96,80
1946-1950	445.389	61.030	384.359	13,70	86,30
1951-1955	973.586	210.879	762.707	21,66	78,34
1956-1960	676.984	159.360	517.624	23,54	76,46
1820-1960	5.423.730	2.883.934	2.539.796	53,17	46,83

Como estamos lidando aqui com apenas duas categorias de grupos bem polarizadas, o imigrante e o migrante, é importante fazer algumas ressalvas. Obviamente não se trata de grupos homogêneos, e também não quer dizer que tenham sido sempre tratados ou vistos da mesma forma.

Os nacionais, por sua vez, também tiveram sua vinda subsidiada pelo governo do Estado de São Paulo até meados dos anos 50. Segundo JORDÃO NETO, em 1935 no governo de Armando Sales de Oliveira, foi estimulada a migração nacional para

[82] Essa lei estipulava que poderiam entrar no país, anualmente, no máximo 2 % do total de imigrantes ingressos nos 50 anos anteriores.

[83] "Quadro extraído da Estatística de Imigração, 1960-1962, Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo." Citado por Oracy Nogueira. *O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos, demógrafo-sanitários e educacionais*. S.l.: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1964, p.28.

São Paulo para suprir a lavoura de mão-de-obra, dentro da política de avanço das fronteiras agrícolas.[84]

Inicialmente, o sistema de contratos para a subvenção dos migrantes era feito por companhias particulares que atuavam no nordeste do país e norte de Minas Gerais. Em 1939, o Departamento de Imigração e Colonização (DIC) criou a Inspetoria de Trabalho Migrante (ITM), para substituir essas firmas particulares, que atuava principalmente nos terminais ferroviários de Montes Claros/MG e Pirapora/MG. Seus funcionários *"ali procediam à seleção e embarque das famílias fornecendo passagem até São Paulo, onde eram recebidos na Hospedaria dos Imigrantes e daí distribuídos pelo interior do Estado, geralmente atendendo solicitação de mão-de-obra para a agricultura."*[85]

Assim funcionou até 1943.

> *"A partir desse tempo, a 'Escola de Aeronáutica' ocupou por dez anos (1943 a 1952) as dependências do Departamento, ocasionando quase um colapso nas atividades do DIC e promovendo o desmantelamento das instalações. Mesmo desalojada dos seus edifícios e de sua tradicional Hospedaria, a ITM a fim de não falhar na sua missão, passou a dar atendimento aos nacionais chegados, nos hotéis e pensões transformados em Hospedaria."*[86]

Em 1955, foi enfim criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), quando se estabelece a Hospedaria de Corinto/MG, que deveria ser a responsável pelo serviço de triagem, isto é, para selecionar *"elementos aptos para o trabalho"* e para *"evitar o embarque de indesejáveis (famílias irregularmente constituídas, doentes, incapazes moral e fisicamente)"*[87], mas que acaba funcionando como ponto de pouso e passagens.

Até 1954, foi o governo do Estado de São Paulo que promoveu a migração para esse Estado, por meio de acordo com o Governo Federal. Com a criação do INIC, a responsabilidade pelos serviços migratórios nacionais, fora de São Paulo, passa para esse órgão.

---

[84] Antonio Jordão Neto. *Aspectos econômicos e sociais da migrações internas para o Estado de São Paulo*. São Paulo, 1973. Tese de doutoramento apresentada à PUC-SP, p.14.

[85] Antonio Jordão Neto e Santa Helena Bosco. *Migrações*. São Paulo: Departamento de Imigração e Colonização, 1967, pp.11-12.

[86] Ibid., p.12.

[87] Ibid., p.13.

Os procedimentos adotados, portanto, para atração e acolhida dos migrantes foram, inicialmente, muito próximos daqueles tomados em relação aos imigrantes estrangeiros, no início do século. Independentemente do que se fale sobre civilizar ou branquear. Apesar de não representarem os mesmos valores, quando do tombamento da Hospedaria, na prática foram submetidos a um gerenciamento parecido, sendo ambos, imigrantes e migrantes, subvencionados para a lavoura paulista.

Os migrantes eram matriculados (para requisitarem as passagens para São Paulo), vacinados e inspecionados, em Pirapora ou Montes Claros. Tomavam o trem da Central do Brasil até a Estação do Norte, de onde se dirigiam até à Hospedaria dos Imigrantes do Brás. Lá se lavavam, trocavam de roupas e eram novamente matriculados, recebendo um cartão que acompanhavam-no na sua estadia na Hospedaria. Eram informados das normas da casa, e sobre hábitos de higiene, e ainda alertados sobre agenciadores inescrupulosos.[88]

A partir da década de 60, já se tratava a questão da migração interna como um problema social a ser resolvido assistencialmente, e não mais como mão-de-obra passível de ser absorvida. Talvez este possa ter sido um momento de muita polarização entre a imagem positiva do imigrante estrangeiro *versus* a imagem negativa do migrante nacional.[89]

Em um artigo de jornal de 1977, temos uma imagem do migrante:

> *"Do Nordeste, do Norte e principalmente do Sudeste, eles chegam em busca de melhores condições de vida. Saíram da lavoura, dos pequenos roçados onde trabalhavam por dia, vieram em caminhões, de carona, a pé e ficaram perambulando em São Paulo. Muitos pretendiam trabalhar na Capital, na construção civil e em outros setores que pudessem absorver seu trabalho não especializado. Outros tencionavam fazer de São Paulo apenas uma etapa de sua viagem, rumo ao interior do Estado, ao Paraná, a Santa Catarina, para a lavoura. Outros procuram tratamento médico especializado e acabam sendo encaminhados pela polícia a entidades de assistência social. Há ainda quem busque um passe para retornar à terra natal, depois de passados os sonhos e miragens de um vida melhor, às vezes nem bem acabam de desembarcar. São migrantes, que passam pela triagem no CETREN."*[90]

---

[88] Conforme "A Hospedaria de Imigrantes". In: *Observador Econômico*. n.º 47, ano IV, dez. 1939, pp.53-66.

[89] O imigrante é associado àquele que trouxe a dignidade e positividade do trabalho, em uma sociedade recém liberta da escravidão e que então lidava com muita dificuldade com o trabalho como categoria dignificadora. Além de ter sido um agente modernizador, portador de novos gostos e novas técnicas produtivas, por exemplo.

[90] "Cenas de migrantes numa cidade grande". *Diário Popular*. São Paulo, 26 jun.1977.

A partir da segunda metade da década de 70, o número oficial de migrantes entrados no Estado começa a cair, conforme tabela abaixo:[91]

TOTAL DE MIGRANTES ATENDIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1972/1977	
1972	113.015
1973	89.217
1974	65.229
1975	67.230
1976	55.735
1977	47.673

Foi na década de 70 que percebemos mais claramente a passagem da compreensão dos usuários da Hospedaria, de migrantes para carentes, processo já iniciado nos anos 60. A Hospedaria passa a alojar tanto migrantes quanto carentes. E mais do que isso, os próprios migrantes não são vistos como tal, mas como carentes, necessitados, enfim, marginalizados.

Em 1978, os imigrantes deixam de passar pelo prédio. Nos dizeres no diretor do DAIS, *"(...) é porque não existe razão para manter alojados estrangeiros com alto nível técnico."*[92]

O processo de tombamento da Hospedaria dos Imigrantes é deste ano. De certa forma, reflete essa concepção sobre os usuários do prédio. Não parece ter sido um momento no qual os migrantes eram valorizados, mas sim estigmatizados. Atualmente, já é possível reconhecer um novo olhar para esta população, que procura compreender sua contribuição para a formação de uma identidade paulista, sobretudo paulistana. Para a comemoração dos 500 anos, por exemplo, foi promovido um Concurso Público Nacional de Projetos para Monumento em Homenagem aos Imigrantes e Migrantes do Estado de São Paulo.[93]

Os usuários atuais do albergue já não são mais migrantes, mas carentes, população de rua.[94] População esta que sofre preconceitos, que, de certa forma,

---

[91] "São Paulo não é mais esperança de migrantes". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 fev. 1978. Esses números, no entanto, são combatidos pelo Padre Alberto Zambiase, da Associação dos Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Segundo ele, vieram cerca de 350.000 migrantes em 1977 e não 47.000. Conforme artigo: "Para coordenador, não houve aumento no movimento migratório". *Diário Popular*. São Paulo, 11 set. 1978.

[92] "Para coordenador, não houve aumento no movimento migratório". *Diário Popular*. São Paulo, 11 set. 1978.

[93] Promovido pela Associação do V Centenário do Brasil em São Paulo e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP).

[94] Há um estudo importante sobre a população de rua, realizado pela Prefeitura do Município de São Paulo em

separação.[96] O que estava realmente sendo separado? O museu do albergue é a resposta óbvia (e física), o trabalho do assistencialismo também parece não responder a tudo. A questão do imigrante estrangeiro e do migrante nacional pode apontar caminhos para entender a cerca e também entender o tombamento.

Não se quer desvalorizar a importância dos imigrantes, apenas pensar que, em se tratando de um bem tombado, como lidar na fronteira daquilo que valoramos e daquilo a que foi dado um valor secundário? Como recriamos essas memórias? No caso desse prédio essa fronteira é explícita. Não se trata de um edifício onde todo o seu conjunto foi reutilizado, coexiste no mesmo espaço fragmentos da história do prédio. Talvez seja uma chance privilegiada de pensarmos sobre essas relações, visto que o convívio é real. São dois testemunhos diferentes sobre um mesmo "fato histórico", dois pontos de vista. (VER FIGURAS 52 A 55)

Parece, portanto, no caso específico da Hospedaria dos Imigrantes, que a configuração atual do edifício é tal que a relação entre aquilo que foi tombado, ou seja, aquilo que oficialmente se reconheceu enquanto o valor do prédio, e aquilo que não o foi, permanece de forma latente, atualizada nos usos.

Nesse sentido, o albergue representa aquela história não muito gloriosa, que procuramos não ficar lembrando, meio à margem da dita oficial. Isso porque é ali que podemos reconhecer as dificuldades da reinserção (e também exclusão) no mundo do trabalho, a necessidade do controle desses personagens pelos grupos dominantes, e a nossa origem talvez não tão nobre como gostaríamos que fosse. Sua permanência parece pois, fundamental, uma espécie de ponte para podermos atualizar a antiga Hospedaria dos Imigrantes.

Por outro lado, a antiga Hospedaria dos Imigrantes como a casa do Museu da Imigração é bastante justo e apropriado. O que é reforçado, conforme já foi colocado, pela identificação das pessoas com o museu. O museu é ao mesmo tempo invasor e legítimo herdeiro.

---

[95] Ver Boris Fausto. *História do Brasil.*, 6ª ed., São Paulo: EDUSP/FDE, 1999, pp. 275-295.

[96] Vale ressaltar que o gradil/cerca foi um elemento importante para a análise aqui elaborada, um dado que precisou ser investigado, e que chamou muito a nossa atenção. Essa separação física é bastante forte. No entanto, para várias pessoas com quem conversamos, o gradil passava desapercebido, parecendo que ninguém mais o via.

Figura 52
Vista da cerca/gradil a partir do albergue.
maio/1999

Figura 53
Vista da cerca/gradil a partir do museu.
fevereiro/1999

Figura 54
Vista da cerca/gradil a partir do museu.
fevereiro/1999

Figura 55
Vista da cerca/gradil a partir do museu.
fevereiro/1999

3 – Hospedaria dos Imigrantes: do lote para fora

Neste capítulo serão abordadas algumas questões relativas à inserção da Hospedaria dos Imigrantes no meio urbano e sua relação com o entorno imediato. Dentro da perspectiva na qual se está considerando o bem tombado neste trabalho,[1] consideramos muito importante tentar compreendê-lo no contexto do seu entorno, do seu bairro e, por que não, da cidade como um todo. Neste capítulo serão feitas algumas reflexões sobre a relação da Hospedaria dos Imigrantes com o bairro do Brás. Por que se optou por construir uma hospedaria no bairro do Brás? [2] Foi uma mera coincidência ou esta escolha nos esclarece algo mais sobre o que se pensava sobre a cidade, os bairros, os trabalhadores? O que o bairro nos fala da Hospedaria e o que ela nos conta sobre o bairro?[3] A compreensão que temos sobre o lugar da Hospedaria dos Imigrantes na cidade, hoje, passa pela tentativa de se pensar como a relação prédio-entorno foi se configurando, isto é, quais as características que a marcaram e permaneceram, e como se alteraram.

3.1 O edifício e a escolha do bairro do Brás

No capítulo anterior já foram discutidas algumas questões relativas à implementação de uma nova hospedaria, que estivesse de acordo com o "futuro promissor da província". A necessidade de importação de mão-de-obra e de implementação da política imigratória cresceram de tal forma que logo se verificou (por exemplo nos Relatórios de Presidente de Província) a inadequação da antiga hospedaria do Bom Retiro: pequena, longe das estações, desconfortável e precária.

---

[1] Ver capítulo 1.

[2] Muitos trabalhos, ao se referirem ao Brás, não o consideram apenas como bairro, mas como o nome de uma região que muitas vezes é usado para designar bairros de trabalhadores na zona leste. "No que diz respeito à escala, é uma simplificação falar em Brás, porque Brás como área, como região, comporta um contexto bem maior, que envolve ainda outros bairros que são o Belém, o Tatuapé, o Pari, a Bela Vista, o Cambuci, que são áreas definidas por ficarem no triângulo dos rios, o Tietê, o Tamanduatei e o Tatuapé." Nicolau Sevcenko. "Periferia no centro". In: *BrásMitte: intervenções urbanas, São Paulo e Berlim. Parte I: Brás*. São Paulo: arte/cidade, 1997, p. 61. Na realidade, a Hospedaria dos Imigrantes localiza-se hoje no bairro da Mooca, pois a divisa entre os bairros Brás e Mooca passa pela Rua Visconde de Parnaíba.

[3] As questões referentes a Hospedaria em si e sua arquitetura foram tratadas no capítulo 2.

Neste capítulo discutiremos os aspectos relativos ao local da cidade escolhido para sua implantação.

Se, em 1882, a Hospedaria dos Imigrantes do Bom Retiro parecia adequada às necessidades da Província, em 1885 ela já não mais correspondia a essa expectativa.

Neste ano foi aprovada uma lei (Lei n.º 56, de 21 de março) prevendo a quantia de 100:000$000 para a compra de um terreno para a nova hospedaria e sua construção. Em 7 de abril foi nomeada uma comissão para escolher o terreno. Terreno este, que deveria ser nas proximidades das linhas de ferro do Norte e Inglesa.

> *"Em execução da mesma lei por ato de 7 de Abril nomeei uma comissão para escolher o terreno mais apropriado à edificação nas proximidades das estações das estradas de ferro Inglesa e S. Paulo e Rio de Janeiro composta dos seguintes cidadãos: General José Vieira Couto Magalhães, Dr. Raphael Aguiar Paes de Barros, Dr. Nicolau de Souza Queiroz e Dr. João de Sá e Alburquerque.*
> *A comissão depois de ter procedido a minuciosos estudos, em data de 5 de maio ofereceu o seu parecer expondo detalhadamente todos os exames dos terrenos que mais apropriados lhes pareceu optando os Dr. Raphael A.P.B. e Nicolau S.Q. por um terreno entre o Brás e a Móoca pertencente a José Gregório Rodrigues e o Gen. C.M. e o Dr. J.S. deram preferência ao terreno que foi do Convento da Luz, quase defronte ao Jardim Público."*[4]

O parecer da comissão é bastante completo no sentido de justificar as escolhas por cada terreno, no entanto, é claramente favorável ao terreno da Luz.[5]

As vantagens do terreno do Brás, segundo o parecer da comissão, seriam: (i) estar de acordo com o texto da lei em relação à proximidade do terreno das linhas de ferro, (ii) ser muito salubre, (iii) ser servido pelos bondes da Mooca.

Em relação ao terreno da Luz, a justificativa para sua escolha é bem mais

---

[4] *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto presidente da Provincia de São Paulo passou a administração ao 1º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho*. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1886, p.26.

[5] Alguns documentos consultados sobre a escolha do terreno para a Hospedaria dos Imigrantes do Brás foram encontrados em Nelson di Francesco. *A Hospedagem dos Imigrantes na imperial cidade de São Paulo: um resgate documental cronológico dos primeiros tempos (1827-1888)*. São Paulo: cópia xerografada, jan.1999, s/pag. (Acervo: Memorial do Imigrante). Este trabalho, da biblioteca do Memorial do Imigrante, traz uma coleta de documentos sobre a hospedagem de imigrantes na cidade de São Paulo no Império feito por um ex-funcionário da instituição, onde se encontram transcrições de alguns manuscritos referentes a Hospedaria dos Imigrantes. Entre eles está a transcrição do parecer da "Comissão de escolha do terreno para Hospedaria dos Imigrantes, São Paulo, 05 de maio de 1885", e outros documentos relativos ao processo de escolha do terreno. Foram utilizadas essas transcrições, que foram por mim checadas junto ao Arquivo do Estado de São Paulo.

detalhada e vários seriam os motivos apontados. Baseava-se no argumento de que o terreno, além de não ser distante das estradas de ferro, possuía outras características a favor da conveniência em relação ao terreno do Brás: era mais próximo do Mercado (para a alimentação dos imigrantes); era mais próximo do centro (para a facilidade dos empregadores que iam à hospedaria para contratarem os trabalhadores; e para a facilidade em relação a socorro médico e policial); era mais limpo e salubre, principalmente em relação às águas da chuva (o terreno do Brás, por ser muito baixo e quase nivelado, impedia o escoamento das águas e facilitava o acúmulo de detritos, além de ficar todo enlameado); era fácil para se obter água corrente; era maior e proporcionalmente mais barato.

Esta questão da escolha de qual terreno seria o mais adequado e conveniente para a implantação da hospedaria parece ter sido bastante discutida, indicando que o local escolhido para construção da hospedaria não foi feito aleatoriamente e, principalmente, indicando também que se tinha uma idéia clara do que se queria para a cidade. Isto é, mesmo que não houvesse um planejamento urbano no sentido de apontar diretrizes para o crescimento ou ordenamento da cidade, havia uma percepção dos lugares da cidade, ou melhor, uma hierarquização dos espaços.

> *"A explosão demográfica do período* [1870/1890], *fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período."*[6]

Ainda em relação ao processo de escolha do terreno, há um parecer da Seção do Contencioso do Tesouro Provincial de São Paulo, respondendo a uma reclamação por ilegalidade e inconveniência do terreno da Luz.[7] Segundo esse parecer, a escolha deveria se basear na legalidade e na maior conveniência: do ponto de vista legal, o terreno da Luz não feria a lei, pois era próximo às linhas de trem; do ponto de vista da conveniência, caberia ao governo decidir. O parecerista não era favorável à revogação do despacho de 8 de maio, onde o então presidente da Província José Luiz

---

[6] Raquel Rolnik. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997, p.28.

[7] No trabalho de Nelson di Francesco *Op. cit.* há a transcrição do parecer. Esse parecer foi feito em resposta à reclamação da Diretoria da Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, que pedia a revogação do despacho que havia escolhido o terreno da Luz, em favor daquele do Brás.

de Almeida Couto optou pelo terreno da Luz. Apesar dessa escolha, nada ficou definido. O próximo presidente da província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, não satisfeito com a decisão anteriormente tomada, voltou atrás, preferindo o terreno no Brás, mesmo já tendo sido comprado aquele da Luz.

Seu discurso mostra claramente que o motivo que o levou a mudar de opinião foi a proximidade do terreno da Luz com áreas nobres da cidade.

> *"A comissão incumbida de escolher o terreno para aquele edifício dividiu-se por ocasião de emitir o parecer, preferindo dois de seus membros, os Drs. Rafael de Barros e Nicolau Queiroz, um terreno ao lado da estrada de ferro de Santos a Jundiaí, por trás das oficinas da estrada de ferro do Norte, entre o Brás e a Mooca, que poderia ser servido por chaves derivadas de ambas as estradas; e os outros dois, Brigadeiro J.V. Couto de Magalhães e Inspetor da Imigração, o terreno que fora desapropriado pelo Governo provincial ao Convento da Luz e ficara em litígio, em virtude de reivindicação intentada por este.*
> *O meu antecessor concordou com o último alvitre; e, tendo sido vencida a Fazenda Pública na ação intentada pelo Convento, o Governo recebeu o terreno a título de compra pela importância de 30:000$000, preço em que entrou a quantia de 10:000$000, já paga como valor da desapropriação.*
> *Entretanto razões muito ponderosas se opõem, a meu ver, a que subsista a escolha de que se trata.*
> *Pelo lado legal verifica-se que ela importa dispensa na lei de 21 de março do ano findo, que, autorizando a construção do novo edifício para a Hospedaria, determinou que esta ficasse situada na proximidades das linhas férreas do Norte e Inglesa. O terreno da Luz fica próximo só da segunda destas linhas.*
> *Atendendo à conveniência, parece que, desde que não prevalecem razões inerentes às vantagens do serviço, **não é lugar próprio para um alojamento de imigrantes o bairro que mais se presta a ser aformoseado**, e que vai merecendo a preferência da população abastada para aí construir prédios vastos e elegantes. É possível consultar todas as exigências do serviço mediante **a colocação do edifício em terrenos do Brás, a qual permitirá, o que é vantagem considerável, que os imigrantes, vindos quer por uma quer por outra estrada, desembarquem com suas bagagens dentro do estabelecimento, e tomem na estação que ali tem a estrada Inglesa os trens que demandam o oeste da província, para onde em geral se encaminham.***
> *Não constitui embaraço à adoção deste alvitre, que ao mesmo tempo respeita a legalidade e a conveniência do serviço, o fato de já se ter adquirido terreno para a projetada Hospedaria.*
> *O Ministério da Guerra, reconhecendo que não deve continuar a servir de quartel o arruinado prédio que demora no centro da cidade, já resolveu que se escolha local próprio para o novo edifício. Assim proporciona-se à província ensejo de ceder para aquele fim, sem prejuízo, o terreno da Luz, fronteiro à cadeia e casa de correção, em troca do que é hoje ocupado pelo quartel, que se poderia aproveitar para levar a efeito a construção de edifícios com destino à Escola Normal e escolas anexas, e a outros estabelecimentos de que mais tarde vos falareis.*
> *Dada ao terreno da Luz essa aplicação, teria lugar escolher outro para a*

Hospedaria, observando-se o disposto na lei de 21 de março."[8] (grifos nossos) (VER FIGURA 56)

Este trecho do documento é bastante revelador. A questão da vizinhança e de uma cidade que começava a segregar espaços e funções, por exemplo, já está presente.[9] O que estaria por trás de *"o bairro que mais se presta a ser aformoseado"*? Além da questão explícita do embelezamento do bairro da Luz, essa idéia nos remete a todo o conjunto de transformações urbanas pelas quais a cidade passou a partir de aproximadamente 1870. Transformações estas que procuravam encaixar São Paulo dentro de um processo de modernização.

Esse chamado processo de modernização, entre o final do século XIX e início do século XX, não foi exclusivo da cidade de São Paulo. Durante o século XIX, várias cidades européias consolidaram-se enquanto metrópoles, como Paris, Londres e Viena (modelos para a nossa sociedade). Muitas capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, também sofreram transformações urbanas, uma das facetas desse processo.[10]

---

[8] *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886.* São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & C., data ilegível.

[9] Sobre essa questão da vizinhança ver: Paulo C. G. Marins. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: Fernando Novais (coord.) e Nicolau Sevcenko (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio).* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214. "Esse modelo de convívio urbano, trespassado pelos procedimentos de especialização espacial e segregação social, esteve pulsando no cerne dos procedimentos de controle da habitação e vizinhanças implementados nas capitais brasileiras a partir do advento da República." (p.136)

[10] Ver, por exemplo: Jeffrey D. Needell. "A capital do século XIX brasileiro". In: *Belle Epoque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.; Emilia Viotti da Costa. "Urbanização no Brasil no século XIX". In: *Op. cit.*, pp.179-226.; Paulo Marins. *Op. cit.*; Nicolau Sevcenko. "Introdução. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: Fernando Novais (coord.) e Nicolau Sevcenko (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio).* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 7- 48; e Maria Stella Bresciani. *Permanência e ruptura no estudo das cidades.* Campinas: texto mimeografado, 1990.

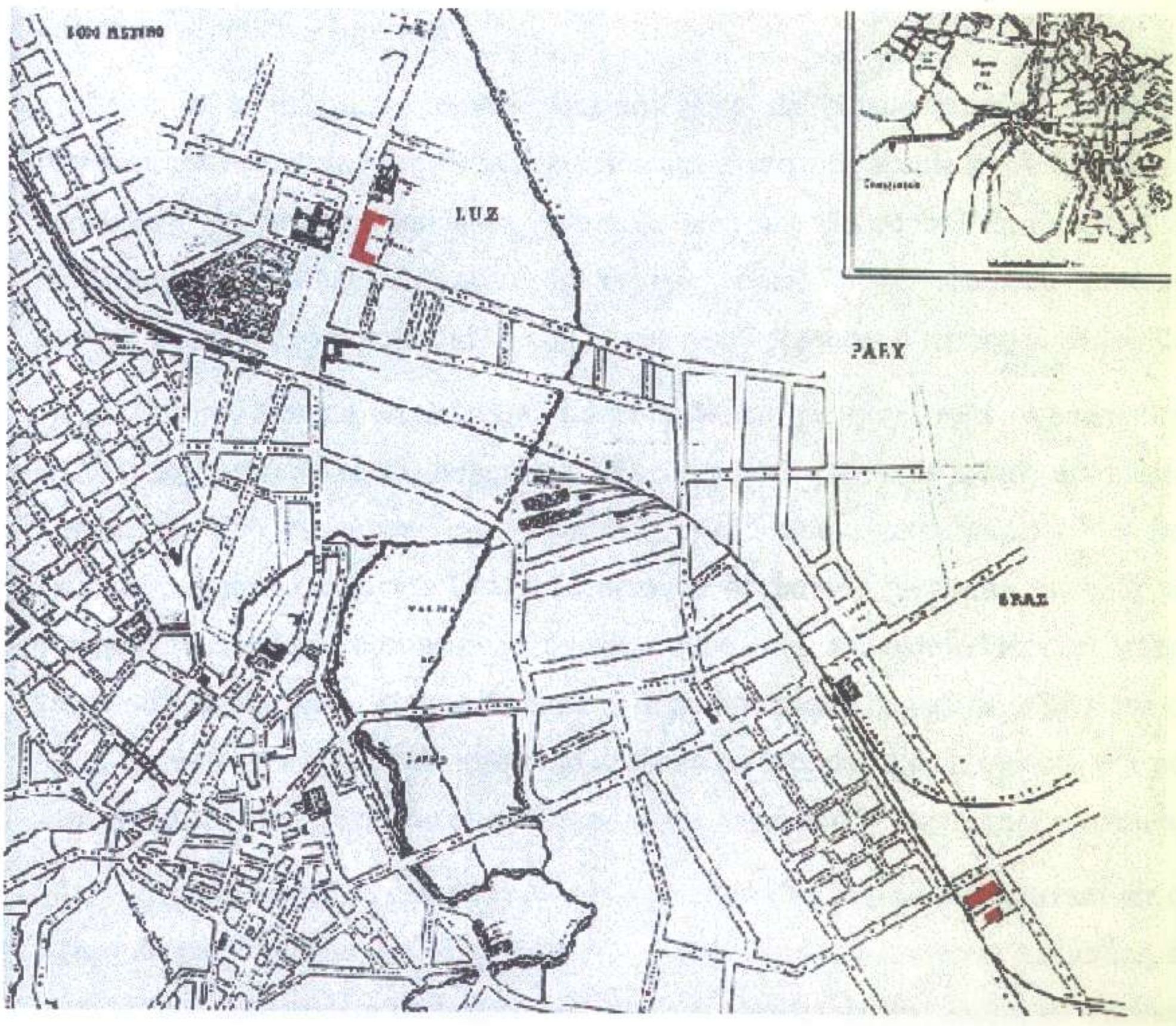


Figura 56
Mapa da cidade de São Paulo em 1890.
fonte: Jules Martin. "Planta da capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, 1890". In: Comissão IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, 1954

Os anos entre 1870-1920 são reconhecidamente um período de profundas mudanças urbanas, físicas e sociais na cidade de São Paulo e seus habitantes. É, a grosso modo, o período em que São Paulo inicia seu processo de desenvolvimento a caminho da metropolização.[11] Neste momento, além de um crescimento físico e populacional não conhecidos até então, a cidade de São Paulo entra em um processo de diversificação e nova disciplinarização de seus usos e de seus habitantes, baseado em uma separação de funções, em uma segregação espaço-social, em uma separação dos espaços públicos e privados.[12]

A modernização e embelezamento físico da cidade também implicava portanto em novos padrões de comportamento e uso dessa cidade. A questão da vizinhança, ou da boa vizinhança, tornou-se uma questão central na dinâmica de hierarquização e funcionalização do espaço urbano. Esse chamado processo modernizador pode ser percebido no fato de se resolver mudar o terreno já adquirido.

O outro terreno localizava-se no Brás, bairro que pelas suas características poderia abrigar a massa dos imigrantes, de acordo com a idéia de cidade das classes dominantes que promoveu esta escolha. Desta forma estaria garantida a boa vizinhança para os lados da Luz; a localização do terreno garantiria também um controle em relação ao destino dos imigrantes. Para estes, a cidade deveria ser apenas um ponto de passagem, de recolhimento e organização das bagagens, e de troca de trens, como mostra o segundo trecho do discurso do presidente da província, por nós assinalado. Os imigrantes não eram para a cidade, eram para o Oeste, para a lavoura.

A imagem que se queria da cidade só incluiria aquilo que acreditavam ser os signos da modernidade, isto é, o progresso, a velocidade, o ritmo, as máquinas, as luzes; e por isso cabiam os teatros, os cafés, as boutiques, os bondes, as vitrines.

---

[11] Metrópole aqui se refere mais a certos atributos da cidade, como sua diversidade de pessoas e atividades, e sua separação funcional e social, do que ao seu tamanho ou escala. Maria Irene Szmrecsanyi afirma "que a troca da metrópole nacional [do Rio de Janeiro para São Paulo] se armou desde o início deste século, o que torna o conjunto de suas primeiras décadas e últimas do século anterior período clássico para o entendimento do fenômeno." "Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional" In: *Revista USP*. São Paulo, mar-mai, 1993, n.17, pp.202-219.

[12] Estas mudanças são reconhecidas tanto por viajantes e memorialistas que viveram na época, como pela bibliografia posterior. Ver: Ernani da Silva Bruno. *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958*. [São Paulo]: PMSP/SMC/DPH, [1981]; e Richard Morse. *De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Com. do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. E também conforme pesquisa de iniciação científica/CNPq, orientada pela Prof. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna, onde estas questões foram abordadas: Gabriela Krantz Cesarino e Juliana Mendes Prata. *Uma cidade em movimento: São Paulo, 1970-1910*, São Paulo: texto mimeografado, 1993.

Imagens da modernidade consideradas positivas por aqueles que a definiam, isto é, as elites. O lado não tão positivo, mas igualmente constituidor daquela cidade - representado pela fumaça ou pelo trabalho árduo e manual, isto é, pelas fábricas, trabalhadores e cortiços - não deveria portanto aparecer. Ou melhor, também eram símbolos do progresso, mas eram para serem vistos de longe. (VER FIGURA 57)

Temos aí duas características dessa modernização brasileira. A primeira refere-se a uma exclusão e separação burguesa dos espaços, esforço esse que se aproxima daqueles encontrados nas cidades européias, matrizes e referências dessas transformações. A segunda remete-nos a uma pecularidade nacional em relação à desqualificação do trabalho e do trabalhador.

Fazer um alojamento para os imigrantes e escolher o bairro do Brás eram coerentes com a São Paulo que se modernizava. Primeiro, era um grande esforço de se criar uma força de trabalho, isto é, de garantir mão-de-obra e mercado consumidor nos moldes do sistema capitalista que se almejava. Era o governo provincial quem custeava a chegada, a estadia e a viagem dos imigrantes até às fazendas. Segundo, representava a idéia de cidade que se queria: higiênica, disciplinada, hierarquizada, de fácil circulação, bela e confortável, enfim, moderna. Constituía-se, portanto, em um bairro distante de uma cidade onde o trabalhador não ficava, apenas passava. A cidade, apesar de acolher os trabalhadores, remetia-os para fora dela. Ela era uma porta do trabalho.

> *"Essa concepção do campo como produtor de riquezas e da cidade como consumidora leva a que se consolide a preocupação de coibir o crescimento excessivo da capital, estimulando a consolidação de uma malha urbana de médio porte. São recorrentes os artigos, anúncios e propagandas com o intuito de retirar 'trabalhadores em excesso' das cidades estimulando-os a permanecer no campo. Repetidas vezes são publicados anúncios veiculados pelo Departamento Estadual do Trabalho conclamando os trabalhadores a firmarem contratos de trabalho fora da capital. Por outro lado, a mesma cidade vendia a imagem de um crescimento vertiginoso que produzia um progresso inédito em relação a outras cidades brasileiras, sugerindo a promessa de desenvolvimento econômico que o país esperava."*[13]

[13] Ana Cláudia Barone e Joana Mello de Carvalho e Silva. *São Paulo, metrópole moderna: a cidade na década de 20 segundo o Correio Paulistano*. São Paulo: texto mimeografado, 1996, p.5.

Figura 57
Panorama do Brás.
fonte: Benedito Lima de Toledo. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996

Além de coerente, a escolha do terreno no Brás mostrou-se muito estratégica. Por ser este lindeiro à estrada de ferro Santos-Jundiaí, possibilitou a construção de uma estação na própria Hospedaria. Assim, os imigrantes chegando ao porto de Santos já eram encaminhados à hospedaria de São Paulo. É lógico que o fato de a Hospedaria estar perto das ferrovias facilitava enormemente sua circulação e transporte. Para uma cidade que crescia era fundamental organizar seus fluxos, e nesse sentido o local escolhido demonstrava uma certa racionalidade dos governantes para lidar com esse crescimento da cidade e com suas novas funções.

No entanto, tal escolha indicava também a necessidade do controle dessa massa e da garantia de um estado de saúde, visto que muitos imigrantes chegavam doentes. Era necessário evitar o contato, para assim evitar o contágio. Esta era afinal uma das funções da Hospedaria: uma espécie de quarentena: examinar os imigrantes, limpá-los e tratá-los.

> *"É um vasto estabelecimento situado entre as vias férreas do norte (S. Paulo e Rio de Janeiro) e inglesa (São Paulo Railway), para maior facilidade do serviço e num terreno bem fechado, como convém para manutenção da ordem."*[14]

Evitar o contato significava algumas coisas. Primeiro, era um "evitar doença" no sentido literal. Muitos imigrantes chegavam doentes e fracos, dadas às péssimas condições de viagens e má alimentação. Eram, portanto, facilmente contagiados por epidemias, como a febre amarela ou a varíola, relativamente comuns no final do século XIX e início do XX. Não interessava para as classes dirigentes, que estavam bancando o projeto imigracionista, a perda da sua mão-de-obra e nem uma cidade insalubre.

Para CHALHOUB,

> *"O conceito de civilidade adotado por aqueles homens implicava o ideal de embranquecimento (...) e isto significava adotar medidas para viabilizar a entrada maciça de imigrantes europeus no país. Uma das medidas necessárias seria a melhoria das condições de salubridade pública, com ênfase no combate a doenças que, como a febre amarela, pareciam ameaçar principalmente os imigrantes. Nesse sentido, a moderna prática da 'gestão científica' da cidade escolhia cuidadosamente seus beneficiários - isto é, tomava suas decisões políticas - e entendia que o saneamento e as transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com a*

[14] Henrique Raffard. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977, p. 35.

> *melhoria das condições de vida de uma massa enorme de pessoas: os negros, esses suspeitos preferenciais, membros por excelência das 'classes perigosas'.* "[15]

Os imigrantes ao mesmo tempo em que eram investidos de civilidade e ideal, representavam também as tais classes perigosas. Assim, evitar o contato também adquire um segundo sentido: o de se evitar as camadas pobres, cujos hábitos e maneiras de viver eram freqüentemente associadas a vícios e promiscuidades.[16]

Um terceiro sentido é expresso no evitar o contato na cidade. Isto é, estamos considerando que o local e o bairro onde se optou por implantar a Hospedaria dos Imigrantes contribuíram para um distanciamento dos imigrantes da cidade, de acordo com a própria imagem que se fazia da cidade e o papel do bairro neste contexto.[17]

Os imigrantes, logo ao chegar, não entravam na cidade. Como já dito, a cidade deveria ser uma passagem.[18] O isolamento desses personagens era necessário ao bom funcionamento da cidade: além de garantir a segregação conjugando hospedaria com estação, o contato dava-se no Brás, bairro que historicamente sempre foi isolado da colina e da cidade nova, mesmo que tão próximo. O bairro do Brás era e é tido como um lugar que nasceu por ser um ponto de passagem e paragem entre a Sé e a Penha; e que sempre manteve certa autonomia em relação à colina, face às dificuldades de transposição da várzea.[19]

Enfim, as características que justificariam a escolha do bairro do Brás, eram: evitar a doença, evitar a promiscuidade e as classes "perigosas", e evitar também

---

[15] Sidney Chalhoub. "Classes perigosas". In: *Trabalhadores* n.6, Campinas, 1990, p.21.

[16] Ver Sidney Chalhoub. *Op. cit.*, e Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

[17] Margarida M Andrade ("Brás, Mooca e Belenzinho – 'bairros italianos" na São Paulo além-Tamanduateí". In: *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, n.8, pp.97-102) aponta duas discussões interessantes na Câmara dos Deputados na década de 1890: uma sobre os destinos dos imigrantes, se só a lavoura ou também a indústria, e outra sobre a transferência da Hospedaria dos Imigrantes para um lugar mais distante ainda da cidade. "Ameaça à saúde pública, na perspectiva dos parlamentares que decidiram em 1895 pela remoção da hospedaria para fora da cidade em seguida a um surto da cólera vitimando imigrantes recém-chegados. A grande concentração de imigrantes que se formara em torno da Hospedaria do Brás, na visão dos parlamentares, punha em risco a população da cidade como um todo e punha em risco a continuidade do fluxo imigratório, vital para a economia cafeeira." (p.99)

[18] O fato de se promover uma imigração subvencionada para suprir uma carência de mão-de-obra na lavoura, e de se fazer um esforço para que essa massa populacional fosse para lá encaminhada não significa dizer que foi isso exatamente que ocorreu. Ou seja, apesar desse esforço, muitos imigrantes vieram para a cidade e nela interagiram.

[19] Sobre a formação histórica do bairro, ver Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *O bairro do Brás*. 2º ed., São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985 e Ebe Reale. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.

uma aproximação física e de vizinhança, pois era aliada a uma forma não desejada de se usar a cidade. A escolha do Brás, então, estava inserida na construção da cidade moderna, que procurava criar a idéia de uma cidade onde se é possível setorizar, onde se tem um controle dos espaços, usos e vivências. O Brás era por excelência um local onde os excluídos poderiam aparecer, pois aparecendo neste bairro estariam ocultos para a cidade.

3.2 O edifício, o bairro e a cidade

Da mesma forma como o uso da Hospedaria foi se atualizando, esse isolamento do Brás foi ao longo do tempo sendo recolocado. A várzea, os habitantes, os usos, a ferrovia, ou grandes obras viárias posteriores foram elementos pelos quais essa singularidade do bairro foi ressemantizada. Assim, procuramos problematizar algumas imagens que o constituíram.

Hoje, o bairro do Brás é aparentemente bastante diferente do era no início do século. Há um certo senso comum de que o bairro está degradado e perdeu sua vida. O Brás que foi tão caracterizadamente industrial e imigrante vem perdendo suas indústrias e seus personagens desde 1940, quando se inicia um processo de crise daquele sistema industrial: as fábricas procuram outros lugares na cidade, o bairro esvazia-se e a população de imigrantes e seus descendentes muda-se para outros bairros.

Algumas intervenções urbanas de grande porte também foram feitas. Em 1957, foi concluída a Avenida Radial Leste no trecho centro-Mooca, e na década de 1970, o Metrô Leste, dentro do projeto CURA Brás-Bresser, que previa a desapropriação de uma grande área e sua reurbanização. O metrô foi implantado aéreo naquele trecho, com grandes desapropriações, sendo hoje um marco visual forte, em um bairro que foi marcado por grandes galpões industriais e pequenas unidades habitacionais. Na década de 80, na gestão do prefeito Jânio Quadros, foram construídos, em parte dessas áreas remanescentes (antigos canteiros de obras), prédios de apartamento que são os marcos visuais mais altos do entorno.[20] (VER

[20] Não serão discutidas aqui as questões referentes a estas grandes intervenções. De uma maneira geral, esse projeto Cura foi bastante criticado no sentido de se discutir o porquê de uma desapropriação tão grande e o que

FIGURAS 58 A 60)

Paralelamente, esse foi um período chave também na história da Hospedaria, conforme já foi demonstrado no capítulo anterior. São Paulo recebia então um grande contingente populacional de migrantes nacionais para trabalharem nas obras civis que estavam sendo conduzidas na cidade, como o metrô e grandes obras viárias. Era no Brás que funcionava desde 1972 a CETREN (Central de Triagem e Encaminhamento), encarregada de alocar essa população. A Hospedaria que então se chamava Departamento de Migrantes, passa a se chamar Departamento de Amparo e Integração Social. Em 1978, pára de receber imigrantes estrangeiros e junto à CETREN auxilia no recebimento e encaminhamento dos migrantes nacionais e da população carente.[21]

Em 1978 ainda, é feito um levantamento do patrimônio ambiental urbano da Zona Leste, que sugere a transformação da Hospedaria em Z8-200. É o ano da abertura do seu processo de tombamento.[22]

O entorno imediato da Hospedaria começou a receber maiores investimentos a partir de meados da década de 1990. Além das reformas que o conjunto sofreu, tanto no museu como no albergue, o antigo vizinho de fundo da Hospedaria, a São Paulo Alpargatas, sofreu um processo de reciclagem, sendo ali instalado um *campus* universitário, além dos investimentos verificados no mercado imobiliário. (VER FIGURAS 61 A 65)

Qual seria o papel de um bem tombado neste contexto? A que ele está se referindo ou como ele pode ser, ou não, um elemento reorganizador do entorno? A Hospedaria dos Imigrantes mudou no tempo, assim como o bairro no qual está inserida. Como o prédio e o entorno vão se articulando? Ou ainda, se é desejável que o bem continue integrado ao meio urbano, o que isso significa e como é atualizado?

---

significaria a tal reurbanização. Ver: EMURB. *Área CURA Brás-Bresser*. São Paulo: Emurb, s.d.. Para uma crítica deste projeto ver, por exemplo: André Roberto Martin. *O bairro do Brás e a "deterioração urbana"*. São Paulo, s.d.. Dissertação (mestrado) apresentada a FFLCH-USP e André Roberto Martin e Heitor Frugóli Jr. "Braz do Brazil, Braz de todo o mundo (Pagú)" *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992, n.° 6, pp. 105-111.

[21] Reforçando a associação migrante = carente, conforme já abordado no capítulo 2.

[22] As questões relacionadas ao tombamento já foram discutidas no capítulo 1.

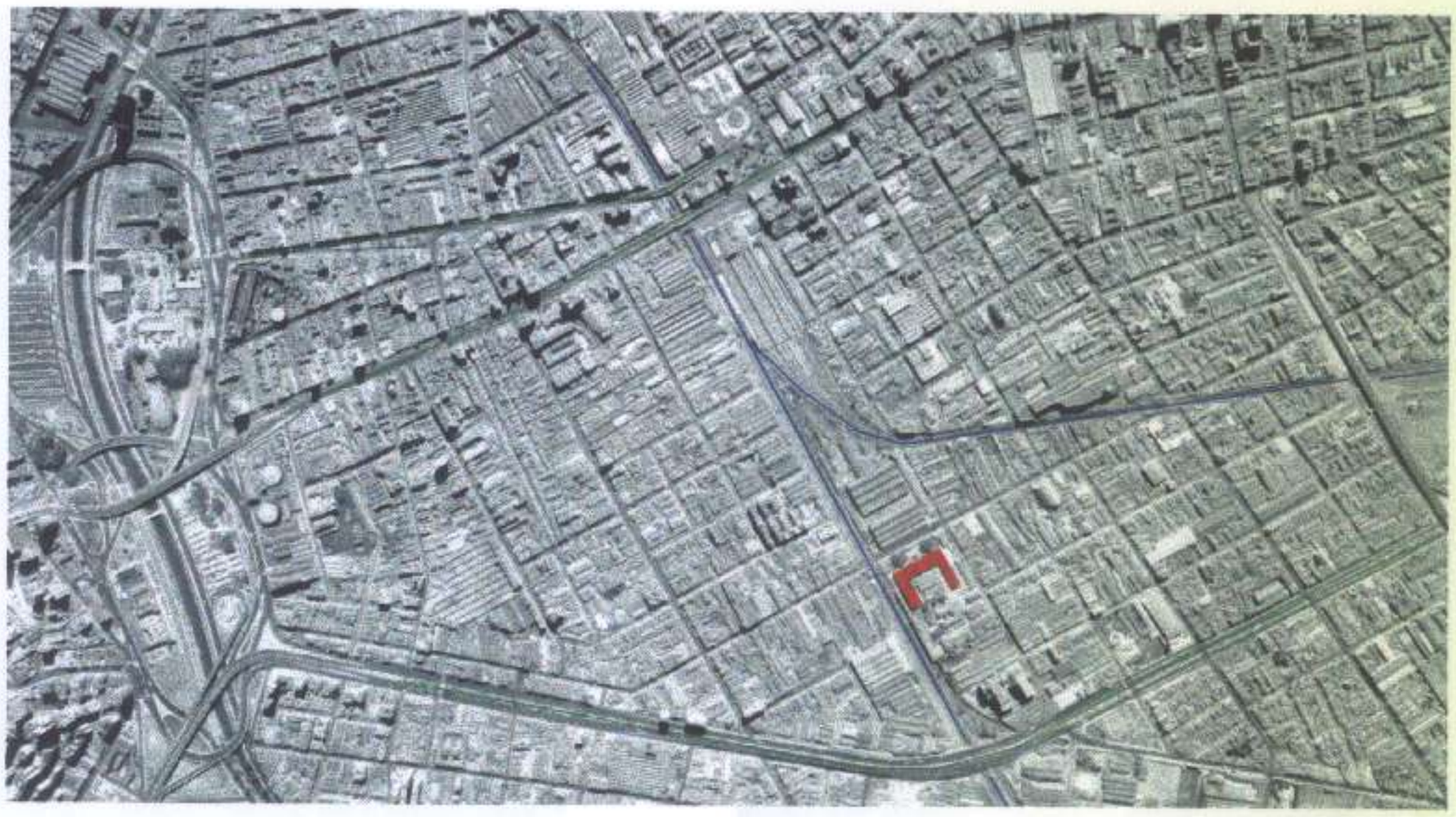


Figura 58
Foto aérea do Brás, em 1974. Sem a linha do metrô Leste-Oeste.
fonte: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A

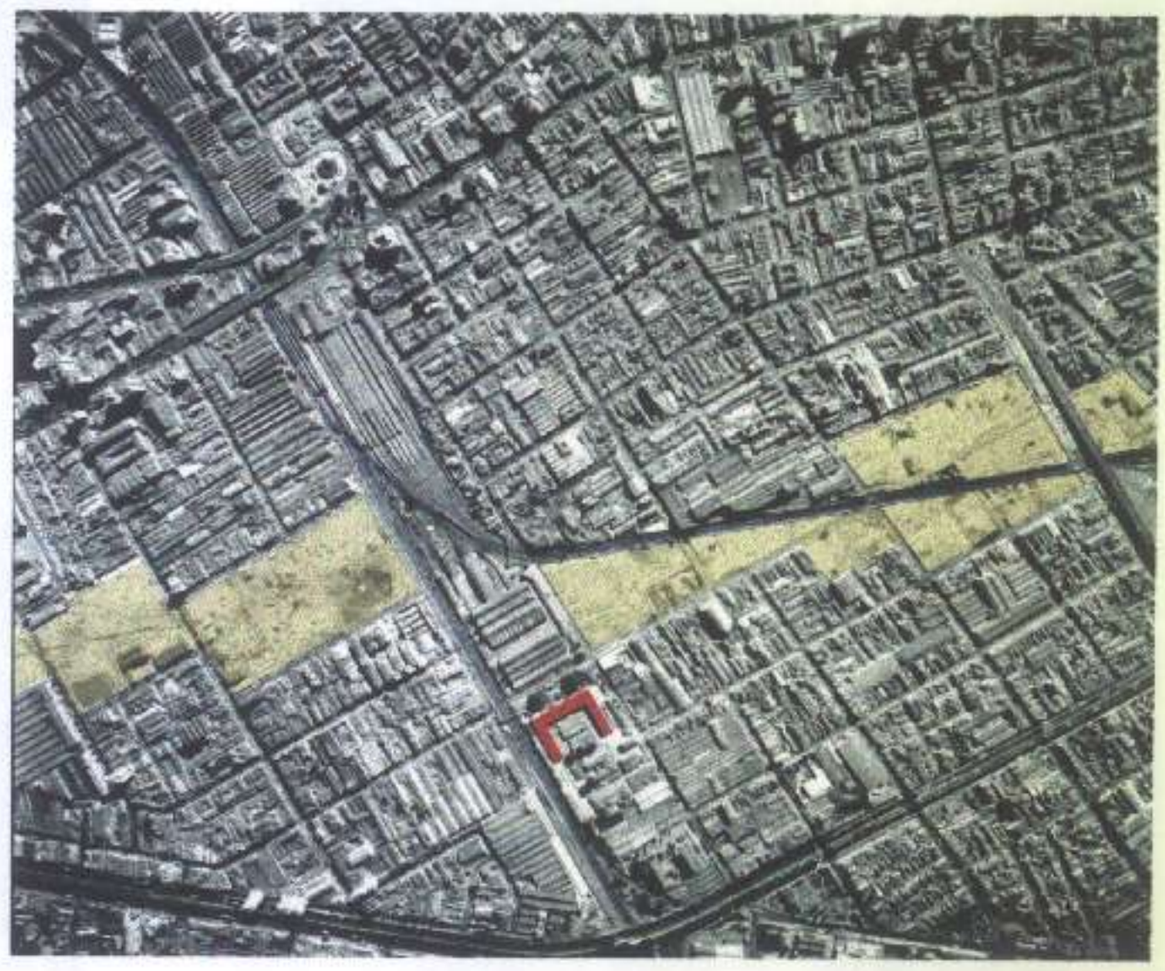


Figura 59
Foto aérea do Brás, em 1978. Demolições para a implantação do metrô.
fonte: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A

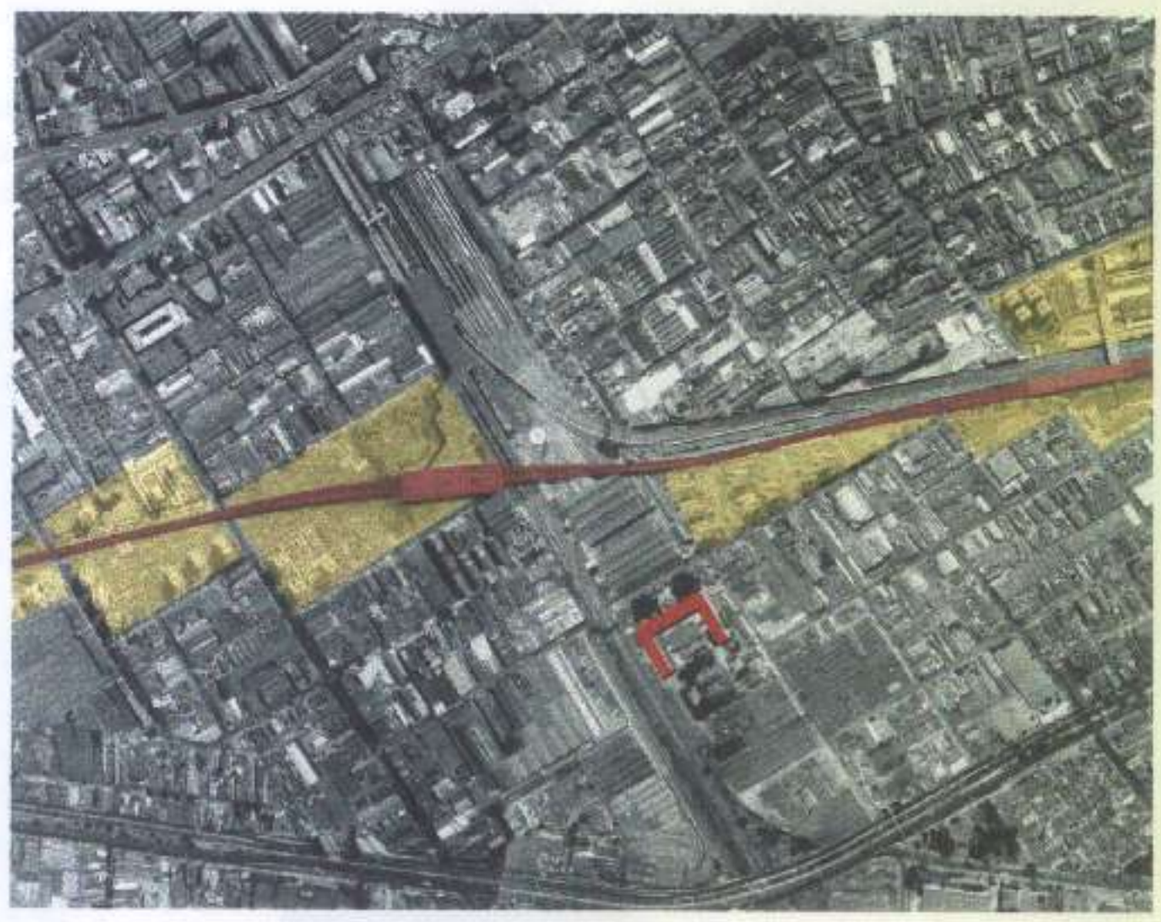


Figura 60
Foto aérea do Brás, em 1995. Com a reurbanização das áreas remanescentes das obras do metrô e a linha Leste-Oeste, aérea nesse trecho.
fonte: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A

Figura 61
Vista da fazendinha de café do museu. Ao fundo, obras de um edifício do mercado imobiliário.
maio/1999

Figura 62
Vista da fachada do museu. Ao fundo, obras de um edifício do mercado imobiliário.
fevereiro/2000

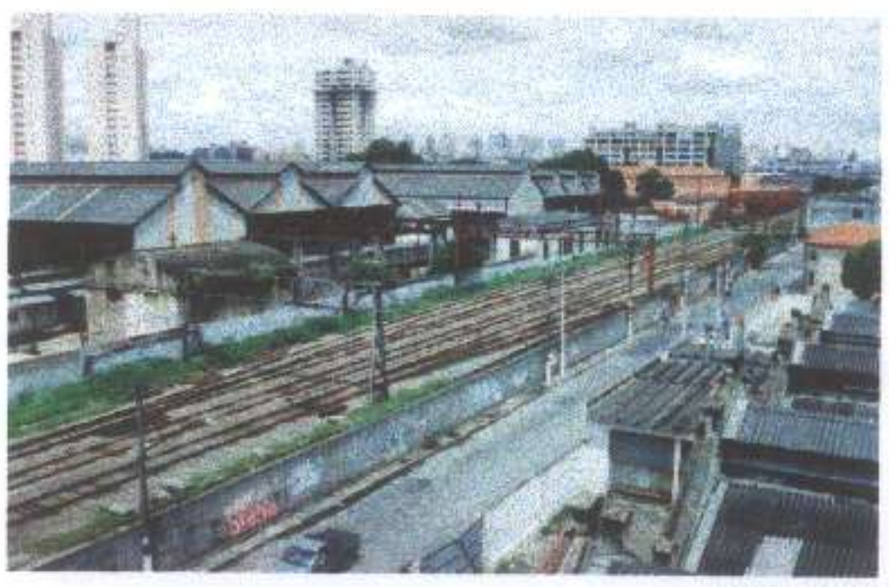


Figura 63
Vista dos edifícios construídos pela prefeitura nas áreas remanescentes do metrô, a partir do museu.
fevereiro/1999

Figura 64
Vista do entorno, a partir da Estação Brás do metrô.
fevereiro/2000

Figura 65
Foto aérea do entorno.
fonte: *BrásMitte: intervenções urbanas, São Paulo e Berlim. Parte I: Brás*. São Paulo: arte/cidade, 1997

Enfrentar as questões acima não significa, na proposta aqui desenvolvida, fazer uma história do bairro, mas procurar compreendê-lo em alguns de seus aspectos que nos parecem centrais para o entendimento da relação do edifício neste espaço. Ao se ler e estudar sobre o bairro, ou sobre as histórias do bairro, percebemos que existem algumas imagens bastante fortes e consensuais do que foi o bairro, principalmente no chamado período de sua consolidação, entre 1870-1930/40.[23]

O Bairro do Brás é considerado pela maior parte da bibliografia consultada como isolado, com um crescimento até final do século XIX ligado à passagem, pouso e paragens entre a cidade, a Penha e a capital do Império.[24] Era isolado porque vazio, sem muito uso ou importância para a cidade. Somente a partir de 1870, aproximadamente, é que o bairro vai se constituindo e se consolidando, tornando-se um local de muita importância econômica para o funcionamento da cidade, pois passa a concentrar as estradas de ferro, algumas estações, as fábricas e toda uma gama de comércio e serviços.[25]

A própria idéia de que o bairro se fez neste período é uma construção que reconhece a história possível do bairro como aquela ligada ao período de formação e consolidação da indústria paulistana e da imigração. Essa construção, por sua vez, não só fundamenta algumas imagens sobre o que foi o bairro como, ao mesmo tempo, produz algumas outras. Estamos privilegiando, nesta leitura da bibliografia, não uma história de bairro, mas aspectos que dizem respeito a Hospedaria dos

---

[23] Vários autores trabalham essa idéia do bairro que se consolida, mesmo que com enfoques diversos. De uma forma geral, consideram que o bairro surge com o *boom* de São Paulo na passagem do século, quando recebe por exemplo investimentos de infra-estrutura urbana, quando cresce em número de prédios e pessoas. A partir daí, torna-se muito importante para a cidade, pois concentra suas indústrias, ferrovias, ou armazéns, isto é, economicamente é muito forte, e por isso diretamente relacionado com o poderio da cidade de São Paulo. Seu auge seria até aproximadamente os anos 40, quando a indústria lá instalada declina. Para citar alguns exemplos: Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Op. cit.*; Margarida Maria de Andrade. *Bairros além-Tamanduatei: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho*. São Paulo, 1991. Tese (doutoramento) apresentada a FFLCH-USP e André Roberto Martin. *O bairro do Brás e a "deterioração urbana"*. São Paulo, [1985?]. Dissertação de mestrado apresentada a FFLCH-USP. Além do fator econômico, a cidade de São Paulo recebeu muitos imigrantes e houve uma grande concentração deles nesta parte leste, imigrantes esses que ajudaram a construir a cidade, com seu trabalho. A partir de 20/30 essa força imigrante está mais diluída, diminuem as entradas e já se tem uma segunda geração, normalmente mais adaptada, e integrada. A história do bairro e da imigração portanto são intimamente relacionadas. Imigrante e trabalhador estão associados às idéias do branquear e civilizar.

[24] Como os trabalhos de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Op. cit.*; Ebe Reale. *Op. cit.* e Odilon Nogueira de Matos. "São Paulo no século XIX" In: Azevedo, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 49-100.

[25] Em sua tese Margarida Maria de Andrade (*Op. cit.*) mostra como os serviços públicos e as fábricas vão sendo implantados, e como o bairro vai se integrando funcionalmente com a cidade, mesmo que segregado.

Imigrantes: as pessoas que habitaram o bairro, o papel que o Brás exerceu na cidade, e a sua localização dentro da cidade. Essa três entradas remetem-nos a determinadas imagens do bairro, que intitulamos: "bairro de imigrantes italianos e operários da indústria", "bairro de recepção e acolhimento de pessoas de fora" e "bairro isolado da cidade".

Essa idéias sobre o Brás, consolidadas pela bibliografia, falam muito sobre ele, mas causam, também, um certo incômodo, no sentido de apresentarem uma construção linear do que foi o bairro, de quem o ocupava, de como as pessoas viviam, trabalhavam, ou usavam os espaços públicos, não deixando muito espaço para que outras possibilidades, outros modos de viver e de se relacionar com a cidade apareçam. Evidentemente, não pretendemos negar essas imagens e sua imensa capacidade explicativa, mas procurar um outro caminho que também nos conduza ao Brás, para podermos pensar e atualizar o que é o bairro e o que é uma Hospedaria dos Imigrantes neste contexto.[26] Nesse sentido, se não existe mais esse bairro imigrante e industrial, uma revitalização do bairro que tentasse recuperar apenas essas imagens parece que não seria coerente. Como encontrar um outro fio onde seja possível fazer alguma atualização, isto é, onde se reconheça alguma permanência?

> *"Mas, pelo menos desde o fim do século passado até as primeiras 50 (sic) décadas deste, a separação simbolizada pelo rio Tamanduateí e pela estrada de ferro que o ladeava – a 'cidade' e o 'lado de lá' -, constitui o imaginário primeiro e mais consistente que São Paulo produziu de si mesma como cidade moderna e industrial."*[27]

É difícil dividir essa história consolidada do bairro nessas três entradas, pois consideramos que todas estão muito interrelacionadas. O que pretendemos discutir é todo um pacote da história do bairro: bairro que se constitui entre 1870-1930/40, pelo afluxo de imigrantes, de indústrias, de operários, mas que se constitui também como um outro lugar, uma outra coisa, que não é a cidade. Daí a infinidade de descrições e histórias da cidade cindida: a colina x a várzea; os incluídos x os excluídos; a cidade de cima x a cidade de baixo; o papel da várzea e das ferrovias como elemento de

---

[26] Estudar a construção dessas imagens é particularmente importante quando se pensam as questões do patrimônio. Se a pesquisa procura compreender o lugar da antiga Hospedaria dos Imigrantes na cidade de hoje, como bem tombado, é necessário tentar clarificar com quais imagens ou valores simbólicos está se trabalhando, na medida em que a patrimonialização trata da construção de memórias e portanto de imagens a ela vinculadas.

[27] Maria Célia Paoli. "São Paulo operária e suas imagens" (1900-1940). In: *Espaço & Debates* São Paulo, 1991, n.33, p. 27.

corte, de ruptura; e o bairro burguês x o bairro dos trabalhadores.

A questão do trabalho, emblemática para pensarmos a simbologia e a função do prédio da Hospedaria, é crucial também para se compreender tanto essas imagens do bairro como para acessá-lo por um outro viés.

Ampliando um pouco essa história consolidada, procuramos discutir esta relação entre o declínio da indústria e da presença do imigrante no bairro com a sua deterioração, para com isso ampliarmos a discussão sobre o bem tombado memorial/albergue.

3.2.1 Bairro de imigrantes italianos e operários x bairro dos trabalhadores

Em relação ao primeiro bloco de imagens, ligado à construção do Brás enquanto um bairro de imigrantes italianos e de operários industriais, sabemos que realmente a população predominante era de imigrantes, dos quais a maioria era de origem italiana, sendo que muitos eram operários. No entanto, sabemos também que não se tratava só de italianos, e que nem tampouco todos eram operários. Havia os espanhóis, portugueses, brasileiros, árabes, judeus... Havia também outras ocupações e ofícios (sapateiros, mecânicos, donos de pequenas oficinas, ferro velho, construtores, além das atividades ligadas ao pequeno comércio, aos hotéis, estalagens, cortiços...).[28]

> *"Enquanto São Paulo crescia o Braz coaxava. Enluravam-se naquela brejal região de sapos e rãs. À noite, do escuro da terra, um coral subia de coaxos, pan-pans de ferreiro, latidos de mimbuias, glus-glus de untanhas; e por cima, no escuro do ar, vagalumes ziguezagueantes riscavam fósforos às tontas.*
> *E assim foi até o dia da avalanche italiana.*
> *Quando lá no Oeste a terra roxa se revelou mina de ouro das que pagam duzentos por um, a Itália vazou para cá a espuma da sua transbordante taça de vida. E São Paulo, não bastando ao abrigo da nova gente, assistiu,*

[28] "Não há nenhuma dúvida de que o contingente italiano significou muito no crescimento sem precedentes que a cidade conheceu a partir de 1890, quando sua população que era de 64.934 habitantes na referida data, atinge, em 1920, a cifra de 579.033 habitantes. Estima-se que, entre os peninsulares aportados no estado, 30% não foram para o interior. Se a isso acrescentarmos os que fugiam das duras condições do campo e se dirigiam para a cidade estarão explicadas as razões que ajudaram São Paulo não só a se tornar uma 'cidade peninsular', na época, como ainda criar um exército de reserva para que a indústria nascente conhecesse sua primeira expansão." Zuleika M. F. Alvim. "O Brasil italiano (1880-1920)". In: Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000, p.404. Segundo a mesma autora, entre 1870-1920, 42% dos imigrantes entrados no Brasil eram italianos.

atônito, ao surto do Braz."[29]

Este trecho indica-nos alguns aspectos da vida do Brás. Primeiro, que foi um bairro que cresceu rapidamente, muito relacionado com a imigração, principalmente a italiana. Segundo, que esses novos personagens estavam, em princípio, ligados ao trabalho nas lavouras, no Oeste. E terceiro, que o bairro parecia ter vida própria, isto é, apesar de se querer usar o bairro apenas como uma passagem dos imigrantes a caminho das lavouras e de se querer o controle dessa massa, o bairro crescia meio desordenadamente.

A consolidação do bairro na figura do "imigrante italiano operário" é muito relacionada à imagem oficial - produzida na época da imigração e reforçada, por exemplo, no processo de tombamento, na mítica das cantinas e comida italiana, ou nas festas de rua – pois trata-se da figura do trabalhador ideal: o europeu branco, livre e por isso considerado como um vetor de condução do Brasil ao capitalismo ou à modernidade desejada.

> "*De um lado, a parcela da população nacional inferiorizada e desqualificada em termos culturais, sociais, étnicos e vinculada aos horrores e à barbárie de aspectos de um passado que muitos procuravam rejeitar – como a escravidão – e, de outro, os imigrantes europeus supostamente 'qualificados' por serem relacionados ao modelo de civilização e desenvolvimento que se deseja seguir.*"[30]

Mesmo representando o ideal civilizatório, esses indivíduos também foram alvo de toda uma série de preconceitos, e segregações. Há uma ambigüidade no trato com os imigrantes, pois há todo um processo disciplinador e controlador desses personagens enquanto trabalhadores, ao mesmo tempo em que, como europeus, são exemplares de uma cultura a ser copiada e, acima de tudo, a parte da linhagem brasileira civilizada a ser construída.[31]

O Brás (e outros bairros da Zona Leste, como Mooca e Belenzinho) recebeu

---

[29] Monteiro LOBATO. "O fisco (1)". In: *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 38.

[30] Carlos José Ferreira dos SANTOS. *Op. cit.*, p.41.

[31] Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura ("Trabalhadores italianos em São Paulo: em busca do trabalhador ideal" In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: IEB-USP, n.º 37, 1994, pp.185-198) nos mostra como a escolha pelo trabalhador europeu se enquadra dentro de um imaginário racista, onde se acredita numa superioridade da raça branca e européia e onde o trabalhador nacional preto ou mestiço é marginalizado. Esse argumento também é encontrado em outros trabalhos, como: Carlos José Ferreira dos Santos. *Op. cit.*

uma grande população de imigrantes. Mas não só italianos.[32] No nosso entender, as imagens destes moradores "italianos operários", ou mesmo "imigrantes operários" camuflam uma outra questão que passa pelo lugar do trabalho na sociedade brasileira, ou melhor, uma questão que está relacionada com o modo de se lidar com as camadas pobres trabalhadoras. A construção da cidade moderna paulistana se fez em cima de processos de inclusão-exclusão de coisas, padrões, comportamentos, pessoas, casas, hábitos. Por isso, a recorrente necessidade de enquadrar, taxar e localizar, como que para se diferenciar, aquilo que gostaríamos que fosse invisível.

> *"Para a mentalidade profundamente hierarquizada da sociedade brasileira pré-industrial, separar-se da vida proletária que se formava era essencial. Como não sabia lidar com ela, a vontade de se diferenciar expressou-se, antes de mais nada, no aproveitamento topográfico da cidade para delimitar os espaços sociais e diferenciar, ordenadamente, as classes sociais."*[33]

Portanto, para pensarmos a questão do patrimônio, ou seja, dos significados da Hospedaria dos Imigrantes, serve-nos mais a imagem do trabalho. Isto é, mais do que a imagem de um bairro de italianos ou imigrantes operários, a imagem de bairro dos trabalhadores é mais ampla e pode nos dizer mais sobre esse bem tombado.

Desta forma, pensando o Brás pela entrada de bairro dos trabalhadores amplia-se a possibilidade de dar existência a outros modos de vida e personagens que existiram no bairro. Não se trata de somar mais trabalhadores não-italianos ou não-operários ao imigrante italiano operário, mas de incluir também quem não fosse o trabalhador qualificado positivamente, isto é, aquele fixo, ordeiro, regular e poupador. Ou seja, não é um problema da nacionalidade ou do oficio, mas das imagens e valores relacionados ao trabalho e ao trabalhador. Neste sentido, resgata mesmo para o imigrante italiano operário outras possibilidades, assim como permite ver outras nacionalidades, como os nacionais, e também outras formas de trabalho que não só a industrial, muitas das quais fora do padrão da cidade moderna.

SANTOS ao analisar a presença dos nacionais pobres na cidade de São Paulo,

---

[32] Passaram pela Hospedaria, por exemplo, mais de 60 etnias. Alguns trabalhos estudam a inserção dessas populações imigrantes e a constituição de suas redes sociais, como tática de sobrevivência e adaptação à nova terra. Sobre este aspecto ver: Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: EDUSP, 2000. Este trabalho traz uma coletânea de artigos, de diversos autores, sobre a imigração para Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Cuba, ocorrida entre o final do século XIX e o início do XX, enfocando as várias etnias. Para o Brasil, os grupos abordados são portugueses, japoneses, espanhóis, alemães, judeus, italianos, e sírios e libaneses.

[33] Maria Célia Paoli. *Op. cit.*, p.28.

mesmo que não trabalhando especificamente com o bairro do Brás, mostra como este grupo interagiu com a cidade que se modernizava e alterava seus padrões de comportamento. Mostra principalmente como, apesar de possuírem um modo de usar e usufruir a cidade que estava em desacordo com aquilo que se implementava, foram peças fundamentais para a consolidação da sua modernidade. Isto é, ambulantes, caipiras, lavadeiras, curandeiros, entregadores de lenha, e outros, mesmo não fazendo parte da imagem da modernidade que se implantava, exerciam funções na cidade e interagiam com seus moradores:

> *"O 'mercado de rua' exercido pelos caipiras, conforme as memórias acima, barateava o preço de alguns produtos e auxiliava o viver cotidiano de vários paulistanos, colaborando mesmo, por um bom tempo, com o próprio desenvolvimento urbano da cidade, por facilitar a circulação de alimentos e outras mercadorias produzidas nas áreas mais distantes. Da mesma maneira, os caipiras contribuíam também para a existência de outras atividades, nas ruas e praças, como a do 'preto lenhador' e a dos carregadores localizados em torno dos mercados (...)."*[34]

Em seu relato sobre a vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil, HANDA mostra várias formas de inserção, moradia ou trabalho dos japoneses na cidade de São Paulo:

> *"E houve os que foram morar na região da Mooca e do Brás, por ser mais conveniente ao trabalho. Embora não tenha sido por muito tempo, alguns imigrantes começaram a plantar hortaliças num terreno com cerca de 2000 a 3000 m2, alugado a 20 mil réis por mês, na rua do Hipódromo, logo em frente ao portão de entrada do antigo hipódromo. Junto à horta havia um casebre, para onde os imigrantes transportaram os seus pertences, que estavam antes na Hospedaria dos Imigrantes, ali passando a viver. Havia um outro grupo de jovens, que indo trabalhar na fábrica de biscoitos Duchen, por intermédio de Takeo Goto, passou a morar na Rua da Mooca, onde ficava a fábrica. (...) Ainda um casal de japoneses se instalou numa vila sem saída desta mesma rua. Um outro grupo de imigrantes que saía a trabalhar nas obras ferroviárias na região de Faxina alugou uma casa perto da Rua Bresser, o que, entretanto, só durou cerca de dois meses. Parece que todos os imigrantes que se instalaram na região da Mooca ou Brás logo se mudaram, ali permanecendo quando muito só alguns meses."*[35]

Mesmo querendo reforçar a rápida passagem desses grupos no Brás, o autor abre-nos algumas brechas para pensarmos na variedade de grupos e funções que o bairro deve ter abrigado.

---

[34] Carlos José Ferreira dos Santos. *Op. cit.*, p.107.

[35] Tomoo Handa. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil.* São Paulo: TAQueiroz/Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987, p. 155.

Assim como nesse trecho, de um outro autor e obra, sobre os espanhóis:

> *"Preferiam trabalhar por conta própria, exercendo outros misteres, os mais variados tais como saqueiros, cigarreiros, funileiros, sorveteiros, vendedores de brinquedos, de frutas, além de compradores e revendedores de garrafas, chumbo, metal e cobre. E com isso muitos deles fizeram fortuna. Quem nunca ouviu falar no 'rei do ferro velho'? Sempre houve um monarca dessa espécie no Brás, e ainda os há."*[36]

A imagem do imigrante italiano operário, mesmo que legítima, parece portanto sombrear outras vivências. Preferimos, então, pensar o bairro do Brás como o bairro do trabalho.

3.2.2 Lugar da acolhida do imigrante x lugar dos caminhantes

Assim como a questão da italianidade parece estar um pouco deslocada, pois mais do que um bairro de italianos parece ser um local de trabalhadores, a questão da recepção ou acolhida de pessoas de fora também tem múltiplas facetas.

Em uma mesma perspectiva em que foi analisado o bairro italiano e seu contraponto o bairro do trabalho, temos aqui neste segundo bloco de imagens, o bairro como porta de entrada oficial dos trabalhadores (aqui no sentido do trabalho e trabalhador que vem sob controle), em contraposição ao bairro como porta para caminhantes, ou migrantes, no seu sentido mais amplo, isto é, pessoas que se deslocam, sejam nacionais ou estrangeiras.[37]

---

[36] Jacob Penteado. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo: Martins, s/d., p.57. Citado em Margarida Maria de Andrade. *Op. cit.*, p.226.

[37] Existem diferentes enfoques no tratamento às 'pessoas de fora'. Geralmente, os estrangeiros são chamados de imigrantes e os nacionais de migrantes. A palavra estrangeiro, portanto, na maioria das vezes, refere-se a pessoas de outros países, mas também pode se relacionar aos forasteiros enquanto pessoas que vêm de uma situação tão diversa, que aqui chegando sentem-se como estranhos e por isso estrangeiros. Alguns consideram até mesmo os migrantes nacionais como estrangeiros, isto é, estranhos, ou como o 'outro'. Em um outro enfoque podemos tratar os forasteiros como 'caminhantes', porque assim enquadram-se tanto os imigrantes estrangeiros, como os migrantes nacionais, enquanto populações que se deslocam. Os caminhantes poderiam, então, vir tanto da dita civilização, no caso dos primeiros, como da dita barbárie, no caso dos últimos.

Richard Sennett diz que uma cidade é onde estranhos se encontram. Distingue os estranhos em dois grupos: o forasteiro, e o desconhecido. O primeiro é reconhecido como diferente, pois a partir de nossa identidade, criamos regras para o enquadramento ou não do outro. O desconhecido, por sua vez, não conseguimos enquadrar nas nossas regras. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp.68-69.

Abdelmalek Sayad, estudando a imigração Argélia-França, analisa o fenômeno da imigração pelo binômio emigração e imigração: "(...) pois o que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou

Percebemos que a partir daí abre-se outro caminho para se entender o bairro, ou seja, a partir da indagação sobre a permanência dessa característica de atração de forasteiros. Na medida em que o bairro se mostra até os dias de hoje como um local por onde passam vários grupos que estão chegando a São Paulo em busca de trabalho, fica claro que essa característica do bairro não foi um fenômeno que só ocorreu relacionado com a imigração estrangeira do final do século XIX, mas que pode representar uma característica do bairro, mesmo que sempre atualizada, com novos significados.

> *"O Brás tem desde a sua origem uma vocação centrípeta. Ele é um vetor de irradiação, é um vetor de espiralamento das populações e das mercadorias que a partir do bairro se dirigem a todas as demais direções da cidade."*[38]

Nessa perspectiva abre-se um espaço para os nacionais e para os outros grupos de estrangeiros, para as diversas formas de se chegar, sejam elas mais oficiais, via Hospedaria dos Imigrantes, por exemplo, sejam mais ilegais, como os clandestinos, e para outros modos de vida, onde se incluem todos os tipos de trabalho e trabalhadores.

Compreender a complexidade da função do bairro como recepção é fundamental para se pensar no que foi a Hospedaria dos Imigrantes, *locus* por excelência gerenciador das populações afluentes, e o que ela pode ser na cidade atual.

> *"Perambulávamos ao sabor da fantasia, noite adentro, pelas ruas feias do Braz, quando nos empolgou a silhueta duma pesada mole tijolácea, com aparência de usina vazia de maquinismos.*
> *- Hospedaria dos Imigrantes, informa o meu amigo.*
> *- É aqui então...*
> *Paramos a contemplá-la. Era ali a porta do Oeste Paulista, essa Canaã em que o ouro espirra do solo, era ali a ante-sala da Terra Roxa – essa Califórnia do rubidio, oásis cor de sangue coalhado onde nasceu a árvore do Brasil de amanhã, uma coisa um pouco diferente do Brasil de ontem, luso e perro; era ali o ninho da nova raça, liga, amálgama, justaposição de elementos antimodorra, vencedor da vida à moda americana."*[39]

A partir desse trecho percebemos que é o imigrante o trabalhador que pode

---

não tiver sido definitivamente esquecido como tal – e, mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante, pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante." *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.14.

[38] Nicolau Sevcenko. *Op. cit.*, p. 63.

conduzir o Brasil ao caminho da civilização, e que foi para este trabalhador que se construiu a idéia de um bairro aglutinador de trabalhadores, como o Brás (mesmo que tão sujo), que os acolhia no emblemático prédio da Hospedaria dos Imigrantes.

No entanto, esse imigrante que é acolhido no Brás, não é acolhido para ficar na cidade. O Brás aqui é a porta do Oeste, da lavoura, e não da cidade. A cidade, como já dissemos, é o lugar da modernidade, mas do lado da modernidade onde não entram os trabalhadores, como se isso fosse possível. Por isso também, como veremos adiante, é que surge todo um discurso que procura separar o Brás da dita cidade. Repare como a idéia de porta significa uma saída e não uma entrada, o que reforça o caráter dual da cidade. Isto é, a Hospedaria dos Imigrantes é a porta do Oeste e não da cidade. Indo um pouco mais além é a porta de entrada do trabalho civilizador.

A imagem de uma porta da cidade pode ser interessante, mas não apenas a porta principal de entrada. Talvez seja melhor a imagem de uma porta de serviço, dos fundos, do trabalho, meio clandestina, meio como uma brecha por onde diferentes grupos entram na cidade, já marcados, entretanto, pelo contato que se quer evitar: doença, perigo, trabalhadores.

A imagem de que o bairro é uma porta de entrada de imigrantes é uma imagem consensual. Nessa perspectiva, a Hospedaria dos Imigrantes ocupa um lugar central como pólo aglutinador desses personagens. Ela seria a porta principal, pois por ela estariam passando aqueles que vieram oficialmente para formar um mercado de trabalho a partir de determinado conceito de trabalhador: fixo, ordeiro, poupador, com residência fixa e família.

Segundo LEMOS:

> *"A Hospedaria é de importância fundamental para São Paulo. Os imigrantes que reconstruíram a cidade passaram pela casa, uma porteira da cidade. 43% deles foram italianos e deixaram, ali mesmo, no Brás, as características assumidas pelo bairro."*[40]

Alguns autores mostraram que o fato da Hospedaria dos Imigrantes estar no

---

[39] Monteiro LOBATO. "As fitas da vida (1)". In: *Op. cit.* , p. 10.

[40] Depoimento de Carlos Lemos citado em: Fernando Leal. "Cidade preserva a memória da imigração". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 jan. 1979.

Brás foi um fator de atração à vinda de imigrantes para residirem no bairro.[41] Sem dúvida deve ter tido esse papel de atração de imigrantes ou trabalhadores, e até mesmo como indutora de urbanização. Por outro lado, sendo a Hospedaria dos Imigrantes mais ligada aos trabalhadores para a lavoura, muitos daqueles que queriam se fixar na cidade, de certa forma procuraram fugir, ou melhor, não passar pela Hospedaria dos Imigrantes e contar com o apoio das redes sociais que as famílias, amigos e conterrâneos estabeleciam.[42]

O Brás foi um ponto de atração de uma população muito mais abrangente do que esses imigrantes ou até mesmo dos migrantes que vieram via Hospedaria, uma população em que muitos estavam inseridos no mundo do trabalho de uma maneira diversa daquela desejada, ou dita oficial. Por isso à idéia deste bairro símbolo da acolhida oficial contrapõe-se a idéia do bairro que acolhe o caminhante, muitos sem destino certo, sem ocupação ou residência fixa, que vão interagir com a cidade, mesmo que à sua margem.

A história do bairro mostra-nos que não existiram apenas italianos ou imigrantes. Nem só operários da indústria. Existiram outras etnias, outras funções e ocupações. Nem todos vieram via Hospedaria dos Imigrantes, muito menos oficialmente. Existiram muitas formas de chegar.

HANDA nos conta que dos imigrantes japoneses da primeira leva que passaram pela Hospedaria, 773 foram para as fazendas enquanto que 10 ficaram na cidade de São Paulo:

> *"Além destes, se incluirmos a permanência em São Paulo de um carpinteiro do navio que resolveu abandoná-lo e um passageiro clandestino, teremos um total de 12 pessoas."*[43]

---

[41] Margarida Maria de Andrade em sua tese de doutoramento analisa vários elementos que favoreceram a constituição do Brás, Mooca e Belenzinho. "Entre eles, a Hospedaria de Imigrantes teve papel decisivo na constituição do conjunto de bairros aqui estudados, ao exercer a função de pólo aglutinador de imigrantes que se estabeleceram nas suas imediações como aliás tão bem assinalou o deputado Álvaro de Carvalho, em 1895." In: *Op. cit.*, p. 87.

[42] Os trabalhos de Maria Antonieta Antonacci (*Espanhóis em São Paulo: experiências e modos de vida*. São Paulo, 1999. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional - Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais (LABUR/FFLCH/USP-UGI-CEM-SPM)) de Zeila de Brito Fabri Demartini (*Famílias portuguesas em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1999. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional - Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais (LABUR/FFLCH/USP-UGI-CEM-SPM)) apontam a preferência dos espanhóis e portugueses de não passarem pela Hospedaria dos Imigrantes. Sobre as redes sociais, muitos trabalhos que hoje analisam os fluxos migratórios consideram relevantes seu papel. Ver por exemplo: Tomoo Handa. *Op.cit* e Boris Fausto. *Negócios e ócios: historias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[43] Tomoo Handa. *Op. cit.*, p.152.

Essa imagem do bairro como um lugar de forasteiros foi sendo recolocada ao longo do tempo. A feição italiana do bairro se perdeu, e formou-se a nordestina. Curiosamente, os usuários da Hospedaria também passaram de italianos, visto que representaram o maior grupo imigratório, para nordestinos, o que nos leva a pensar nas relações existentes entre o prédio, a reclusão e um bairro de trabalhadores na cidade. Atualmente, outros grupos começam a dar a cara ao bairro. Vale notar que sempre são forasteiros.

> *"A presença boliviana em São Paulo remonta aos inícios dos anos 50, acentuando-se a partir da década de 1980, mesmo com a recessão da economia brasileira, e atinge o seu ponto alto no início dos anos 90. Com a implantação do Plano Real, constata-se um forte afluxo de bolivianos em busca de trabalho nas pequenas confecções da cidade. Segundo estimativas da Fundação Bolívia, existem cerca de 100 mil bolivianos em São Paulo, distribuídos na maioria dos bairros da cidade, sobretudo naqueles situados na zona central, como o Brás, Bom Retiro, Pari, bem como nos bairros mais distantes, como Itaquera, Guaianazes e tantos outros.*
> *A concentração dos mesmos nos bairros centrais da cidade deve-se ao fato de que nesses bairros concentra-se também a maior parte das pequenas confecções, denominadas pelos mesmos como 'oficinas de costura', as quais pertencem em sua maioria a coreanos, judeus, bolivianos, paraguaios, chilenos e brasileiros."*[44]

Parece, portanto, que o Brás é um local tradicional de passagem e de entrada de imigrantes, ou de caminhantes, para se pensar em um sentido mais amplo. Aqui, novamente, a história do bairro e da Hospedaria dos Imigrantes se confundem: são relacionadas ao trabalho e a um certo trânsito ou acolhimento de pessoas.

Esta característica de atração populacional é parcialmente explicada, segundo SEVCENKO, pelo fato do Brás ser um região baixa da cidade:

> *"Logo, o conjunto centralizado no Brás fica aos pés dessa colina histórica, fica nas várzeas da cidade, uma região basicamente alagadiça, por isso muito insalubre e um foco permanente de endemias. A instalação humana ali foi um processo bastante difícil e particularmente dramático. E isso dividiu um pouco a história da cidade entre os que estão na área de cima, nas áreas secas da cidade, e aqueles que ficam nas áreas baixas, nas áreas úmidas e, portanto, nas áreas insalubres da cidade. Essa população das áreas insalubres é a população das várzeas, e a expressão 'varzeano' qualifica o tipo de pessoa que no contexto da cidade de São Paulo é tida como a menos civilizada, a mais rude, a mais rústica, aquela especialmente*

---

[44] Sidney A.da Silva. "Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social". In: *Fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais.* Petrópolis: Vozes, 1998, pp.175-176.

destinada ao trabalho pesado."[45]

O Brás seria, portanto,

"*(...) a parte renegada do fenômeno urbano (...)*"[46]

Isto mostra claramente que havia uma segregação sócio-espacial nesta cidade, que aliás se construiu em cima desse valor.[47] Como se no Brás determinadas coisas pudessem acontecer e existir, pois não existiriam para a "cidade" toda. Por isso, certos modos de vidas, diferentes daqueles que a cidade moderna tentava consolidar, tinham no Brás um lugar privilegiado para se mostrarem. A imagem do bairro como local de entrada dos forasteiros ou caminhantes torna-se portanto mais adequada, na medida em que a partir dela podemos tentar acessar toda essa diversidade.

Por isso, por exemplo, que os cortiços no Brás eram muito menos visados do que os de Santa Efigênia. Ninguém, e aí entenda-se as elites, via os cortiços no Brás, simplesmente porque não via o Brás. As investidas aos cortiços de Santa Efigênia são portanto muito mais insistentes e duras que aos do Brás, posto que aqueles eram mais visíveis para as classes dominantes, a meio caminho entre o centro e o aristocrático Campos Elíseos.

> "*O bairro de Santa Efigênia, por ser central, era passagem, quase que obrigatória dos habitantes da cidade, era um bairro visível, onde a miséria estava exposta à população. Daí a razão das autoridades sanitárias escolherem-no para realizar os levantamentos e promover melhorias com a clara intenção de amenizar a visão da miséria para o transeunte.*"[48]

O mesmo ocorre em relação a algumas festas, por exemplo. O Brás nunca era lembrado, ou não representava um local de passeio ou visitas da elite ou da administração municipal, a não ser em algumas ocasiões como o carnaval, reforçando um lado "exótico":

> "*Ainda que o Correio Paulistano calasse sobre a cidade para lá da Várzea do Carmo, este era um percurso possível do olhar forasteiro. Do Brás, no entanto, apenas o carnaval é tema para a elite, exótico e diferente do corso*

---

[45] Nicolau Sevcenko. *Op. cit.*, pp. 61-62.

[46] Ibid., p. 62.

[47] Ver Raquel Rolnik. *Op. cit.* Diferentemente do Rio de Janeiro, por exemplo, que também sofreu uma série de reformas modernizantes, mas que resultaram em uma vizinhança e convivência entre os diversos grupos sociais muito mais acirrada, conforme Paulo C. G. Marins. *Op. cit.*.

[48] Maria Alice Rosa Ribeiro. *História sem fim... Inventário da Saúde Pública em São Paulo.* São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p.240.

da Av. Paulista."[49]

Segundo SEVCENKO, o Brás é marcado desde sua origem, ou desde a "explosão" da cidade de São Paulo, no final do século XIX, por ser um local de trânsito. Trânsito de mercadorias, de pessoas. E mais do que isso, ele é marcado por essa transitoriedade. É por excelência o bairro onde há um fluxo populacional intenso, marcado pela mobilidade e instabilidade.[50]

3.2.3 Cidade cindida x mobilidade e trânsito

A imagem do bairro como um lugar de trânsito, de mobilidade, é representativa tanto para o bairro dos caminhantes como para pensarmos o terceiro bloco de imagens aqui proposto, o da cidade cindida. Sem dúvida, trata-se de partes da cidade bastante distintas, mas a mobilidade e o trânsito implicam em interação, levando-nos a pensar, por que não, a cidade constituindo um todo, ao invés de duas partes tão distintas. Ou ainda, qual o significado de se construir esta ruptura tão profunda.

Neste tópico, estaremos trabalhando com essa questão da cisão, ou da não cisão, que parece estar sempre presente no olhar sobre o bairro. Em um primeiro nível é a cidade cindida, isto é, são duas cidades em uma, ou a "cidade" e o bairro. Em segundo, podemos pensar a cisão a partir da própria noção de bairro: quando o Brás deixa de ser "bairro" e começa a sua desqualificação? E em terceiro lugar, dentro do próprio bairro, como foram construídos cortes internos, sejam eles marcados pela ferrovia, pelas grandes avenidas, ou pela várzea, isto é, como foi construído o referido isolamento da Hospedaria dos Imigrantes.

A separação da cidade também é o argumento para se falar da segregação ou exclusão do bairro e dos seus habitantes. Assim como a idéia de bairro consolidado entre 1870-1940 também é usado para justificar a sua deterioração. Alguns autores justificam sua deterioração justamente porque o bairro deixa de ter esse papel dentro da cidade: as indústrias são deslocadas para outras áreas, e os habitantes são alterados, rompendo assim a harmonia do "bairro italiano".

---

[49] Ana Claudia Barone e Joana Mello de Carvalho e Silva. *Op. cit.*

A tese de ANDRADE procura mostrar como o bairro, de *1860* até 1940 esteve integrado, mesmo que segregado, na cidade. Isto é, exercia um papel fundamental no funcionamento da cidade, ligado ao seu processo de industrialização, e por isso se constituía como bairro, relacionando-se com a cidade enquanto totalidade. A partir do momento em que o modelo industrial econômico que movia aquele processo entrou em decadência, o bairro começou a sua fase de deterioração.[51] Isto coincidiu com a mudança de sua população: o movimento imigratório diminuiu bastante, muitos dos imigrantes ou descendentes mudaram-se do bairro e o fluxo migratório interno intensificou-se, a partir de 1930.

A imagem de duas cidades é muito presente tanto nos documentos de época, como em parte da historiografia. Várias são as formas em que ela aparece: cidade de cima x cidade de baixo; colina x várzea; cidade x lado de lá; cidade que come x cidade que trabalha; os incluídos x os excluídos; cidade da burguesia x cidade dos trabalhadores.

Em artigo, PAOLI analisa o bairro através da noção de trabalho e com isso consegue romper o argumento de separação física da cidade. A dualidade da cidade dar-se-ia, segundo ela, pela dificuldade da sociedade brasileira em lidar com a questão do trabalho e principalmente com as classes trabalhadoras.[52] O entendimento do porquê dessa separação remete-nos a Hospedaria dos Imigrantes, no que concerne aos seus usos atuais e aos valores do seu tombamento. Leva-nos a pensar seu papel neste contexto.

A cidade dividida leva à imagem, também bastante recorrente, do Brás como uma outra área ou região dentro de São Paulo, mas distinto da dita cidade. Ou ainda, como um bairro isolado, fora da cidade.

> *"A cidade de São Paulo está dividida em dois blocos distintos – o centro urbano, de um lado, com os bairros da zona Oeste, Sudoeste e Sul; de outro o Brás, expandindo-se para Leste, separado do primeiro pela várzea do Tamanduateí, prolongando-se até as proximidades da Estação da Mooca (São Paulo Railway), alcançando o Belenzinho e o Pari."*[53]

---

[50] Nicolau Sevcenko. *Op. cit.*

[51] Margarida Maria de Andrade. *Op. cit.* Ver também André Roberto Martin e Heitor Frugóli Jr. *Op. cit.*

[52] Maria Célia Paoli. *Op. cit.*

[53] Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Op. cit.*, p. 168.

Esse argumento aproveita-se da conformação física que o crescimento de São Paulo assumiu. Isto é, ao crescer se espalhando, surgiram vários núcleos urbanizados no meio de alguns vazios urbanos, que foram aos poucos se interligando.[54] Assim, trabalha-se com a imagem de uma cidade separada, pois fisicamente separada. No entanto, percebe-se que outras coisas faziam do Brás um lugar diferenciado do restante da cidade, a ponto de Monteiro LOBATO afirmar que o Brás:

> *"É São Paulo, mas não é a Paulicéia."*[55]

Ou ainda, segundo SEVCENKO:

> *"Foi por isso, por ser considerado uma área de fora, que todo o tipo de atividade considerado de periculosidade, ou de alguma forma de efeito contaminador ou poluidor no contexto da cidade, foi colocado nessa área varzeana."*[56]

O argumento da cidade dual, dessa idéia do segregado-incluído, também é reconhecido em referências ao bairro como sendo longe e perto. O Brás é tido às vezes como perto, como sendo logo ali, mas é inatingível pela intransponível várzea. É longe da cidade, mesmo sendo tão perto dela.

> *"São duas cidades vizinhas, distintas de costumes e de almas bem diversas. Ir ao Braz é uma viagem. O Braz não é ali como o Ipiranga; é lá do outro lado, embora mais perto que o Ipiranga. Diz-se – vou ao Braz, como quem diz – vou à Itália."*[57]

Neste trecho também percebemos quão diferente e tão marcadamente outro lugar é o Brás. Porque neste argumento ele não é cidade, ele é apenas, conforme já visto, uma passagem para o Oeste e por isso tem-se a necessidade de apresentá-lo como longe, separado. Além disso, percebemos que a idéia da cidade cindida também é construída pela italianidade.

A várzea e a ferrovia são lugares centrais na construção desse argumento das duas cidades, pois são elas que melhor as delimitam fisicamente. Para além de uma

---

[54] "De um modo geral a cidade continuava a formar blocos que davam a idéia de várias pequeninas cidades sucessivas e sucessivamente agrupadas, dentro de um perímetro constituído por uma periferia instável, dado que se expandia a olhos vistos." Pasquale Petrone. "São Paulo no século XX" In: Aroldo de Azevedo (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, v. II: A evolução urbana, p.119.

[55] Monteiro Lobato. "O fisco (1)". In: *Op. cit.*, p. 41.

[56] Nicolau Sevcenko. *Op. cit.*, p. 62.

[57] Monteiro LOBATO. "O fisco (1)". In: *Op. cit.*, p. 39.

questão técnica ou de fluxos de trânsito para se conseguir transpor esses obstáculos, há argumentos, ora sobre a várzea, ora sobre a ferrovia, que construíram a inacessibilidade desses locais.[58] Não se pretende negar o fator físico como constituinte do desenho funcional e social da cidade, mas ir um pouco além nessa investigação para perceber como esse isolamento do Brás, ou das áreas para lá da várzea, é sempre recolocado. É lógico que a implantação de uma linha férrea desenha profundamente o tecido urbano, no entanto, não nos parece ser só isso que separa o Brás da dita cidade.

A ferrovia também hoje é colocada como um obstáculo na ligação entre colina e zona leste. Mas será que sempre foi assim? Será que não existem outras histórias sobre a ferrovia, além dessa que a coloca quase como um estorvo? Parece-nos que a ferrovia pode ter várias imagens a ela relacionadas. Hoje ela é cicatriz porque foi esvaziada de uso e desconectada do tecido urbano. Todavia, imagens e relatos mostram que nem sempre ela foi tão cortante assim, pois construída quando o bairro iniciava sua urbanização. Ou seja, a ferrovia como um elemento que por si só sempre cria cicatrizes urbanas é uma imagem construída. (VER FIGURAS 66 A 70)

A maneira como hoje a ferrovia é tratada na cidade, assim como várias grandes avenidas, como a própria Alcântara Machado, leva a um corte no tecido urbano, não se criam passagens e articulações entre os dois lados, e não se privilegia a vida dos bairros e a circulação dos pedestres, mas o cruzamento entre zonas da cidade, como passagens, vias expressas, e claro, para os automóveis. Olhando-se imagens e relatos, as imagens que afloram são outras. Além da circulação através das vias, há as porteiras e as passagens. Parece que as porteiras faziam parte do bairro, as pessoas atravessavam e usavam o bairro num espaço que incluíam as linhas de trem.

---

[58] A Várzea do Carmo, por exemplo, parece ser aquele típico lugar sem solução. Ela é um espaço perdido, eternamente feio, sujo e mal habitado. Lugar objeto de vários estudos e projetos (saneamento, embelezamento, reurbanização), muitos não concluídos e outros nem realizados, todos no entanto, enfatizando uma necessidade de mudança do lugar, ou seja, mostrando-nos a dificuldade de se lidar com aquele espaço. Carlos José Ferreira dos Santos (*Op.cit.*) procura outros caminhos, que não os convencionais, para se acessar a várzea. Procura verificar quem de fato habitava a várzea e como usava aquele espaço, na perspectiva de entender por que ele era assim taxado e por que deveria ser remodelado. Conclui que a atuação do poder municipal sobre o lugar era também uma das estratégias para a exclusão dos indesejáveis, mais do que apenas uma remodelação. Ou seja, a várzea era um lugar sem vida e perigoso, ao mesmo tempo em que era muito habitado, usado e freqüentado. A imagem do lugar depende, portanto, de quem a cria e o que se pretende aqui é procurar outras brechas onde seja possível fazer novas criações.

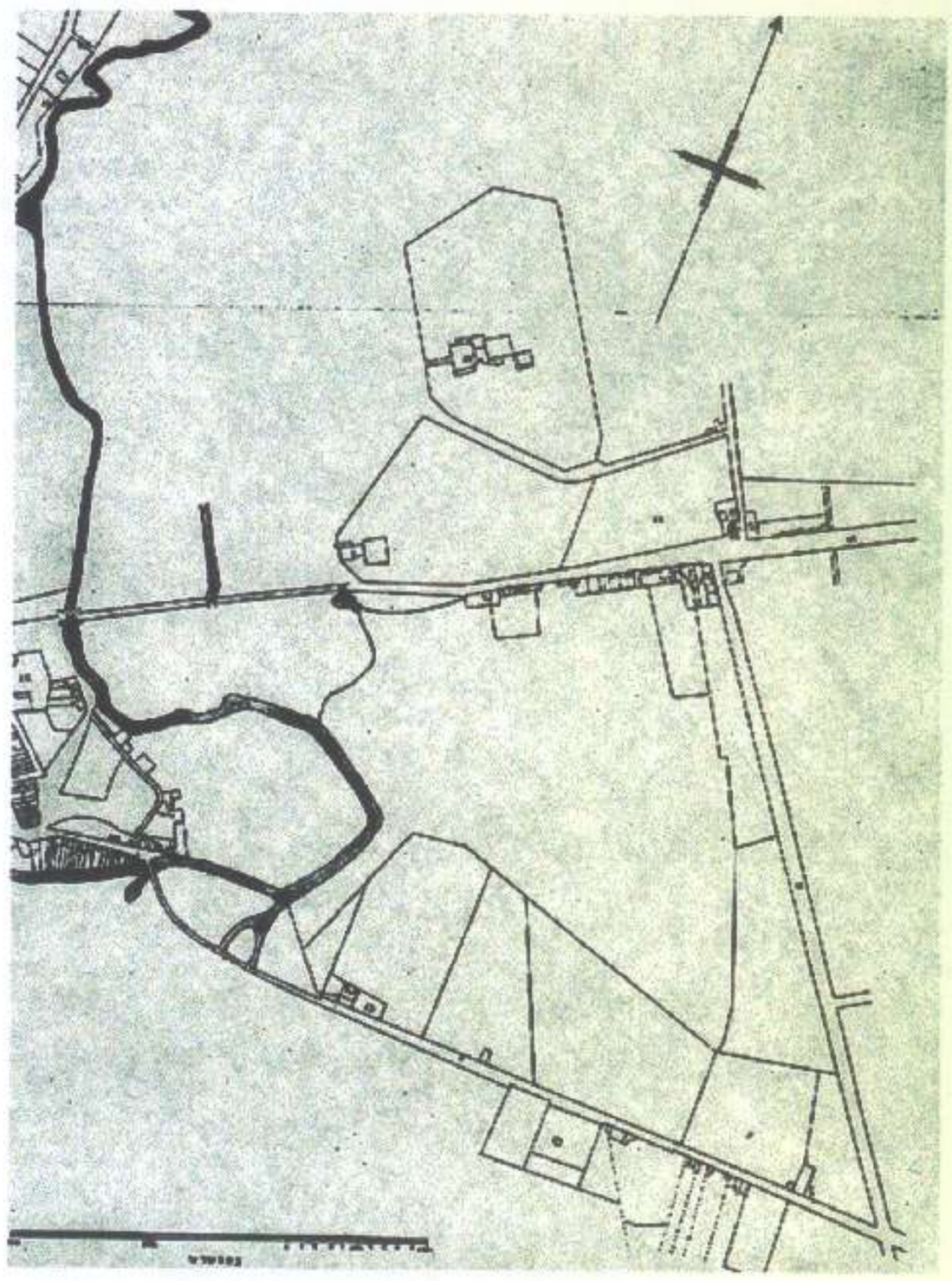


Figura 66
Mapa da cidade de São Paulo em 1841, bairro do Brás. Note o parcelamento dos terrenos em chácaras, quando ainda não existiam as linhas das estradas de ferro.
fonte: Carlos Augusto Bresser. "Planta da cidade de São Paulo, 1841". In: Comissão IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, 1954

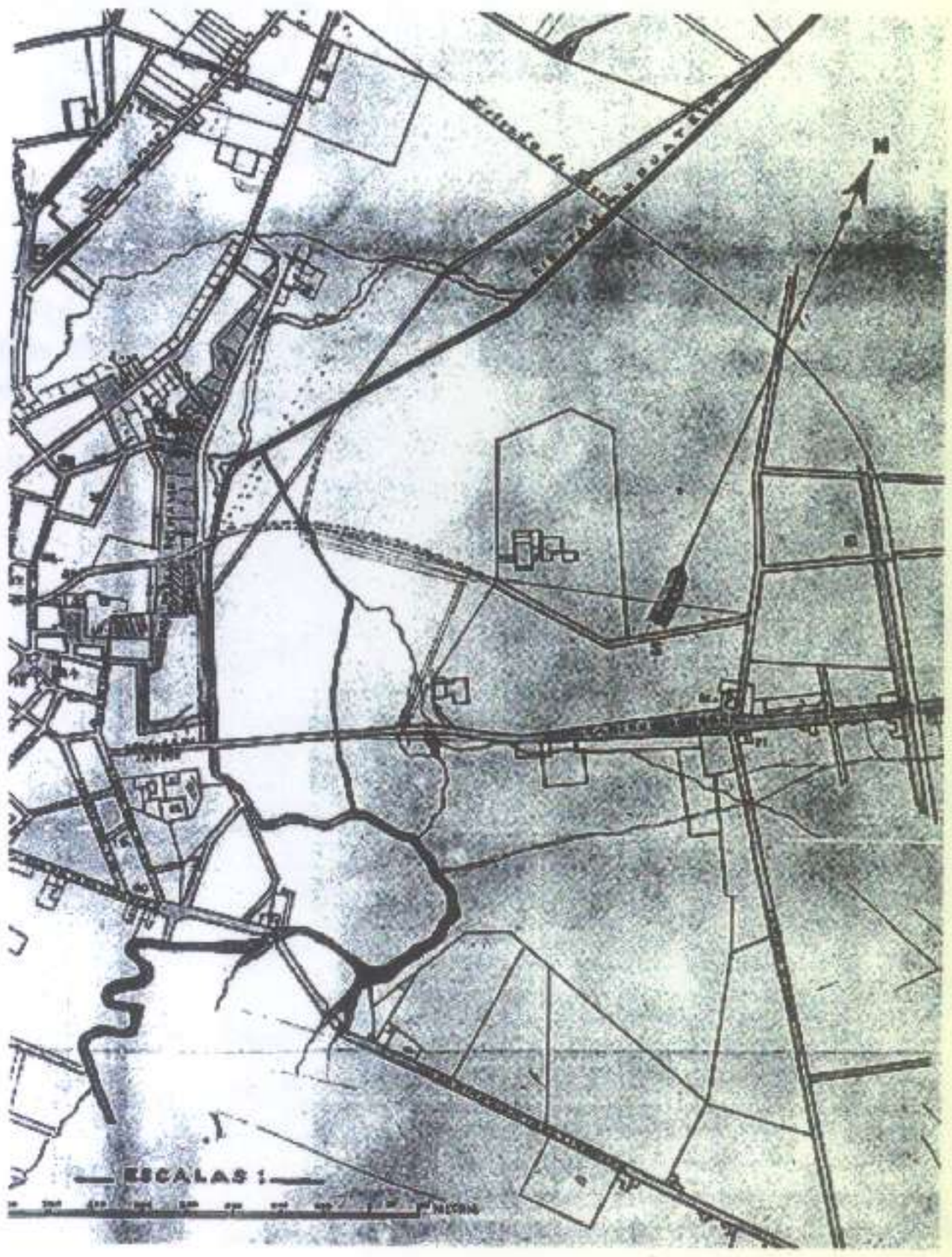


Figura 67
Mapa da cidade de São Paulo em 1868, bairro do Brás. Note a indicação da estrada de ferro São Paulo Railway (Santos-Jundiaí). A urbanização do bairro é quase concomitante com a instalação das ferrovias.
fonte: Carlos Rath. "Planta da cidade de São Paulo, 1868". In: Comissão IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, 1954

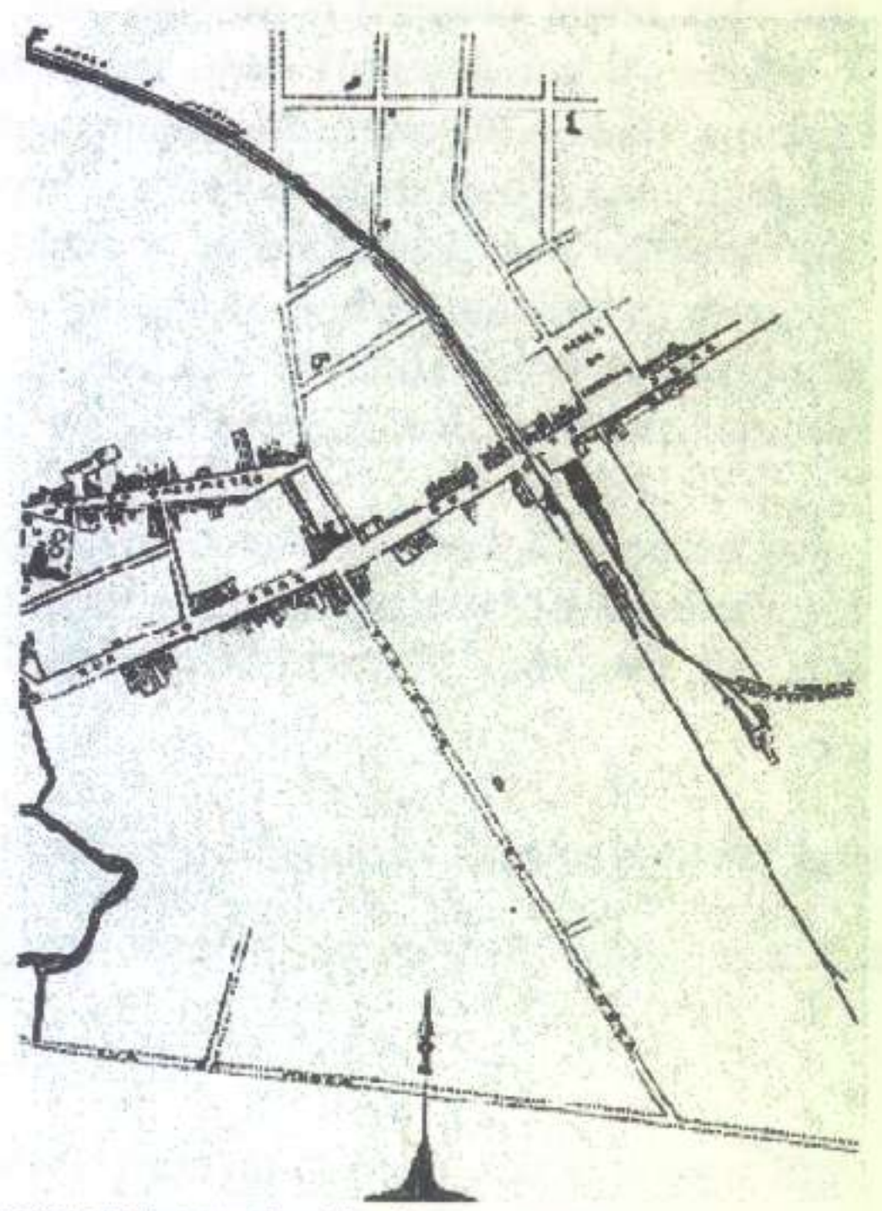


Figura 68
Mapa da cidade de São Paulo em 1881. Note a instalação da estrada de ferro do Norte (Central do Brasil). As ferrovias, portanto, não foram implantadas depois do tecido urbano do bairro já estar consolidado. Pelo contrário, é possível que tenham sido um fator de indução da urbanização.
fonte: Companhia Cantareira e Esgotos. "Planta da cidade de São Paulo, 1881". In: Comissão IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, 1954

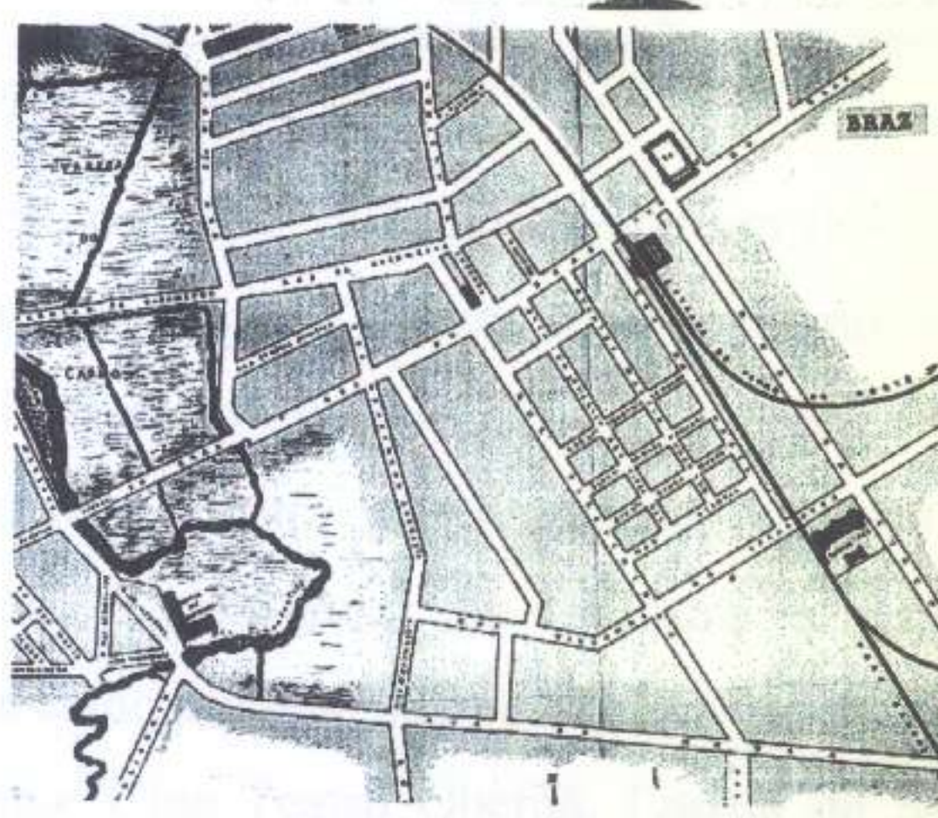


Figura 69
Mapa da cidade de São Paulo em 1890, bairro do Brás. O bairro apresenta-se mais arruado. Note o entroncamento de ferrovias, onde foi instalada a Hospedaria dos Imigrantes.
fonte: Jules Martin. "Planta da capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, 1890". In: Comissão IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, 1954

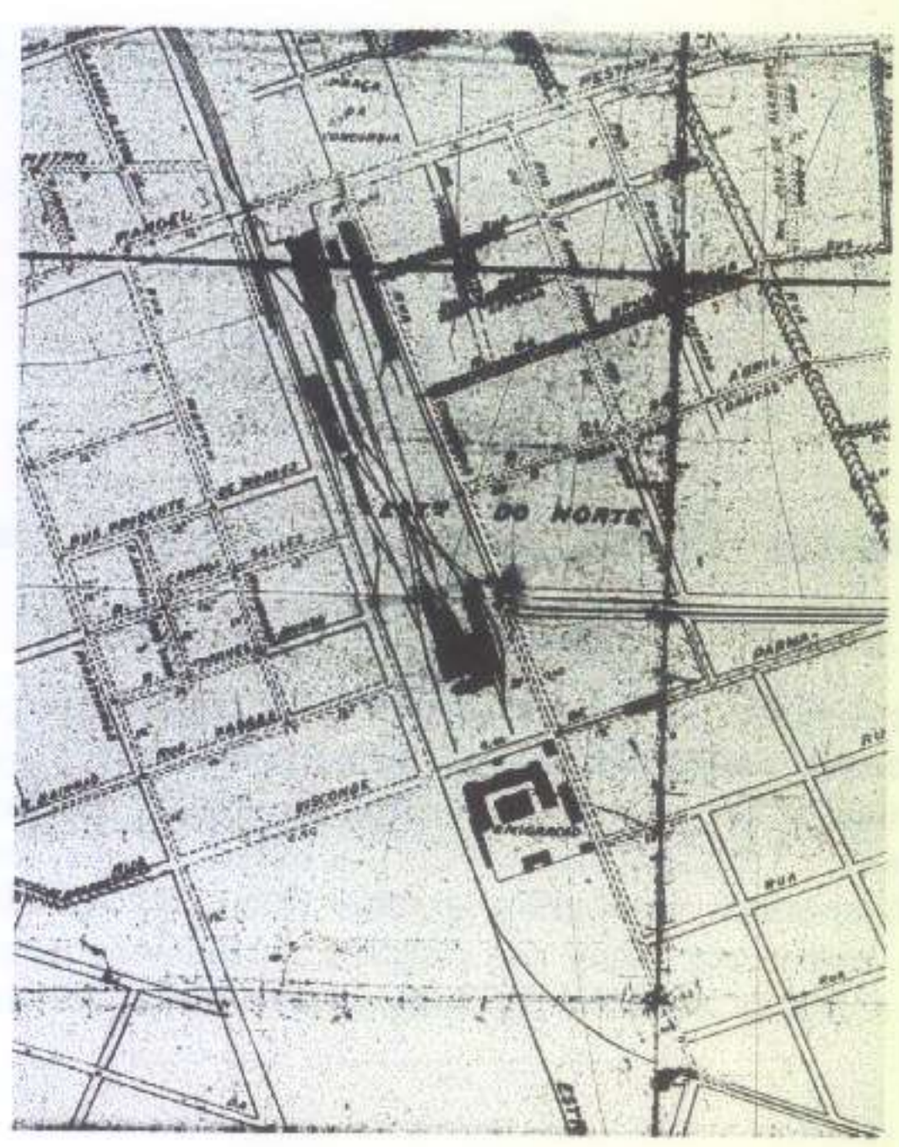


Figura 70
Mapa da cidade de São Paulo em 1900, bairro do Brás. Note o arruamento crescente do bairro.
fonte: *Planta dos bairros de Brás, Mooca e Cambuci*. S.l.p., 1900 (Acervo da Biblioteca Mário de Andrade)

> *"Mas o que quero aqui destacar é que, embora a ferrovia tenha sido um elemento decisivo na integração das terras além-Tamanduateí à cidade, o que aparece, por exemplo, no estabelecimento da linha de bondes entre a estação ferroviária e a cidade, a ferrovia foi um obstáculo à interligação das partes oriental e ocidental da cidade e, nesse sentido, um elemento de segregação dos bairros orientais.* ***As porteiras representavam as poucas brechas onde esse obstáculo podia ser vencido.*** *Brechas que a toda a hora eram obstruídas tornando a ferrovia como obstáculo uma presença quase permanente.*
> *As porteiras da São Paulo Railway só foram completamente eliminadas cem anos depois da inauguração da estrada, com a construção do viaduto sobre seus trilhos na Av. Rangel Pestana. O viaduto da Rua do Gasômetro data do final dos anos 40."*[59] (grifo nosso)

Talvez nem sempre a ferrovia tenha sido um obstáculo intransponível entre um lado e outro da linha, tendo sido possível, em determinados momentos, conviver com sua presença, nas suas brechas:

> *"Atrás da minha casa passava também o trem da Central que ia para o Rio de Janeiro. Eu nasci com o barulho do trem, então ele não me incomodava. Hoje eu sinto saudades daquele barulho."*[60]

Em uma passagem do seu estudo, RIBEIRO mostra-nos um desenho onde procura mapear os principais pontos de interesse e circulação dos italianos no bairro nos anos 1920/30.[61] A imagem é interessante porque além de mostrar pontos de ambos os lados da São Paulo Railway, mostra que a própria representação da ferrovia denota que esta não seria esse elemento tão marcante e rasgante. É significativo como a ferrovia aparece como um leve traço e há usos dos dois lados da via. Esses usos são: Teatro Colombo, Cine Teatro Oberdã, Capela de São Vito, cortiços, Capela de Casaluce, Matriz do Brás e Confeitaria Guarany.[62] (VER FIGURA 71)

---

[59] Margarida Maria de Andrade. *Op. cit.*, p.39.

[60] Depoimento colhido por Suzana Barretto Ribeiro. *Italianos do Brás: imagens e memórias (1920-1930)*. São Paulo: Brasiliense/Pirelli, 1994, p.71.

[61] Ibid.

[62] Ibid. O Brás concentrou vários equipamentos de lazer, como confeitarias, teatros e cinemas, como Brás Politeama, Cineteatro Oberdan, Teatro Colombo, Piratininga, Cine universo e Cine Babylônia. Segundo Franco Cenni. *Italianos no Brasil: andiamo in'Mérica.*, 2 ed., São Paulo: Martins/EDUSP, 1975, p. 232: "O primeiro cinema de São Paulo, que cobrava 200 réis por sessão, o Cine popular, surgiu naquela avenida [Rangel Pestana], à esquina com a rua Martim Buchard, antiga rua dos Bombeiros. Em 1906, começou a funcionar o cinema da Confeitaria Guarani, completamente gratuito, muito embora os espectadores tivessem que gastar nas mesas. A 'Guarani' era, então, o ponto elegante onde se reuniam inúmeras personalidades públicas, artísticas, políticos e banqueiros."

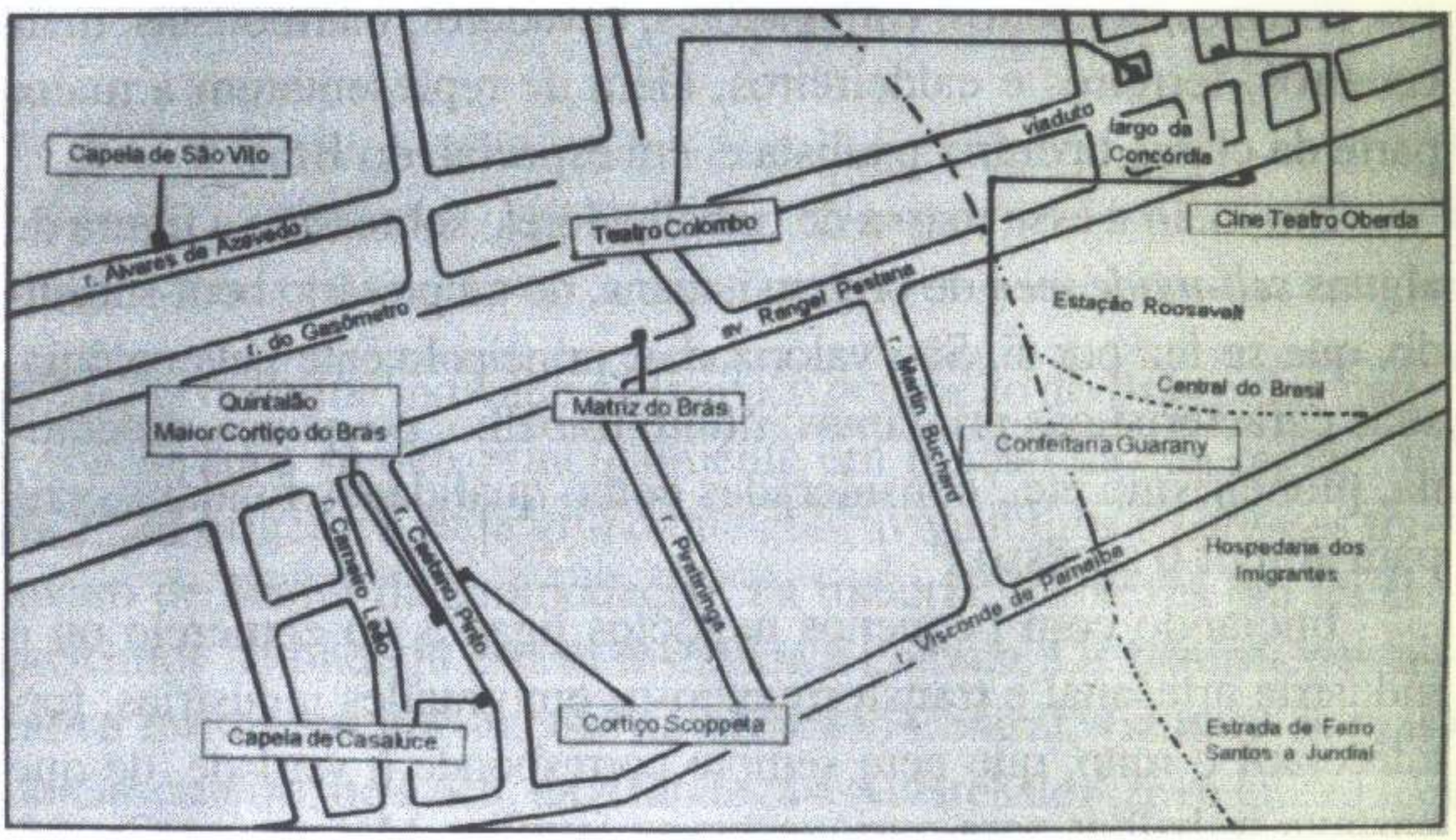


Figura 71
Usos no bairro do Brás nos anos 20/30. Note como a estrada de ferro é levemente indicada.
fonte: Suzana Barretto Ribeiro. *Italianos do Brás: imagens e memórias (1920-1930)*. São Paulo: Brasiliense/ Pirelli, 1994

Existem na realidade diversas situações de implantação da ferrovia na cidade: há trechos onde ela está enterrada, outros onde é transposta por viadutos e outros onde há apenas os fundos dos lotes voltados para a via. As maneiras como lidamos com este elemento tão forte e marcante nos tecidos das cidades faz toda a diferença.

Não nos parece que a ferrovia tenha sido, portanto, desde sua implantação, um elemento desagregador que provocasse uma cicatriz urbana. Quando da implantação da Hospedaria dos Imigrantes, por exemplo, o bonde atravessava a ferrovia, e aparentemente não significava uma ruptura no tecido urbano. Ao contrário, estabelecia outras relações daquele lugar em direção ao centro da cidade e ao centro do Brás. Conexões que estão hoje rompidas. (VER FIGURAS 72 E 73)

Sua relação com o centro da cidade foi alterada. Hoje, a Rua Visconde de Parnaíba, que atravessava a linha de trem, não atravessa mais, pois essa passagem foi fechada, tornando aquele trecho da rua sem saída. Restou apenas uma passarela para pedestres, escondida no final da rua. A integração com o "lado de lá" do trem, no entanto, apesar da passarela, parece rompida. Por exemplo, a estação Brás do metrô, que seria acessível por essa passarela, não é a estação referenciada para os usuários do museu, mesmo estando até mais próxima do que a estação Bresser: a passarela e o "lado de lá" do trilho são tidos como locais sujos e perigosos. Verifica-se, pois, que a antiga convivência entre a ferrovia e o bairro, assim como a antiga integração ferrovia, bonde, bairro e Hospedaria dos Imigrantes é muito diversa da condição atual. (VER FIGURAS 74 E 75)

Interessa anotar duas coisas: primeiro, que a ferrovia pôde ser geradora ou indutora de urbanização ou transformações urbanas, principalmente junto às áreas adjacentes das estações, papel que o metrô assumiria mais tarde; e segundo, que se o bairro cresceu junto com as ferrovias, alguma forma de inclusão deve ter havido. Quando a ferrovia deixa de agregar urbanização, torna-se um vazio.

É claro, porém, que existe um problema de escala: em determinado momento a escala da metrópole torna-se tal que as porteiras começaram a não dar mais conta do volume do tráfego viário.

Figura 72
Agência Oficial de Colonização e Trabalho, Anexa à Hospedaria de Imigrantes. São Paulo (SP), s/d, (possivelmente c. 1910)
fonte foto e legenda: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração (Acervo IAC)

Figura 73
Rua Visconde de Parnaíba, junto à linha do trem. À esquerda, antiga Agência Oficial de Colonização e Trabalho.
fevereiro/1999

Figura 74
Plataforma da estação ferroviária da Hospedaria dos Imigrantes. Note a passarela para pedestres e a Estação Brás do metrô ao fundo.
fevereiro/1999

Figura 75
Plataforma da estação ferroviária da Hospedaria dos Imigrantes. Note o uso da linha de trem pelo pedestre.
fevereiro/1999

> *"As famosas barreiras da área a leste do centro. O Brás foi durante muitos anos um espaço extremamente complexo dentro da cidade, na medida em que oferecia imensas dificuldades de travessia, consequência da maneira como o sistema ferroviário cortou os bairros consolidados . As 'porteiras' do Brás, que controlavam o fluxo viário e ferroviário, se tornaram a partir dos anos 40 uma espécie de desafio à prefeitura."*[63]

A maneira como se deu o crescimento da cidade, baseando sua expansão para periferias em vias de acesso, fez com que esses bairros, hoje centrais, se tornassem passagem do trânsito.[64]

> *"Do ponto de vista da autoridade pública, o bairro não é uma paisagem, ele é uma passagem. Ele possui fluxos e não seres humanos. Nesse sentido, se pode dizer propriamente que. o Brás é relegado, no sentido estrito dessa palavra. É um legado que foi deixado à revelia por uma administração, e por outra, e por outra, e por outra, e a somatória desses abandonos criou uma situação, hoje, praticamente irreversível de degradação."*[65]

Hoje, a ferrovia é cicatriz porque o bairro está esvaziado com a saída de suas funções tradicionais, e pela fragmentação que sofreu: virou só passagem, esvaziou-se de suas antigas características e usos. Se antes a fumaça do Brás fazia parte da imagem do progresso, hoje ela não cumpre mais esse papel. Além disso, como já foi dito, a própria função da ferrovia está subdimensionada. Mas dizer que a ferrovia nessas condições atuais seja uma cicatriz não quer dizer que tenha sido sempre assim, ou que o elemento ferrovia, por marcar fortemente a paisagem e o tecido urbanos, impondo um certo ritmo e controle dos fluxos, seja por si só um elemento de cisão. Na verdade, ao nosso ver, a imagem de cicatriz reforça a imagem da cidade cindida: cria-se um obstáculo físico para sustentar esse argumento, quando, na realidade, a cisão parece estar para além da questão física. Portanto, o argumento levantado é que existiram outras formas de convivência com a ferrovia na cidade.

Se o bairro era antes isolado, pois era isolado funcionalmente, socialmente (e aí que entendemos a escolha para a implantação da Hospedaria dos Imigrantes) e também fisicamente, hoje o entorno da Hospedaria dos Imigrantes é isolado pois se configurou em bordas de tecidos urbanos interrompidos.[66] É borda do centro e borda

---

[63] Regina M. Prosperi Meyer. "O urbanismo e a reparação das cidades". In: *BrasMitte: intervenções urbanas, São Paulo e Berlim. Parte I: Brás*. São Paulo: arte/cidade, 1997, p. 81.

[64] Ibid..

[65] Nicolau Sevcenko. *Op. cit.*, p. 69.

[66] O trabalho com os mapas revelou que apesar da Hospedaria estar sempre indicada, sua presença não denota sua integração com a cidade. Sua localização parece de fato bastante estratégica, pois não é englobada pelo Centro,

do Brás (ou melhor da Mooca), e está junto às ferrovias e Radial Leste, que delimitam essas bordas. Também é isolado, pois esvaziado de uso, função e significado. Cabe lembrar que a ferrovia, além de ter sido instalada junto com a urbanização do bairro, foi peça chave para o funcionamento da Hospedaria dos Imigrantes. (VER FIGURAS 76 A 79)

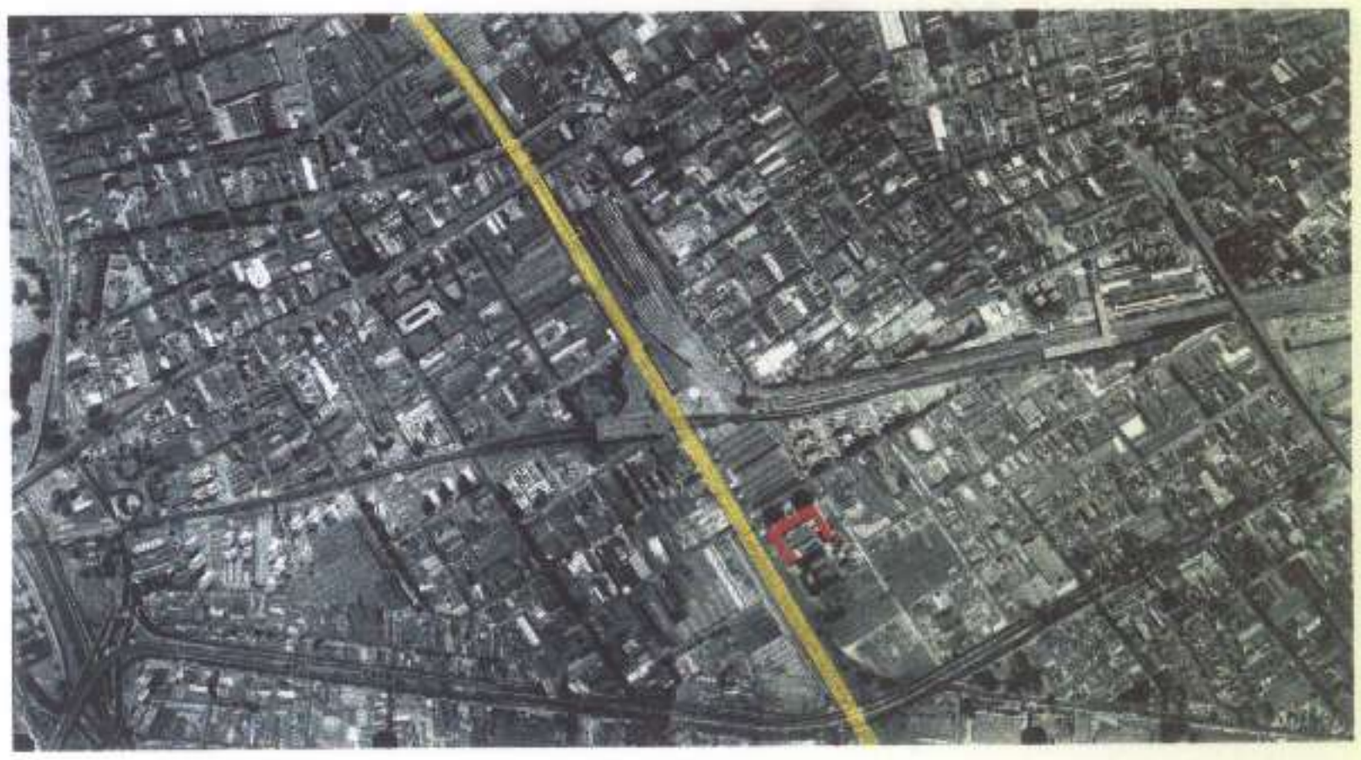
Ao tratarmos o bairro como algo que se fez paralelo à cidade, como algo quase autônomo, ele realmente perde o seu valor e se transforma em algo perdido no meio da grande metrópole: lugar de passagem, de trânsito e seguindo esse mesmo argumento, sem cara, portanto. E enquanto perdido só lhe coube a folclorização, isto é, tornou-se o lugar da cantina, da festa dos padroeiros, e é nesse sentido também que se insere hoje a Hospedaria dos Imigrantes/museu.

No entanto, se pensarmos o bairro a partir dessa imagem de transitoriedade, fluxo, mobilidade, instabilidade, que também o caracterizou no momento de sua dita consolidação, percebemos que estas são características permanentes do bairro. Seria preciso reatualizar as questões, isto é, verificar como a mobilidade e a transitoriedade foram sendo repostas ao longo do século XX, para podermos situar o Brás sob uma outra perspectiva na cidade de hoje.

---

pois este normalmente é limitado pelos trilhos da Santos-Jundiaí, não é integrada à Mooca, porque é separada pela Radial Leste (a R. Visconde de Parnaíba é o limite entre Brás e Mooca), nem é integrada ao Brás, por se localizar em um entroncamento de ferrovias, que, tal como são tratadas na cidade, podem representar um empecilho para o acesso, ou uma descontinuidade no tecido urbano.

Figuras 76, 77, 78 e 79
Intervenção sobre foto aérea de 1995, mostrando as "barreiras" da Hospedaria dos Imigrantes
fonte: BASE Aerofotogrametria e Projetos S/A



Considerações Finais

O entendimento de que a preservação se faz em cima de juízos de valores, e de que esses mesmos valores se alteram, e ainda, de que um bem, mesmo que tombado, possui uma dinâmica, pareceu-nos estar presente na Hospedaria dos Imigrantes de uma maneira bastante singular, o que procuramos resgatar em todas as etapas da dissertação.

No início do percurso acreditávamos que seria interessante que o museu fosse aos poucos ocupando todo o conjunto, mesmo porque seu uso como museu ou centro de estudos da imigração já estava previsto no processo de tombamento. Atualmente, pensamos que a manutenção do albergue é um elemento fundamental para a vida daquele conjunto, pois é como uma atualização das tensões que o conjunto abrigou, implicando em uma permanente reflexão sobre a questão do trabalho e dos trabalhadores. Por isso, o albergue é vital para nos contar sobre a história daquele prédio. E afinal, não seria esse, justamente, o objetivo de um tombamento?

A separação do conjunto, que simbolizamos pela cerca/gradil, foi um elemento central na compreensão que fizemos da Hospedaria dos Imigrantes. Pela nossa análise, consideramos essa separação fundamental para compreender o bem tombado e suas relações, com seus usos e valores bastante diversos, explicitando toda a questão dos valores que este objeto específico carrega. Mais do que pensar o que a cerca separa, poderíamos pensar naquilo que ela não consegue segurar ou abafar.

> *"Fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação & construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural.*
> *De alguma forma, isto vem sendo feito como uma dupla tarefa: a de crítica e a de construção historiográfica de horizontes de validade histórica. Crítica a uma história que Walter Benjamin chamou 'dos vencedores', sobre cujos feitos foram produzidos os documentos e erigidos os monumentos, referência ao que se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nos feriados nacionais. Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna 'oficial': a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e de outras presenças – quando aparecem – são medidos e*

julgados. A política de patrimônio que daí deriva conserva esta significação ao preservar apenas estes testemunhos."[1]

Os valores relacionados ao tombamento também podem ser percebidos na distinta maneira de inserção do museu e do albergue no entorno em transformação.

O museu e a universidade compõem um quadro que tende a mudar o caráter daquela região, a partir da proposta de novos usos, cultural e institucional. Parece interessante a todos a melhora dos espaços públicos, ou de uso público da cidade, tanto no sentido da paisagem urbana como no da acessibilidade pública. Mas muitas vezes essas chamadas renovações urbanas, ao mesmo tempo em que incluem novos usuários e novas funções, acabam gerando processos de exclusão sócio-espacial. Por um lado, isso nos apontaria o albergue como um uso que tenderia a sair daquela região. O SOS Criança já saiu. Por outro, os investimentos já realizados nessa instituição indicam sua permanência, e uma possibilidade de convivência.

Em relação ao albergue, entendemos que as reformas pelas quais a instituição vem passando são necessárias e representam uma maior qualidade no atendimento a uma parte da população carente. No entanto, a própria função pressupõe um trabalho com uma população excluída socialmente, que perdeu seus vínculos com a família, com o trabalho e até com a sociedade, o que não estaria de acordo com os usos e transformações recentes da área. Apesar das reformas, o público usuário não corresponderia ao novo perfil de ocupação do entorno.

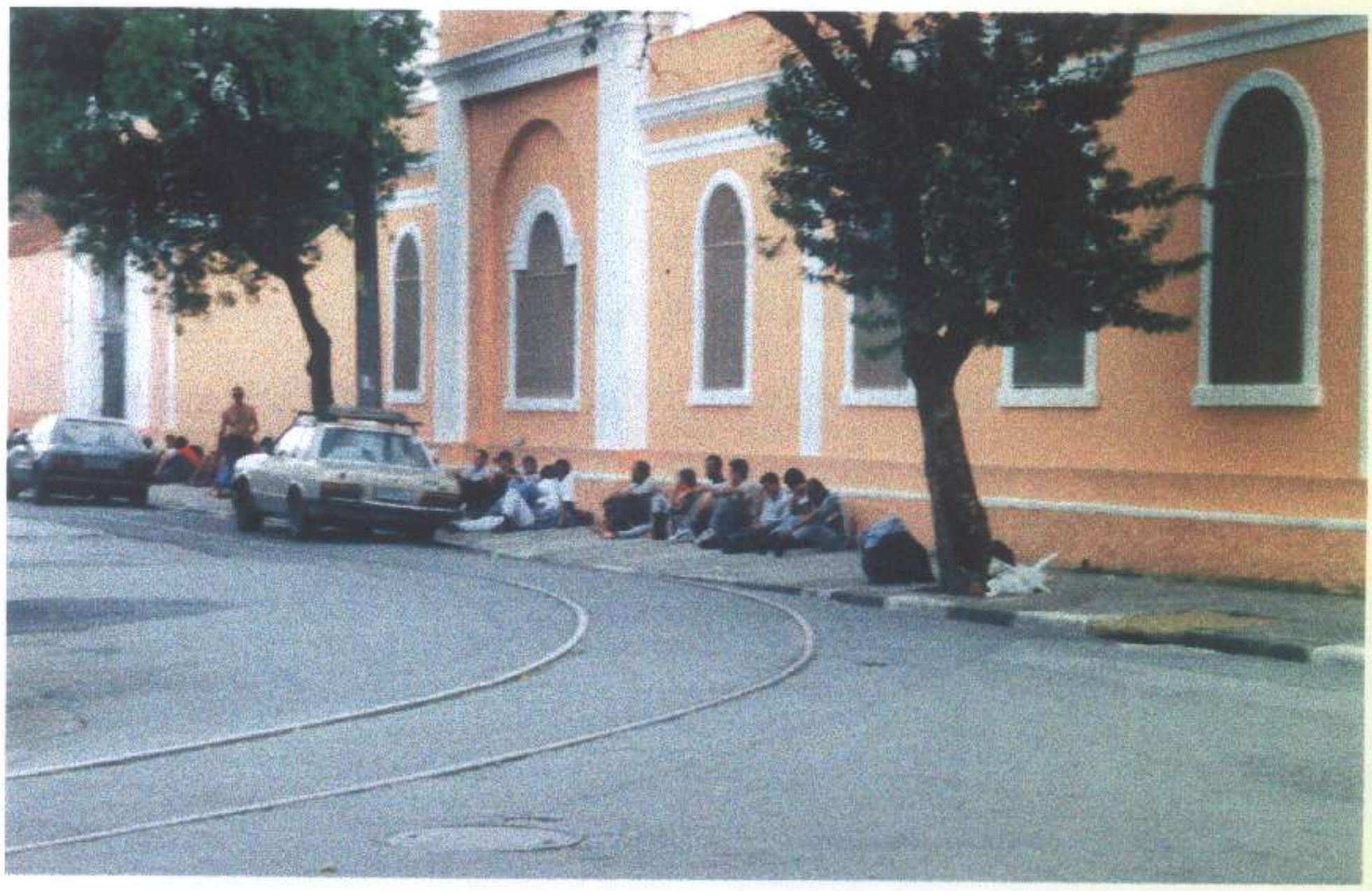
Nesse sentido, imaginávamos, inicialmente, que o albergue tenderia a sair daquela área, tendo em vista as possíveis pressões da nova vizinhança. Seus usuários fazem um uso da rua e apropriam-se de um espaço público de uma maneira não convencional: como precisam ficar do lado de fora do prédio, esperando o horário de abertura da instituição, ficam sentados na calçada. Para os transeuntes, assusta e incomoda; para os usuários, é uma espera dolorosa: ficam ao sol, na chuva, no frio, e acabam usando a rua como banheiro; muitas vezes sofrem agressões e são vítimas de preconceito. (VER FIGURA 80)

A função do prédio como albergue foi por nós considerada uma atualização

---

[1] Maria Célia Paoli. "Memória, História e Cidadania: o direito ao passado". In: São Paulo (cid). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.26.

Figura 80
Fila dos albergados, à espera da abertura da instituição.
fevereiro/2000



do uso da Hospedaria dos Imigrantes ao longo do tempo. Assim como, os usuários também foram se modificando, e também a maneira de encará-los. No entanto, o caráter do prédio, enquanto acolhida de pessoas, e pessoas essas que são vítimas de preconceito, continuou o mesmo. Dessa forma, a população segregada que ali encontrou acolhida, passou dos imigrantes, para os migrantes e, depois, para os carentes. Se os imigrantes hoje são reconhecidos positivamente, cabe lembrar que nem sempre foi assim. Houve sempre essa atualização do uso, reforçando o seu caráter segregador, e repondo apenas seus personagens.

Em relação ao museu, devemos pensar que museu deva ser este. O Museu da Imigração, no prédio da antiga Hospedaria, deve nos contar sobre os migrantes? Como usar o próprio edifício enquanto acervo museológico? O museu recebe a visita de muitas escolas. Talvez por isso tenha optado em recriar ambientes onde as pessoas possam sentir um pouco o "clima de época". Assim, há em exposição uma rua antiga, e uma fazendinha de café. Foram feitas também algumas reconstituições, como a estação ferroviária, o bonde e a sala da diretoria da Hospedaria dos Imigrantes.

Segundo a diretora do museu, em um depoimento dado a uma revista:

> *"Tanto na sala de exposição permanente quanto na fazenda de café tentamos recriar ambientes do final do século passado e começo deste. Nossos visitantes fazem uma viagem ao passado, venham eles por trem da estação da Luz ou pelo metrô Bresser. Ali, eles podem pegar um bondinho que os trará até o Memorial do Imigrante, uma verdadeira cidade cinematográfica."*[2] (VER FIGURA 81)

Essa cenografia criada, que poderíamos chamar de uma espécie de "disneyficação", pode ser um caminho que permita um jogo de interação com o passado, ao invés de se produzir uma relação distante, e por isso morta. No entanto, a crítica que se faz é que retirando o significado original, para se relacionar apenas a uma imagem do que poderia ter sido, recria-se uma imagem da imagem, distanciando-nos cada vez mais da nossa referência inicial. Sempre se faz uma reconstrução da memória. O passado é inatingível. No entanto, isso não significa que podemos negligenciar essa ação. Parece-nos que na opção pela "disneyficação", esses limites entre uma possibilidade de um "passado vivo" e uma recriação inconsequente ficam muito tênues.

---

[2] *Revista Kalunga*, ano 26, n.º 90, 06/1998.

Figura 81
Memorial do Imigrante.
maio/1999

Não cabe discutir aqui os aspectos museológicos, mas ficam algumas questões. Qual é o limite da cenarização? Será que a cenarização não pode levar a um descolamento da imagem do seu referencial? Vejamos o caso do bonde: o bonde instalado pelo museu e o bonde que ali existiu, e ao qual faz referência, mantêm, cada um, diferentes relações com a cidade. Não serve, portanto, para nos contar sobre determinada maneira de se relacionar com a cidade, apenas nos conta que existia bonde.

Algumas imagens ilustram simbolicamente como a patrimonialização foi entrando no prédio. Quando da primeira visita, antes do museu passar pelas reformas que culminaram na sua reinauguração, apenas a fachada frontal do museu era pintada. Posteriormente, foram pintadas as laterais do museu. As fachadas do albergue foram as últimas a serem pintadas. Mas somente as fachadas que olham para a rua. Isso nos levou a pensar em: (i) que a pintura lateral do prédio, onde se vêem contrastadas as pinturas das duas instituições, indica a separação entre elas, e (ii) que o patrimônio parece ter percorrido um caminho "oficial" no conjunto: foi avançando para o seu interior a partir da porta da frente. (VER FIGURAS 82 A 84)

O tombamento refere-se ao uso original do bem, e ao período fundador do edifício. A valorização pelo uso e características estéticas e físicas originais parece ser muito forte no estudo do patrimônio. Se, por um lado, o original representa a razão de ser do prédio, o modo como foi construído e um momento histórico específico, privilegiamos, neste estudo, uma análise pelas permanências do caráter do uso e não por questões estilísticas e técnicas.

Por qual valor reconhecemos a Hospedaria dos Imigrantes como um objeto e um testemunho merecedor de um atributo especial? Poderia ser pela sua fachada de tijolo aparente ou pelo seu estilo eclético. Ou pelo papel que exerceu no bairro como aglutinadora de trabalhadores. Mas, principalmente, se pensarmos a Hospedaria não apenas ligada à grande imigração, e sim como um lugar que sempre acolheu pessoas, via trabalho (ou não-trabalho) ampliamos seu espaço na cidade de hoje.

Figura 82
Fachadas do museu da Hospedaria dos Imigrantes.
março/1997

Figura 83
Encontro das fachadas do museu e do albergue.
maio/1999

Figura 84
Vista do conjunto da Hospedaria dos Imigrantes. Note a separação das duas instituições, indicada na pintura das fachadas e na cerca que as divide.
fevereiro/2000

O esforço da pesquisa foi no sentido de tentar ampliar a compreensão de alguns processos. Isto é, reconhecemos que o tombamento é importante para a manutenção e lembrança da nossa história e paisagem urbana, reconhecemos que a Hospedaria dos Imigrantes deveria ser tombada. O tombamento representou uma abertura dos valores até então "tombáveis", incluindo-se aí a cidade de São Paulo, os imigrantes e o ecletismo. Reconhecemos também a história do bairro como muito relacionada à população imigrante estrangeira, principalmente a italiana. E ainda como um local que, dado às suas condições de implantação, foi-se constituindo de uma maneira autônoma em relação ao centro e porção oeste da cidade. É fácil reconhecer a partir da Hospedaria dos Imigrantes as duas cidades. No entanto, isso não nos pareceu de todo suficiente. Não se trata de negar essas afirmações, mas sempre fica a questão sobre o que será que nessa história não foi dito, relatado, ou mostrado.

A história do bairro é muito ligada à história da indústria e da imigração, principalmente a italiana. Tanto que a primeira só é possível quando associada às outras duas. Assim, quando o bairro deixa de ser industrial e italiano, ele deixa de ser reconhecido como bairro. A maneira de olhar para o bairro, aqui esboçada, procurou compreendê-lo não como um lugar que perdeu o valor, o sentido, e por isso precisa ser revitalizado, mas procura compreender qual é a vitalidade própria ou possível que o bairro foi tendo ao longo do tempo.

Esse caminho foi fundamental para podermos pensar o tombamento da Hospedaria dos Imigrantes e o seu lugar na cidade como bem tombado: o que foi realmente "tombado" no edifício, e qual é a história do bairro, do prédio e de seus usuários que o tombamento está promovendo. Pode repetir e reforçar as imagens consolidadas ou abrir novas possibilidades. Poderia ser este o papel de um bem tombado, isto é, produzir um conhecimento não restrito a partir daquilo que representa.

Se pensarmos que a Hospedaria recebeu imigrantes, migrantes e hoje ainda recebe população de rua, o prédio estaria ainda exercendo, de certa forma, sua função original. Nesse sentido, o prédio, que foi a princípio para os novos trabalhadores, talvez tenha, ao longo do tempo, atualizado seu público. No entanto, o tombamento

feito a partir da história oficial encobriu toda essa outra história do prédio, que ficou à margem, assim como o bairro também ficou.

A história contada pelo tombamento baseia-se em uma imagem consolidada de que o bairro constitui-se entre 1870-1940, pelo afluxo de imigrantes, indústrias, trabalho organizado e controlado. No entanto, talvez por ter o bairro, símbolo da industrialização e do trabalho, entrado em decadência, o prédio símbolo do trabalho oficial passou a lidar não mais com o ideal civilizatório. E aí abriu-se uma possibilidade para se reatualizar as questões do bairro, das populações habitantes, e dos modos de vida. Seria uma grande chance, dado que agora é um bem tombado, de se contar novas histórias do Brás, do imigrante, do trabalhador...

Referências Bibliográficas

Bibliografia citada

Livros, teses e artigos

ALVIM, Zuleika M. F.. "O Brasil italiano (1880-1920)". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000, pp.383-417.

ANDRADE, Antonio Luis Dias de. *Um Estado Completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, 1993. Tese de doutoramento apresentada à FAUUSP.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP.

ANDRADE, Margarida Maria de. "Brás, Mooca e Belenzinho: 'bairros italianos' na São Paulo além-Tamanduateí". In: *Revista do Departamento de Geografia, n.º 8*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, pp. 97-102.

Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho. São Paulo, 1991. Tese de doutoramento apresentada a FFLCH-USP.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Espanhóis em São Paulo: experiências e modos de vida*. São Paulo, 1999. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional - Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais (LABUR-FFLCH-USP/ UGI/CEM/SPM).

ARANTES, Antonio Augusto. "Patrimônio cultural e nação" In: ARAUJO, Ângela Maria Carneiro (org.) *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, pp.275-290.

(org.). *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BABELON, Jean-Pierre e CHASTEL, André. *La notion de Patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994. (Primeira edição In: Revue de l'Art 49/1980).

BARONE, Ana Claudia e SILVA, Joana Mello de Carvalho e. *São Paulo, metrópole moderna: a cidade na década de 20 segundo o Correio Paulistano*. São Paulo: texto mimeografado, 1996.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p.35. Col. Tudo é História.

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. São Paulo, 1982. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP.

BILEZIKJIAN, Gerson. *Hospedaria dos Imigrantes*. São Paulo, 1985. Trabalho de graduação interdisciplinar apresentado à FAUUSP.

BOMENY, Helena Bousquet. "O patrimônio de Mario de Andrade" In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, pp. 11-25.

BRESCIANI, Maria Stella. *Permanência e ruptura no estudo das cidades*. Campinas: texto mimeografado, 1990.

BRUNO, Ernani da Silva. *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958*. [São Paulo]: PMSP/SMC/DPH, [1981].

CAMPOFIORITO, Italo. "Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico" in: *Revista do Brasil 4*, 1985, pp.32-43.

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. São Paulo, 1997. Tese de doutoramento apresentada à FAUUSP.

CARVALHO, M. Cristina Wolff de. *A arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo, 1996. Tese de doutoramento apresentada a FAUUSP.

CAVALCANTI, Lauro. "Encontro moderno: volta futura ao passado" In: CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, pp. 41-53.

"Introdução". In: *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Paço Imperial/ Tempo Brasileiro, 1993, pp. 9-24.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: andiamo in'Mérica*. 2ª ed., São Paulo: Martins/EDUSP, 1975.

CESARINO, Gabriela Krantz e PRATA, Juliana Mendes. *Uma cidade em movimento: São Paulo, 1970-1910*. São Paulo: texto mimeografado, 1993.

CHALHOUB, Sidney. "Classes perigosas" in: *Trabalhadores n.6*, Campinas, 1990.

CHOAY, Françoise. "Sept propositions sur le concept d'authenticité et son usage dans les pratiques du patrimoine historique". In: *Conference de Nara sur l'authenticité*. Paris: Unesco, 1995, pp.101-120. (tradução mimeografada)

L'Allégorie du patrimoine. Paris: Seuil, 1992.

"A propos de culte de des monuments" in: RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, 1984.

Código Geomapas do Zoneamento: parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Paulo. 3ª ed., São Paulo: Geomapas, 1996.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão e outros. *Arquitetura Escolar Paulista*. São Paulo: FDE, 1991.

COSTA, Emilia Viotti da. "Urbanização no Brasil no século XIX" e "Da escravidão ao trabalho livre". In: *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, pp.179-226.

CUTTI, Dirceu. "Migrantes ou carentes? A trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes – AVIM". In: *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano X, número 29, setembro-dezembro 1997, pp.25-29.

DEMARTINI, Zeila de Brito. Fabri *Famílias Portuguesas em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1999. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional - Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais (LABUR-FFLCH-USP/ UGI/CEM/SPM).

EMURB. *Área CURA Brás-Bresser*. São Paulo: Emurb, 19-?.

FAUSTO, Boris. (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000.

História do Brasil. 6ª ed., São Paulo: EDUSP/FDE, 1999.

Negócios e ócios: historias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Sumaré/ IDESP/FAPESP, 1991.

FERNANDES, Paula. P. S. (coord.). *Guia dos Documentos Históricos na cidade de São Paulo (1554-1954)*. São Paulo: Hucitec/NEPS, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

"Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80" In: *Revista do Patrimônio nº 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN/MinC, 1996, pp.153-163.

FRANCESCO, Nelson Di. *A Hospedagem dos Imigrantes na Imperial Cidade de São Paulo: um resgate documental cronológico dos primeiros tempos (1827-1888)*. São Paulo: cópia xerografada, jan.1999, s/pag.

FREITAS, Sonia Maria de. *E chegam os imigrantes ... (o café e a imigração em São Paulo)*. São Paulo, 1999. (edição da autora)

GONÇALVES, José Reginaldo. "Autenticidade, Memória e ideologias Nacionais: o problema dos patrimônos culturais". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1988, pp. 264-275.

HALL, Michael. "Trabalhadores Imigrantes" In: *Trabalhadores n.3*, Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989, pp.3-15.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: TAQueiroz/Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987.

HOBSBAWM, E.. *A era do Capital (1848-1875)*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

"A Hospedaria de Imigrantes" In: *Observador Econômico Financeiro*. n.47, ano IV, dez. 1939.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*. São Paulo: IEB-USP, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. *A imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: O processo imigratório*. São Paulo: IEB-USP, 1986.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

JORDÃO NETO, Antonio e BOSCO, Santa Helena. *Migrações*. São Paulo: Departamento de Imigração e Colonização, 1967.

JORDÃO NETO, Antonio. *Aspectos econômicos e sociais da migrações internas para o Estado de São Paulo*. São Paulo, 1973. Tese de doutoramento apresentada à PUC-SP.

KAMIDE, Edna H. Miguita e PESSOA, Teresa C. R. Epitácio. *Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

KLEIN, Herber S.. "Migração Internacional na história das Américas". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000, pp.13-31.

LEMAIRE, Raymond. "Authenticité et patrimoine monumental". In: *Restauro*, Napoli, 1994, n. 129, pp. 7-24. (tradução mimeografada)

LEMOS, Carlos A.C.. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1984, Col. Primeiros Passos.

LOBATO, Monteiro. "As fitas da vida (1)" e "O fisco (1)". In: *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1972, pp. 10-14 e 36-44.

LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Edusp, 1999.

MARINS, Paulo C. G.. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil 3- República: da Belle Epoque à Era do Radio.* São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.131-214.

MARTIN, André Roberto. *O bairro do Brás e a "deterioração urbana".* São Paulo, s.d. Dissertação (mestrado) apresentada a FFLCH-USP.

MARTIN, André Roberto e FRUGOLI JR, Heitor. "Braz do Brazil, Braz de todo o mundo (Pagú)" *Revista do Departamento de Geografia, n.º 6.* São Paulo: FFLCH-USP, 1992, pp. 105-111.

MARTINS, José de Souza "Viagem crítica pelo interior da história mítica da imigração". In: *DO Leitura- 500 anos de Brasil: caderno paulista 8.* São Paulo: V Centenário do Brasil em São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, s.d.

MATOS, Odilon Nogueira de. "São Paulo no século XIX" In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 49-100.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "O patrimônio cultural entre o público e o privado". In: SÃO PAULO (cid). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: DPH, 1992, pp.189-194.

MEYER, Regina M. Prosperi. "O urbanismo e a reparação das cidades". In: *BrasMitte: intervenções urbanas, São Paulo e Berlim. Parte I: Brás.* São Paulo: arte/cidade, 1997, p.70-87.

MIGNOT, Claude. *L'architecture au XIX siècle.* Paris: Moniteur, 1983.

MORSE, Richard. *De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MOTTA, Lia. "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios" In: *Revista do Patrimônio nº 22.* Rio de Janeiro: SPHAN / MinC / Pró-memória, 1987, pp. 108-122.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Trabalhadores italianos em São Paulo: uma busca do trabalhador ideal" In: *Revista do IEB.* São Paulo: USP, nº 37, pp. 185-198.

NASSER Ana Cristina Arantes. "A vida dos homens da noite na cidade grande". In: *Travessia: Revista do migrante.* São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano X, número 29, setembro-dezembro 1997, p.5-11.

NAXARA, Maria Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920.* São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. "A capital do século XIX brasileiro". In: *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. "Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República". In: *Revista do IEB.* São Paulo: USP, 1981, nº 23, pp. 27-49.

NOGUEIRA, Oracy. *O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos, demógrafo-sanitários e educacionais.* S.l.: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 1964.

PAOLI, Maria Célia. "Memória, História e Cidadania: o direito ao passado". In: São Paulo (cid). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.25-28.

"São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". In: *Espaço & Debates* São Paulo, 1991, n.33, pp.27-41.

PATRIMÔNIO Cultural. *Legislação Federal. 1922-1945*. São Paulo: FAUUSP, 1974, v.3. (Apostila)

PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: o Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp.93-133.

PETRONE, Pasquale. "São Paulo no século XX". In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 101-165.

PEVSNER, Nikolaus. *Historia de las tipologias arquitectonicas*. 2ª ed., Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. Ed. fac-similada, São Paulo: Governo do Estado, 1979.

RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da Saúde Pública em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RIBEIRO, Suzana Barretto. *Italianos do Brás: imagens e memórias (1920-1930)*. São Paulo: Brasiliense/Pirelli, 1994.

RODRIGUES, Marly. "De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo" In: *Revista do Patrimônio nº 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN/MinC, 1996, pp.195-203.

Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo. Campinas, 1994. Tese de doutoramento apresentada ao IFCH-UNICAMP.

"CONDEPHAAT e a memória de São Paulo" in: KAMIDE, Edna Hiroe Miguita e PESSOA, Teresa Cristina Rodrigues Epitácio. *Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados (1968-1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998, pp. 11-17.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

RUBINO, Silvana. "O mapa do Brasil passado" In: *Revista do Patrimônio nº 24: Cidadania*. s.l.: IPHAN / MinC, 1996, pp. 97-105.

As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Campinas, 1991. Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970*. Brasília, 1992. Tese de doutoramento apresentada ao ICH –UnB.

SAO PAULO (cid.). *Inventário geral do patrimônio ambiental, cultural: aspectos metodológicos*. São Paulo: DPH, 1986.

SÃO PAULO (cid.). *Patrimônio Ambiental Urbano/ZL*. São Paulo: SMC/DPH/ COGEP, s.d.

SÃO PAULO (cid.). *Revista Cidade n.º 3*. São Paulo: DPH/SMC, 1995.

SÃO PAULO (est.). *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: SNM/EMPLASA/SEMPLA, 1984.

SÃO PAULO (est.). *Processo nº 20.601 ano 1978. Solicita tombamento da Hospedaria dos Imigrantes, à r. Visconde de Parnaíba, 1316*. São Paulo: CONDEPHAAT.

Processo nº 20.949 ano 1979. Solicita tombamento do acervo da Hospedaria dos Imigrantes, à r. Visconde de Parnaíba, 1316. São Paulo: CONDEPHAAT.

SÃO PAULO (est.). Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Breve Notícia sobre a Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriça sendo Secretário de Agricultura o Dr. Carlos Botelho*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & c, 1908.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGAWA, Hugo. *Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930*. São Paulo, 1987. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" In: NOVAIS, Fernando (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 7- 48.

"Periferia no centro". In: *BrasMitte: intervenções urbanas, São Paulo e Berlim. Parte I: Brás*. São Paulo: arte/cidade, 1997, pp. 60-69.

SILVA, Sidney A.da. "Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social". In: *Fenômeno Migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.175-190.

SIRE, Marie-Anne. *La France du Patrimoine: les choix de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1996. Col. Découvertes Gallimard.

SZMRECSANYI, Maria Irene. "Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional" In: *Revista USP*. São Paulo, mar-mai, 1993, n.17, pp.202-219.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O bairro do Brás*. 2º ed, São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível" In: NOVAIS, Fernando (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 (República: da Belle Epoque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 49-130.

WOLFF, Silvia Ferreira dos Santos. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado apresentada a FAUUSP.

Relatórios (Acervo do Arquivo do Estado)

Relatório dirigido a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo pelo 1° vice-presidente da província Conde de Três Rios e apresentado no ato de instalação da mesma assembléia pelo 4° vice-presidente Dr. Manoel Marcondes de Moura e Costa. Santos: Typographia a vapor do Diário de Santos, 1882.

Fala dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2° Sessão da 26° Legislatura em 10 de janeiro de 1885 pelo presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. São Paulo: Typ. da "Gazeta Liberal", rua do Imperador, n.15, 1885.

Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz vice-presidente da Província de São Paulo, passou a administração ao vice-presidente, Exm. Snr. Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1885.

Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exm. Presidente Cons. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o vice-presidente Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1885.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & C., data ilegível.

Relatório com que o Exm. Snr. Dr. José Luiz de Almeida Couto presidente da Província de São Paulo, passou a administração ao 1° vice-presidente Exm. Snr. Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1886

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp, 1887.

Exposição com que o exm. snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da provincia de São Paulo ao exm. snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente desta província no dia 19 de novembro de 1887. São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1887.

Relatório apresentado ao illm. e exm. snr. Barão de Parnahyba, presidente da província de São Paulo pelo Inspector do Thesouro provincial Bacharel José Joaquim Cardoso de Mello. São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1887.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de São Paulo pela Comissão Central de Estatística composta dos senhores: Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolpho Augusto Pinto, Abilio Aurelio da Silva Marques. São Paulo: Leroy King Bookwalter Typographia King, 1888.

Relatório apresentado a Assemblea Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889. São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1889.

Exposição com que o Exm. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exm. Snr. Dr. Barão de Jaguara, no dia 11 de abril de 1889. São Paulo: Typographia a vapor Jorge Seckler & Comp, 1889.

Artigos de jornal

"Cenas de migrantes numa cidade grande". *Diário Popular*, São Paulo, 22 jun. 1977.

"Cidade preserva a memória da imigração". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 jan. 1979.

"Museu do imigrante gera polêmica: Historiadores temem perda de importância da Hospedaria dos Imigrantes no Brás".*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 ago. 1993.

"Para coordenador, não houve aumento no movimento migratório". *Diário Popular*, São Paulo, 11 set. 1978.

"São Paulo não é mais esperança de migrantes". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 fev. 1978.

Mapas

COMISSÃO IV Centenário da cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade.* São Paulo, 1954

SÃO PAULO (est.). *Sistema cartográfico metropolitano da Grande São Paulo*, São Paulo: EMPLASA, 1974.

SÃO PAULO (cid.). Prefeitura do Município. *Planta da cidade de São Paulo.* São Paulo: Ipiranga, 1929. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

S.A.R.A. (Societá Annonima Rilevantamento Aerofotogrametrici) *Mapa da cidade de São Paulo.* São Paulo: Prefeitura, 1930-33. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

VASP Aerofotogrametria. *São Paulo, município: levantamento aerofotogramétrico.* São Paulo: Melhoramentos, 1952-57. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

Outros

Arsenal da Esperança, 1998. (Folder da instituição)

CENTRO Histórico do Imigrante. *Hospedaria dos Imigrantes, o primeiro endereço.* São Paulo, s.d. (Folder da instituição)

Obras particulares. Vol. 1, data 5 de abril de 1887, p. 154. (Acervo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís)

Revista Kalunga, ano 26, n.º 90, 06/1998

SÃO PAULO (est.). *Museu da Imigração – São Paulo.* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/DEMA/Museu da Imigração/IMESP, set. 1997. (Folder da instituição)

SÃO PAULO (est.). Secretaria de Estado da Cultura. *Conheça um pouco mais sobre o Memorial do Imigrante.* São Paulo: IMESP, s.d. (Folder da instituição)

SÃO PAULO (est.). Secretaria de Estado da Cultura. *Você sabia? 4 anos de governo (1995-1998).* São Paulo: Gov. do Estado de São Paulo, 1999.

Tombamento Hospedaria dos Imigrantes: 6 de maio de 1982. São Paulo: Condephaat.